

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO**

***CHOREM OS SINOS: OS DISCURSOS E AS PRÁTICAS
ANTICOMUNISTAS DA ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE
(1952-1960).***

Viviane Antunes Guimarães Almeida

Recife

2010

VIVIANE ANTUNES GUIMARÃES ALMEIDA

***CHOREM OS SINOS: OS DISCURSOS E AS PRÁTICAS
ANTICOMUNISTAS DA ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE
(1952-1960).***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da
Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof.
Dr. Severino Vicente da Silva, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em História.

**Recife
Agosto, 2010**

Almeida, Viviane Antunes Guimarães

Chorem os sinos : os discursos e as práticas anticomunistas da arquidiocese de Olinda e Recife (1952-1960) / Viviane Antunes Guimarães Almeida. -- Recife: O Autor, 2010.

124 folhas, il., fig.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2010.

Inclui bibliografia.

1. História. 2. Comunismo e intelectuais – Pernambuco. 3. Associações católicas. 4. Movimentos anticomunistas. I. Título.

981.34

981

**CDU (2.
ed.)**

CDD (22. ed.)

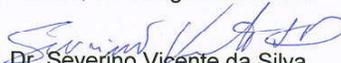
**UFPE
BCFCH2010/125**

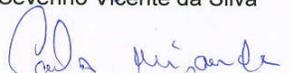


ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA VIVIANE ANTUNES GUIMARÃES ALMEIDA

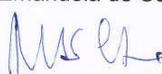
Às 9h30min. do dia 05 (cinco) de agosto de 2010 (dois mil e dez), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Viviane Antunes Guimarães Almeida** intitulada "**CHOREM OS SINOS: OS DISCURSOS E AS PRÁTICAS ANTICOMUNISTAS DA ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE (1952-1960)**", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito "**APROVADA**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Severino Vicente da Silva (orientador), Carlos Alberto Cunha Miranda e Emanuela Sousa Ribeiro. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar a partir da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 05 de agosto de 2010


Prof. Dr. Severino Vicente da Silva


Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda


Profª. Drª. Emanuela de Sousa Ribeiro


Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho


Sandra Regina Albuquerque

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, e de maneira especial, agradeço a Deus. Ao autor da vida, dedico louvores, reconhecendo a Sua inestimável e Sua insubstituível companhia, nos momentos de alegrias e de dificuldades no percurso da pesquisa. Obrigada, Deus, pela certeza de que conseguiria escrever a primeira e a última linha da Dissertação.

Pela ajuda irrestrita, sou grata aos meus pais, especialmente a minha querida mãe Vilma. Seus olhos me ensinaram a ver mundo e os que me cercam com ternura e respeito. Obrigada aos meus três amados irmãos, Chris, Marcelo e Paulo Renato, que me motivaram em todas as etapas da minha vida. Não poderia esquecer-me de tia Vanda e de vovó Maria, que me envolveram com generosidades e confiança.

Ao meu esposo, Carlos Alberto, agradeço pelo apoio, dedicação e afeto. A sua paciência e a sua hombridade foram fundamentais para minha estabilidade emocional na realização deste trabalho. Agradeço a Carlinhos, pois sem a sua dose de amor que a mim me reserva todos os dias, seria impossível concluir a pesquisa. Não poderia deixar de agradecer os incentivos da minha sogra - companheira de cafezinho, Laura.

Meus agradecimentos ao CNPq, pela bolsa concedida. Sou grata aos meus professores de Graduação da UFPE. Agradeço a contagiante motivação de Carlos Miranda, a poesia de Antônio Paulo Rezende, a seriedade de Flávio Weinstein, a leveza de Marcus Carvalho, o compromisso de Luciano Cerqueira e a atenção de Marc Hoffnagel.

Meu muito obrigada, especialmente, ao marcante professor e orientador Severino Vicente da Silva. Agradeço, carinhosamente, pelo seu acolhimento e parceria, na realização da pesquisa. As suas críticas e sugestões me inspiraram. Agradeço a Biu Vicente, pelas suas insistentes e valiosas leituras dos meus escritos; obrigada pelas cobranças para o cumprimento dos prazos e pelas suas desconcertantes risadas ao término das nossas reuniões quinzenais. A Antonio Torres Montenegro sou grata pela sua disposição e paciência, como meu orientador dos projetos de Iniciação Científica – PIBIC. Agradeço a todos os funcionários do Departamento de Graduação e Pós-Graduação de História da UFPE.

A minha filha Julia, meu novo grande amor.

A todos que me ajudaram meu fraterno agradecimento.

RESUMO

A questão norteadora desta pesquisa foi como os intelectuais católicos, o arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, as associações católicas e outros grupos sociais pousaram a sua visão de mundo sobre as práticas do Partido Comunista, em Pernambuco na década de 50. Descrevemos como tais agentes, produtores de sentido, tentaram impor a ideia de que Pernambuco estava submerso em um tempo de crise e de ameaça, devido ao crescimento das práticas comunistas. Estudamos, portanto, a construção da percepção anticomunista e as disputas políticas que envolveram a Arquidiocese de Olinda e Recife, a imprensa e outros setores da sociedade na sucessão estadual, em Pernambuco em 1958. Detivemo-nos na incessante luta simbólica que envolveu a Arquidiocese, os intelectuais católicos, associações católicas e grupos anticomunistas na imposição de definições e de nomeações ao comunismo.

Palavras-chaves: Arquidiocese de Olinda e Recife, anticomunismo e comunismo.

ABSTRACT

The question that involved this research was as the intellectual Catholics, the archbishop of the Archdiocese of Olinda and Recife, the Catholics' associations and others social groups had put their world vision as practical of the Communist Party, in Pernambuco in the decade of 1950. We describe as such agents, direction's meaning, had tried to impose the idea that Pernambuco was submerged in the threat and crisis time, had the growth of the practical Communists. We study, the construction of the anti-communist perception and the politics disputes that had involved the Archdiocese of Olinda and Recife, the press and other sectors of the society in the state succession, in Pernambuco, 1958. We withhold them in the incessant symbolic fight that involved the Archdiocese, the catholic intellectual, anticommunist association associations Catholics anticommunist in the imposition of definitions and nominations to the communism.

Keywords: Archdiocese of Olinda and Recife, anticommunism and communism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 Os nomes que pousaram sobre a cidade do Recife	15
2 Presença comunista	36
2.1 A missão anticomunista no Brasil	40
2.2. Os antecedentes do anticomunismo da Igreja Católica, em Pernambuco ...	49
3 A chegada do arcebispo em tempo de crise: o anúncio de uma missão anticomunista	58
3.1. O espetáculo	70
3.2. As primeiras palavras do Bispo	73
3.3. O linchamento: o atentado comunista e a multidão católica	76
3.4. A benção de Deus nas fábricas	79
4 A disputa do voto católico na eleição estadual de 1958	96
4.1. Meses antes das eleições: greve dos tecelões	105
4.2. Os eleitores com Deus ou contra Deus	108
4.3. Os sinos choraram: Prestes no Recife	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	122

INTRODUÇÃO

A nossa grande inquietação nesta pesquisa foi descrever as estratégias discursivas usadas pelo arcebispo dom Antônio de Almeida Moraes Junior para orientação do olhar político e social dos católicos e dos operários do Estado de Pernambuco, no momento da ascendência do Partido Comunista, na década de 1950.

O olhar e a percepção sobre um tempo e sobre os arranjos sociais e políticos foram as hesitações que nos acompanharam desde a primeira e insegura linha escrita do primeiro capítulo à tão sonhada última página da Dissertação. Descrevemos como os intelectuais católicos, a Arquidiocese de Olinda e Recife, as associações católicas e outros grupos sociais pousaram a sua visão de mundo sobre as práticas do Partido Comunista. Tais agentes produtores de sentido tentaram impor uma representação na qual Pernambuco estava submerso no tempo de crise e de ameaça, devido o crescimento das práticas comunistas.

O poder de nomear, a supremacia de dizer algo, com revestimento de único e verdadeiro, é marcante na experiência social. Cada grupo elabora seus significados, obedecendo aos seus horizontes de referências e às suas necessidades. Inventam-se sentido para o mundo e para os outros. Esse poder simbólico, muitas vezes não é visualizado, porque age de forma invisível, mas atua na construção da realidade e se propõe a estabelecer um sentido natural ao mundo, sendo usado por grupos sociais para construir verdades, para assegurar o domínio sobre os outros (cf. BOURDIEU, 2007, p. 7- 11).

O poder simbólico, com seu poder de construção mobiliza sentidos, faz fazer, ver e crer, confirma e transforma uma visão de mundo dentro de uma relação social, entre aqueles que produzem sentidos, entre aqueles que estão sujeitos (*op.cit.* p.14).

Pernambuco foi palco de uma incessante luta simbólica. A Arquidiocese, os intelectuais católicos, associações católicas e grupos anticomunistas se empenharam – e, muitas vezes, fizeram parte do mesmo circuito - na imposição de definições e de nomeações ao comunismo.

Em maio de 1958, o Diário de Pernambuco noticiou que, em Jaboatão, se realizaria um comício comunista em apoio ao candidato da União Democrática Nacional (UDN), Cid Sampaio. Para agonia e desconforto de certos setores da sociedade, uma das figuras mais expressivas do comunismo brasileiro, Luiz Carlos Prestes, viria a Pernambuco

recomendar o candidato das Oposições Unidas para o governo do Estado (DP 10.05.58, p 12). Em razão desse evento político, a Arquidiocese de Olinda e Recife publicou na imprensa:

Chorem os sinos. Fazemos um veemente apelo a todos os párocos, a todas as irmandades, a todos os conventos [...] no sentido de que os sinos das Igrejas e capelas sejam dobrados a finados, na hora que o líder vermelho estiver falando (DP, 21.09.58, p. 15).

A mobilização contra o comunismo proposta pelo Arcebispo Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior extrapolou o repicar dos sinos, no Estado de Pernambuco. Por meios dos seus discursos publicados na imprensa, sugeriu ao bom católico votar segundo as orientações da Igreja Católica. As suas práticas pastorais, alinhadas com as diretrizes do Vaticano, se centraram no objetivo maior de manter a ordem política e econômica no Estado de Pernambuco.

O arcebispo assumiu uma postura paternal junto aos operários, construindo-se como ponto de equilíbrio na tensão social, da década de 1950. Ao assumir este posicionamento de condução, o arcebispo ressignificou a importância da Igreja Católica para manter a ordem social e tentou eliminar a capacidade de mobilização autônoma dos operários. Ele tentou afastar das fábricas a dita perigosa presença comunista, com visitas suas periódicas e com programas radiofônicos com temas anticomunistas.

Os discursos e as práticas anticomunistas de Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior apontavam uma possível sensação de medo do comunismo que parte daquela sociedade experimentou. Essa sensibilidade anticomunista tornou-se latente, quando assuntos como reforma agrária e a ampliação dos direitos sociais dos camponeses passaram a ganhar maior visibilidade, no fim da década de 1950. Nesse período, as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais passaram a ocupar as manchetes dos jornais, apontando uma crescente politização do campo.

O presente trabalho surgiu das pesquisas desenvolvidas, como bolsista do PIBIC, no Projeto “Memórias da Terra: a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e as Esquerdas” (1954-1970). No primeiro sub-projeto, estudamos a Sindicalização Rural de Pernambuco e, no segundo, o Movimento de Educação de Base (MEB). Nos encontros e desencontros dessas pesquisas, deparamo-nos com os discursos anticomunistas produzidos pela imprensa e pela Arquidiocese de Olinda e Recife, no final da década de 50. Daí surgiu o nosso interesse por entender a construção da percepção anticomunista em Pernambuco e a participação da Arquidiocese nas discussões da sucessão estadual de 1958.

A discussão de Luigi Pirandello no seu livro “Um, nenhum e cem mil”, nos ajudou a entender as práticas e os discursos anticomunistas da Arquidiocese de Olinda e

Recife como elaborações sociais. A partir da leitura de Pirandello, entendemos que o mundo não oferece significados prontos e claros para todos, mas lhe são dados significados produzidos pelas relações sociais. Como afirmou o personagem criado por Pirandello (2001, p.94):

Esta casa que eu nasci no ano tal, no mês tal, dia tal. Pois considera-se o fato de que topograficamente , e segundo a altura, o comprimento e o número de janelas situadas aqui na frente, esta casa é a mesma para todos, e que eu , para todos os cinco, nasci no ano tal, mês tal, dia tal, de cabelos ruivos e com 1,68 m de altura, isso que dizer que vocês cinco dão a mesma realidade a esta casa e a mim? Aos que sempre moraram no barraco, esta parecerá um belo palácio; aos que têm certo gosto artístico, parecerá uma casa extremamente vulgar; aos que passam de má vontade na rua onde ela se situa – pois esta lhe recorda um triste episódio de sua vida - a casa parecerá odiosa; aos que, ao contrário tiveram uma pobre mãe que morava ali em frente que foi muito amiga da minha mãe, ela se encherá de ternura.

Essa passagem discute a relatividade das interpretações do mundo dito real. Cada grupo social e cada segmento do saber atribuem significados ao mundo e produzem os seus efeitos de verdades. As discussões de Jean Baudillard em “Troca Impossível” corroboram essa ideia de relatividade da linguagem discutida por Pirandello, quando afirma que não existe troca possível entre a coisa e a palavra, e que não há correspondência tranquila entre o mundo material e o mundo conceitual (cf. BAUDILLARD, 2002).

Esta separação, feita por Baudillard, e muito bem exemplificada por Pirandello, questiona a ideia de existência de um mundo real que Descartes defendeu, no século XVI. Para Baudillard, o mundo natural não emite conceitos evidentes como defendiam o cartesianos, mas a linguagem é que dá sentido ao mundo.

Baseada nessas discussões, analisamos as produções discursivas sobre o comunismo, em Pernambuco, na década de 50, nessa perspectiva da produção da linguagem. Analisamos como a intelectualidade católica, a partir de suas redes de significações, construiu a década de 50, descrevemos as nomeações feitas pela Arquidiocese de Olinda e Recife e parte da Imprensa ao comunismo, analisamos o sentido que grupos sociais quiseram imprimir ao PCB. Observamos, para isso, os enunciados que se referiam ao comunismo, elaborados pela Arquidiocese de Olinda e Recife, por intelectuais católicos e por outros segmentos da sociedade.

As discussões de Deleuze, no seu livro “Conversações”, fomentam e corroboram essas teorias de produção da linguagem, a partir da ideia das interconexões e das redes, pelas quais cada grupo elabora significados para o mundo, estipula os circuitos que constroem o pensamento e a forma de nomear o mundo, determinando, pois, os intercessores que atuam na

construção das ideias, já que ninguém tem um significado sozinho, mas só a partir de uma rede social é que se elaboram significados.

Esta tese sacode um pouco a ideia de verdade absoluta, pois o autor argumenta que a verdade não é pré-existente. Ela é elaborada a partir de cada domínio, a partir das redes que se propõem a construir suas verdades. “Dizer a ‘verdade é uma criação’ implica que a produção da verdade passa por uma série de operações...” (DELEUZE, 2001, p. 157).

Parte dos intelectuais católicos de Pernambuco, na década de 50, percebeu e elaborou uma verdade acerca da ascendência do PCB nos meios políticos. Eles e a Arquidiocese de Olinda e Recife, por meio de seus discursos publicados na imprensa, nomearam a presença comunista como responsável pela crise moral e social. Tais produtores de sentidos afirmavam que Pernambuco, sobretudo a cidade do Recife, estava sitiado pela dita ameaça comunista.

As práticas políticas do arcebispo Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior e aspectos políticos de Pernambuco puderam ser observados dentro dessa perspectiva de construções de verdades pelas redes, discutidas por Deleuze. Portanto estudamos a relação do arcebispo com parte da intelectualidade católica e da sociedade, na produção dos seus discursos anticomunista em Pernambuco e analisamos os conceitos elegidos por esses grupos para definição do comunismo.

Em “Microfísica do Poder”, Michel Foucault (2003) discutiu a ideia de regimes de poder que regem as instituições e como ocorre a regulamentação social a partir dessas instituições que compartilham do mesmo regime de verdade. Em “Vigiar e Punir” (1987), esse autor abordou a questão do poder, não mais focando as instituições (Igreja, Estado, Polícia), mas os mecanismos e os dispositivos que regem a distribuição do poder nas instituições, onde ocorre a disseminação de poder, onde as redes de vigilâncias são tecidas.

Partindo desse pressuposto de regulamentação social através dos diversos dispositivos de poder que regem as sociedades, estudamos a Igreja Católica dentro dessa abordagem, buscando entender quais os regimes de verdades que fomentaram a sua postura anticomunista. Também analisamos os mecanismos de poder de que parte da Igreja Católica e de setores da sociedade se utilizaram para tentar convencer os operários e os eleitores de Pernambuco do perigo comunista.

Usamos como registro os periódicos católicos e as cartas pastorais. Em especial, analisamos A Tribuna¹, como nossa principal fonte, porque, nesse jornal, o arcebispo

¹ Fonte localizada na Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Olinda e Recife.

publicou artigos condenando o comunismo, escreveu em defesa da imprensa católica, pois dizia que, já que os comunistas tinham acesso à imprensa, então os católicos deveriam também ter um espaço para expressar suas opiniões. Ainda n'A Tribuna, localizamos os artigos dos intelectuais católicos e as atuações das Associações católicas, do período estudado.

Na documentação do APEJE, Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco, observamos as práticas discursivas de segmentos sociais, na construção de um estado de emergência, devido à ascendência do PCB, no Estado. A partir destas fontes, analisamos as redes que estavam envolvidas na condenação ao comunismo e quais os recursos simbólicos que elas usaram para incutir o anticomunismo.

Debruçamo-nos, especificamente, sobre as práticas e os discursos anticomunistas da Arquidiocese de Olinda e Recife. No primeiro capítulo, descrevemos alguns aspectos do Recife, visto que partimos da ideia do Recife como palco de representação, como vitrine das práticas sociais e políticas na década de 50.

Traçamos algumas questões sobre a cidade do Recife, a partir das crônicas produzidas no período e dos discursos da imprensa. A partir das significações anticomunistas construídas por parte da imprensa, pela polícia e pela Arquidiocese de Olinda e Recife e por outros segmentos sociais, tentamos pensar o Recife como cenário de uma paranóia coletiva. Muitos, na referida cidade, foram tomados pela sensação devastadora do medo.

Esse comportamento social localizado não foi construído apenas com as nomeações feitas por parte da imprensa, pela Arquidiocese de Olinda e Recife e pela polícia, porque as atividades do Partido Comunista aumentaram e ganharam maior visibilidade, em outros estados brasileiros, naquele período. Levando em consideração essa ascendência, no segundo capítulo optamos por narrar as práticas do PCB no âmbito nacional e local. Ainda nesse capítulo, pontuamos a atuação anticomunista da Igreja Católica diante da inserção, do mesmo partido, nos rumos políticos do país.

No terceiro capítulo, discorremos sobre a chegada do arcebispo Dom Antônio de Almeida, narrando como a intelectualidade católica instituiu uma percepção de crise a partir da ideia de presença comunista no Estado de Pernambuco, e como ela constituiu a ação pastoral de Antônio de Almeida, como importante instrumento anticomunista. Ainda no mesmo capítulo, descrevemos a ação anticomunista da Arquidiocese de Olinda e Recife junto aos operários, através de suas visitas às principais fábricas e de seus programas radiofônicos com temas anticomunistas.

No quarto capítulo, colocamos em cena o debate político entre a Igreja Católica e setores da sociedade na sucessão estadual de 1958. Apresentamos os discursos de Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior sobre o apoio do Partido Comunista Brasileiro ao candidato Cid Sampaio da União Democrática Nacional – UDN, descrevendo o embate interno na Igreja Católica, em Pernambuco, sobre a pertinência da escolha do voto do católico. Relatamos, ainda, parte da disputa de poder de influência na eleição estadual de 1958, que envolveram a Igreja Católica, parte da elite e o PCB.

Enfim, é importante o estudo do anticomunismo, para analisar as estratégias usadas na produção de um estado de emergência, que, posteriormente, foi utilizado para suspensão do regime democrático, em 1964. A partir da ideia de que Pernambuco estava tomado pelos comunistas, as elites civis, eclesiásticas e militares apoiaram e deram sustentação ideológica ao golpe de 1964.

CAPÍTULO I

OS NOMES QUE POUSARAM SOBRE A CIDADE DO RECIFE

... Cidade cheia de desajustados que fogem das condições miseráveis do interior, para morrer, no pé das pontes ou nos hospitais de caridade, à míngua da alimentação ou vitimadas por moléstias e carências (...) (Diário da Noite, 09/07/57, *apud* PONTUAL, 2001, p.36).

“Encobrimos o mundo com as palavras” (REZENDE, 2006, p.36). Construimos conceitos, nomeamos as coisas; misturamos cores, perfumes, interesses, desinteresses, afetos e desafetos, e fixamos nas palavras. Inventamos o real com significados elaborados socialmente, os quais possuem a enganosa aparência de naturalidade e de eternidade. A realidade é tecida num fazer artesanal das palavras. Dentro dessa perspectiva criadora, que palavras encobriram a cidade do Recife na década de 50? Quais os enunciados que foram usados para defini-la?

Mas antes de darmos voz aos nomes da cidade do Recife, precisamos explicar o fio condutor da primeira parte deste capítulo. Tentamos construir uma paisagem do Recife, sem definições essenciais e permanentes, a partir das nomeações veiculadas na imprensa, em especial no Diário de Pernambuco e no Jornal do Commercio, que pousaram sobre a cidade. Preferimos descrever os arranjos de palavras que abraçaram a cidade do Recife, no momento da ascensão da esquerda, das práticas anticomunistas e dos movimentos sociais na década de 50. Decidimos deixar invisíveis, na nossa narrativa, as devidas considerações geográficas e os detalhes dos índices econômicos do Recife, focalizando a nossa escrita nas percepções plurais sobre a cidade.

O desejo de não silenciar as palavras que abraçaram a cidade do Recife ganhou vitalidade a partir da leitura dos espaços descritos por Clarice Lispector em “A cidade sitiada”. Nesse livro, a autora decidiu dar vida aos espaços e, assim, na sua narrativa, tudo se torna personagem. A cidade, as pedras, o asfalto entram na música e emitem notas, quando, despercebidos, encerram-se no cárcere do silêncio dolorido e, literalmente paralisados, assistem a tudo. Mas quando sentido, não se omitem, participam da vida. O subúrbio de São

Geraldo, em “A Cidade Sitiada”, não só observou as angústias de Lucrecia, mas ele pulsou, amou, adoeceu com a perda de suas referências no espelho. O velho subúrbio se rendeu para o forasteiro chamado moderno. Mas, mesmo dilacerado, descreveu e testemunhou as inquietações de Lucrecia. E esta o sentia:

Apenas começou a andar sozinha e já se arrependia porque era isso mesmo que o subúrbio de São Geraldo queria. Andava contida, mecânica, tentando mesmo certa ironia. Mas os passos se multiplicavam e a praça de pedra marchava. Interrompeu-se sem avisar, amarrou os cordões da botina... Quando ergueu a cabeça, resolveu não deixar de olhar o sobrado mais estreito, a menor sombra (LISPECTOR, 1998, p. 14).

Na descrição de Clarice Lispector, a cidade é um personagem importante no enredo. A praça, o poste, as sombras, o sol, a escada, tudo fala e sente. A narrativa é feita nesse sentido: tudo é um personagem.

Clarice Lispector, quando nos apresenta esse mundo repleto de sentidos, de cheiro e de súbitas vontades, faz-nos pensar no papel da capital de Pernambuco. Como ela se comportou com a efervescência política, com as Ligas Camponesas nas ruas, com a exigência incômoda, para muitos, da reforma agrária? Como observou a ascendência dos movimentos populares reivindicativos da década de 50? Como o Recife se comportou com atuação de novos personagens², operários e camponeses, com bandeiras estendidas clamando por mudanças sociais? Como ela foi tocada pelo lamento dos operários, pelo furor daqueles que exigiam mudanças sociais e pelo prolongado ressentimento saudosista daqueles que diziam que o Recife não era mais o mesmo? Como ela se sentiu, alegre ou descontente, quando estava sendo cortejada por vários grupos que disputavam o lugar para nomeá-la e encerrá-la? Quais os olhares que pousaram sobre o Recife?

“O Recife é uma cidade de muitos nomes. Cidade-Veneza, Cidade Maurícia, Cidade das Águas. Veneza Americana, Cidade anfíbia, Caeté, Capital do açúcar, cidade dos Mucambos, Mucambópolis...” (GOMINHO, 2007, p.15). Nas décadas de 1930 e 1940, dois nomes³, segundo Zélia Gominho, pesavam sobre a cidade: Veneza Americana e Mucambópolis.

Não se sabe bem ao certo se é Mucambópolis que fica em Veneza Americana, ou se esta fica naquela. O que podemos verificar é que, chegando ao Recife, por terra, mar ou ar, de alguma maneira tomaremos conhecimento da presença desses dois espaços (GOMINHO, 2007, p. 15).

² Na década de 50, afirma Luciana Jaccoud que os trabalhadores começaram a se organizar tanto no campo, em engenhos, usinas, pequenas e grandes propriedades, como nas cidades e bairros (JACCOUD, 1990, p.23).

³ Para pontuar a leitura os nomes dados a cidade do Recife estarão, ao longo deste capítulo, destacados em itálico.

A *Veneza Americana* ocupava os terrenos mais secos e mais altos da planície, com seus requintados sobrados e edifícios que, certamente, cheiravam infância e felicidade. A outra cidade se conformava às margens dos rios e dos mangues, na terra úmida e escura e de eventuais alegrias. “Ali o mocambeiro ergue (ia) uma palafita, se for muito próximo das águas, ou um casebre de taipa, coberto de palha de coqueiro, de chão socado...” (GOMINHO, 2007, p.16). Na metade da década de 30, a cidade dos mocambos foi alvo de críticas, e foi encarada pelos poderes públicos do Estado como inimiga do progresso da cidade do Recife.

“Embora a *Veneza Americana* tenha contratado arquitetos e paisagistas franceses para redecorar seu ambiente, ainda não tinha conseguido se livrar da presença incomoda de aspectos primitivos, que, no seu entender, obscureciam a modernidade da cidade” (GOMINHO, 2007, p.17). De modo que, naqueles anos, havia duas cidades: uma distraída e farta, e a outra ocupada pelas almas infaustas sem lastros, vidas tomadas pelo esquecimento dos mais abastados.

Na década de 50, parte dos intelectuais de Pernambuco nomeou o Recife de *Metrópole da Miséria* e do atraso regional. Em 1951, o jornalista Mário Melo afirmou que o “Recife está(va) ameaçado. Ameaçado terrivelmente de descaracterizar-se. De ser absorvido por um outro Recife: O Recife que está começando a nascer. Um outro Recife. Um Recife estranho aos olhos dos provincianos” (PONTUAL, 2001, p. 27).

O Recife “estranho”, que crescia sem disciplina e sem autorização, teve sua área de 180,0 km² aumentada para 209,9 km². “O seu crescimento demográfico no período compreendido entre os anos de 1940-1950 e de 1950-1960 foi de, respectivamente, 50,6% e 51,9%” (PONTUAL, 2001, p.36). Naquele período, parte da população do campo migrou para os centros urbanos para fugir da seca. “*Cidade Ingrata*”, como foi nomeada, não exerceu seu papel de boa anfitriã com seus novos moradores, pois havia “deficiência de distribuição de energia elétrica, a carência de transportes, o analfabetismo e a mortalidade infantil” (PONTUAL, 2001, p. 38).

E, nos seus derredores, espremendo a dita civilidade, aumentava o número de moradias dos pobres. “Os mocambos pareciam aos urbanistas, uma sina histórica do Recife, a qual se perpetuava e depunha desfavoravelmente contra a cidade” (PONTUAL, 2001, p.194).

A Tribuna, a nossa principal fonte, era um periódico oficial da Arquidiocese de Olinda e Recife desde 1907 e foi um importante veículo anticomunista, na década de 50. Os intelectuais católicos escreviam, em suas páginas, artigos condenando o comunismo. A sessão Revista em Mundo, do jornal em questão, reservou um grande espaço para as notícias dos ditos países ameaçados e dominados pelo comunismo. Naquelas linhas, podiam-se ouvir as

vozes melancólicas dos mártires da Igreja, em defesa do mundo católico. Há exemplos de padres perseguidos, que, com imensurável dedicação à causa católica, carregaram a sua cruz frente à ameaça comunista. Nesse jornal, no mês de setembro de 1952, o Pe. Almerly Bezerra⁴ escreveu um artigo sobre o desencanto do monsenhor Cardijn⁵ ao ver a incômoda paisagem dos mocambos do Recife. Afirmou o padre:

Uma das coisas que mais impressionou o monsenhor Cardijn, quando de sua passagem no Recife, foi a insensibilidade do recifense diante dos mocambos. O povo está acostumado com a miséria. E eu acho que o sentimento do monsenhor Cardijn não se explica totalmente dizendo que tal sentimento é natural a qualquer habitante de um país mais civilizado que o nosso, onde o nível econômico da população é mais alto e a miséria (que em toda parte existe) lá é menos aparente e por isto menos gritante. Estou intimamente convencido de que meia hora de meditação sobre a dignidade humana e cristã de todo filho de Deus é, muito mais do que uma vida decorrida na Bélgica ou na Holanda, ou uma volta nos Estados Unidos ou da Suíça, capaz de despertar a mais profunda estupefação e de angustiar penosamente quem quer que seja, à consideração de cenas como as que nos oferecem os mocambos do Recife (A TRIBUNA, 06.09.52, p. 04).

Ainda sobre a paisagem miserável dos mocambos⁶, o monsenhor Cardijn confessou que as imagens daquelas precárias moradias feriam as retinas dos olhos cristãos e provocavam escândalo em todo mundo. A aparência de abandono dos mocambos causava espanto. Os mocambeiros, como eram chamados os moradores dos mocambos, segundo o monsenhor, “provam uma coisa muito mais séria: que na lama em que eles vegetam, nós enterramos a nossa justiça, a nossa caridade e não poucas páginas do evangelho” (A TRIBUNA, 06.09.52, p.04).

Esse espetáculo insolente da pobreza conferiu ao Recife a nomeação de “*Cidade Maltrapilha*” (PONTUAL, 2001, p.40). No término da Segunda Guerra Mundial, a situação de pobreza no Recife se acentuou com a valorização do açúcar. Na década de 40 e 50, muitos produtores de cana-de-açúcar, em Pernambuco, tinham parte de suas terras alugadas para os camponeses, os quais pagavam um aluguel anual chamado de foro. Os foreiros, segundo Manuel Correia de Andrade (1998, p. 113), “surgiram ainda na época da escravidão e eram homens que viviam em áreas mais distantes dos engenhos, cultivando lavouras de subsistências e pagando ao proprietário pequeno aluguel anual.”.

⁴ Padre Almerly Bezerra era assistente da Juventude Universitária Católica – JUC, órgão oficial da Igreja Católica, fundada em 1950 (AGUIAR, 1993, p.178).

⁵ Na década de 30, o padre Cardijn trabalhou na Ação Católica junto de universitários e de operários (SILVA; 1989, p. 343).

⁶ Na segunda metade do século XIX, surgiram as primeiras referências dos mocambos na cidade do Recife. Essas habitações passaram a ser vistas, após a década de 20, como tipos primitivos de casas populares que mereciam intervenção estatal (PONTUAL, 2001, p 32).

Com a valorização do açúcar, no término da II Guerra Mundial (1939-1945), afirmou Manuel Correia de Andrade (1998, p.114):

as usinas, modernizadas, trataram de expandir suas áreas de influência e muito dos senhores-de-engenho que viviam de foros na cidade resolveram voltar à atividade agrícola ou encontrarem melhores ofertas de renda para suas propriedades por parte das usinas. Trataram então de expulsar os foreiros, às vezes indenizando as benfeitorias e outras sem lhes dar indenização alguma [...].

Por conta da alta do preço do açúcar, no mercado internacional, parte dos foreiros foram “empurrados” para a cidade do Recife (cf. AZEVEDO, 1982). “Tanto os usineiros como os fornecedores expulsaram os moradores de suas terras, ou destruíram as suas culturas de subsistência, a fim de plantarem mais cana-de-açúcar” (AGUIAR, 1993, p. 40).

O crescimento da cidade não foi movido pelo desenvolvimento da economia urbana, afirmou Luciana Jaccoud (1990, p.53); ao contrário, a (dita) “libertação da mão-de-obra do interior do estado, em especial da zona da mata, desde a década de 40, foi o fator definidor do perfil social”.

Muitos dos novos moradores do Recife não possuíam qualificação profissional esperada para serem absorvidos nas atividades urbanas, aumentando, dessa forma, o número de desempregados na cidade (cf. PONTUAL, 2001, p. 38). “Os de maior sorte obtinham trabalhos nas fábricas têxteis, principal indústria no Recife, até os anos 50” (AGUIAR, 1993, p. 47). Afirmou Luciana Jaccoud (1990, p. 53) sobre esses novos personagens do Recife:

Em comparação com outras capitais do país, o Recife apresenta(va) um contingente relativamente baixo de pessoas ocupadas nos setores de indústria e comércio: 6% e 3,2%, respectivamente, em 1950. Uma parcela cada vez maior da população estava à margem do mercado formal de trabalho e as atividades informais (ambulantes, biscateiros, artesãos) passa(ram) a significar a única possibilidade de sobrevivência para esse contingente.

A economia da cidade não estava apta para recepcioná-los, porque ainda estava atrelada ao modelo agrário – exportador⁷. Segundo Aguiar (1993, p. 47), “algumas das maiores famílias de usineiros ingressaram decisivamente nos negócios de algodão e algumas das maiores fábricas têxteis do Recife eram de propriedade dos tradicionais donos de plantações de cana-de-açúcar”.

A soma dessa situação econômica e a carência de uma estrutura urbana conferiram ao Recife uma paisagem espacial e social de pobreza. A maior parte dos

⁷ Até a década de 50 a economia de Pernambuco basicamente se dedicou ao cultivo de cana-de-açúcar, ao longo do Litoral, e do algodão no Sertão e no Agreste “Em 1944, a produção combinada das indústrias têxtil e alimentícia a primeira dependente por inteiro da produção de algodão – foram responsáveis por mais de 70% dos produtos manufaturados do Estado.” (AGUIAR, 1993, p. 47).

moradores do Recife ocupava os morros e os alagados, sem acesso à maioria dos serviços públicos básicos (cf. JACCOUD, 1990, p.53).

No dia 11 de março de 1952, dias antes da chegada do arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife à capital de Pernambuco, a Câmara Municipal, discutindo os problemas da vida noturna da cidade, nos oferece outra paisagem do Recife. A grande preocupação daquela Casa Legislativa, naquela sessão, eram as práticas de prostituição nas ruas da cidade do Recife. Segundo o relato do *Jornal do Commercio*, a preocupação do vereador Wilson de Barros Leal⁸, naquela ocasião, foi assim traduzida:

As prostitutas estão invadindo toda a cidade, fazendo com que as famílias se retraíam. Informou (o vereador) que em todos os restaurantes, bares, cinemas e locais de diversão pública elas são encontradas, frequentemente. Sugeriu medidas de repressão ao meretrício, inclusive a transferência da atual zona de meretrizes do bairro do Recife para um lugar mais afastado (*Jornal do Commercio* 11.03.52, p. 07).

O vereador Luiz Porto, rebatendo as ideias do vereador Barros Leal, abordou o problema da prostituição, mas, evocando argumentações científicas e a sua formação de biólogo, enfatizou uma suposta necessidade de o homem procurar os serviços das prostitutas para satisfazer as suas necessidades biológicas (JC 11.03.52, p. 07). Os senhores vereadores Carlos Duarte e Dias da Silva apoiaram os argumentos do vereador Luiz Porto e defenderam a oficialização da prostituição. Esse evento nos ofereceu uma das turvas faces noturnas da cidade, a percepção, por um determinado grupo social, de um *Recife invadido pelo dito infortúnio da prostituição*.

Na mesma sessão, quando acabaram as discussões sobre a prostituição, o vereador Wandenkolk Wanderley, do PDC (Partido Democrático Cristão), na tribuna, fez um apelo para a aprovação do seu projeto de demissão dos funcionários públicos que fossem comunistas. Da tribuna declarou que “no momento, mais importante do que a estabilidade dos funcionários, era a estabilidade do regime e os funcionários comunistas, antes de prestar obediência aos seus chefes hierárquicos, faziam-no ao partido” (JC 11.03.52, p. 07). O vereador Wandenkolk Wanderley nos fala de um *Recife que não tolerava o comunismo*.

O jornalista Mário Melo, num artigo inserido na seção Crônica da Cidade, publicado no *Jornal Commercio*, apresentou uma cidade com problemas no tráfego. O autor se queixou do número assustador de desastres no trânsito com perdas de vidas. O código de Trânsito do período, assegurou o cronista, garantia a velocidade para ônibus e carros de

⁸ Em 1958, Wilson de Barros Leal era presidente dos sindicatos têxteis. Em junho de 1958, ele tomou posse como presidente eleito da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Norte e Nordeste. (cf. JACCOUD, 1990, p. 65).

passeios até 50 km/h. Contudo afirmou: “O que se vê é que nenhum observa esse preceito e porque não tomam providências, abusam todos continuamente”. (JC 29.03.52, p.02).

A capital de Pernambuco, com o trânsito indisciplinado, segundo Mário Melo, promoveu a “matança de parte da população, com particularidade de meninos”. Ironicamente terminou o artigo dizendo que “Enquanto a medicina estuda os meios de minorar a mortalidade infantil (0 a 1 ano), urge que os responsáveis pelo tráfego impeçam, com eficiência, a matança dos escolares” (JC 29.03.52, p. 02).

A crônica de Mário Melo também nos apresenta outro problema do Recife: a mortalidade infantil. Segundo o deputado Orlando Parahym (cf.1978, p. 166), sanitarista e que, na década de 50, foi Secretário de Saúde do Estado, a mortalidade infantil no Recife, nos anos de 1941 a 1951, expressou-se em valores elevadíssimos de 200 mortes por 1000 nascidos.

O Recife também foi significado como Cidade das *Incertezas e dos Temores*, pois “os detentores do poder político ainda não estavam adaptados à democracia, ao pluripartidarismo e aos movimentos populares” (PONTUAL, 2001, p.39). Em 1955, o presidente Café Filho sancionou a lei que concedia autonomia eleitoral à cidade do Recife. A partir daquele ano, o prefeito do Recife seria eleito através do voto direto (SANTOS, 2009, p.7).

Inaugurando o novo momento democrático, Pelópidas Silveira foi eleito prefeito do Recife, pela aliança político-partidária intitulada Frente do Recife⁹, que, naquele momento, defendia as ideias nacionalistas e democráticas. A Frente do Recife foi formada por comunistas, socialistas, trabalhistas, udenistas¹⁰ e correntes da esquerda para fazer oposição ao PSD – Partido Social Democrático, fundado por Agamenon Magalhães, em Pernambuco (cf. PANDOLFI, 1995).

Em 1958, a Frente do Recife fez a aliança com a burguesia agroindustrial/comercial regional (representada pelo partido da União Democrática Nacional – UDN). Essa aliança partia do precípua interesse de inserir Pernambuco no avanço capitalista que o Centro-Sul experimentava, na década de 50. A união de partidos tão antagônicos também foi tecida pela constatação da capacidade da esquerda de mobilizar o apoio dos setores populares nas capitais (cf. AGUIAR, 1993).

⁹ Para saber mais sobre a formação e as práticas da Frente do Recife, ver a Dissertação do Mestrado de SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças políticas em Pernambuco: a(s) frente(s) do Recife (1955.1964)**. Recife, 2009.

¹⁰ Segundo Arlindo Soares, a UDN apoiou discretamente a candidatura de Pelópidas Silveira, em 1955. Ver mais detalhes em SOARES, José Arlindo. Pelópidas: Ética e Modernidade. In: GUSMÃO FILHO, Jaime de A. Pelópidas. **O homem e a obra**. Recife: UFPE, 2005, p. 149.

No Recife, a esquerda atraiu um significativo contingente de eleitores para seus candidatos. Entre 1945 /1947, a quantidade de militantes do Partido Comunista subiu de 100 para 20 mil. Em 1955, o PCB e a Frente do Recife elegeram Pelópidas Silveira com “81.499 votos, ou seja, mais de duas vezes a votação somada dos outros três candidatos e mais do triplo da votação do segundo candidato” (PONTUAL, 2001, p.127). Essa vitória corrobora a ideia de que “o PCB foi isoladamente, o partido com melhor performance eleitoral na chamada Grande Recife, obtendo por diversas vezes, uma maior número de votos” (TEIXEIRA, 2007, p. 46).

A conquista da sucessão municipal por Pelópidas Silveira, no Recife, indicou ser possível à esquerda tornar-se governo e anunciou o próximo desmonte do PSD – Partido Social Democrático, no final da década de 1950 (cf. PONTUAL, 2001, p.124). Em 1958, coligado ao PCB, a Frente do Recife elegeu Cid Sampaio com apoio dos industriais e comerciantes do Recife (cf. PAGE, 1972, p. 75). Esses ganhos políticos da esquerda assustaram os setores de poder dominante e alimentaram o arsenal discursivo dos anticomunistas no Estado.

Uma das reações dos vencidos nas urnas foi instituir um clima de medo e a ideia da invasão comunista no Estado. “Até espalharam a história de que Luiz Prestes, o líder do Partido, estava comprando uma casa no Recife para ficar perto de todas as atividades” (*op.cit.* p.75).

“Em 1955, a qualificação de comunista a Pelópidas Silveira lhe foi conferida permanentemente em toda sua gestão, embora tenha sido mais virulenta e constante durante a campanha eleitoral” (PONTUAL, 2001, p.128). A LEC – Liga Eleitoral Católica, com discursos anticomunistas, fez uma forte oposição à campanha eleitoral de Pelópidas, e denunciou os ganhos da esquerda, sobretudo do PCB, em Pernambuco.

No entanto Roberto Aguiar nos oferece outro olhar que desmistifica esse crescimento do PCB no Estado. O autor discordou da tese dominante na Historiografia¹¹, defensora de que os ganhos eleitorais da esquerda cresceram no grande Recife. Afirmou: “Muitos autores defendem com clareza o argumento que, que durante todo o período de 1945-1964, o eleitorado recifense optou consistentemente por uma alternativa esquerdista” (AGUIAR, 1993, p.95).

Continuou o autor: “Em 1960, o eleitorado do Recife chegou a derrotar o candidato Lott à presidência, que era apoiado pelo prefeito Miguel Arraes, como por toda a

¹¹ (ANDRADE, 1982; SOARES, 1982; CAVALCANTI, 1979).

Frente do Recife.” (*idem*) O apoio eleitoral à esquerda teve um comportamento decrescente no Grande Recife Também afirmou que não havia uma singularidade política no Recife, já que outras capitais também optaram por candidatos da esquerda (*idem*, p. 101).

Nos discursos da Arquidiocese de Olinda e Recife, na década de 1950, a esquerda se insinuava cada vez mais no Estado. Os ganhos eleitorais da esquerda, no Recife, preocuparam a Arquidiocese e as organizações católicas. Em 1958, o arcebispo Dom Antônio de Almeida lembrou os resultados eleitorais de 1956, dizendo:

Já tiveste uma grande lição, esta deveria bastar-vos. Votastes em massa em um prefeito que não acreditáveis tivesses compromisso com o comunismo. Não ouvistes as vozes de advertência da Igreja... Mas o resultado está aí diante dos vossos olhos: a Prefeitura transformada em ninho de chefes comunistas (PANDOLFI, 1984, p.190).

Além da assertiva feita pela Arquidiocese de que a Prefeitura era dominada por comunistas, o vice-prefeito do Recife, Vieira de Menezes (PTN-PTB¹²), no mês de maio de 1956, denunciou a dita presença comunista na Prefeitura e nomeou Pelópidas de comunista.

Entre o prefeito e o vice¹³ não havia cordialidade. O relacionamento ficou mais tenso, quando Pelópidas não quis passar o cargo, por ocasião de uma viagem ao Sul do país, para seu vice, Vieira de Menezes. Contudo não foi possível impedi-lo de assumir a Prefeitura e, quando isso ocorreu, a linha de confronto entre os dois ficou mais nítida (Diário de Pernambuco 26.05.1956, pág. 16). No Diário de Pernambuco, o vice-prefeito Vieira de Menezes afirmou que existia um verdadeiro foco comunista na Prefeitura e que os secretários do prefeito o hostilizavam sistematicamente (DP 26.05.56, p. 16).

Com essa justificativa, na sua curta atuação como prefeito, Vieira de Menezes demitiu alguns funcionários e os secretários da prefeitura (PONTUAL, 2001, p.132). A Folha do Povo descreveu essa rápida gestão de Menezes na prefeitura: “tomou mais ares e estourou como Prefeito; cerca de 50 nomeações em dois dias; passou a deitar falação de anticomunismo” (Folha do Povo, 29.05.1956). O vice-prefeito representou a Prefeitura do Recife como um reduto de comunistas. A sua rápida e excêntrica atuação como prefeito nos remete a um *Recife Anticomunista*.

¹² PTN Partido Trabalhista Nacional, PTB – Partido Trabalhista Brasileiro. João Vieira de Menezes foi eleito vice-prefeito com 42.043 votos, em 1955 (AGUIAR, 1993, p.105). O Partido Trabalhista Nacional – PTN era um partido muito pequeno, com pouca influência eleitoral, foi utilizado, segundo Aguiar (1993, p.120), por membros da Frente do Recife para conseguirem seus registros como candidatos no Tribunal Eleitoral. O cargo de vice-prefeito foi criado na cidade do Recife, em 1955 (SANTOS, 2008, p. 75).

¹³ A Frente do Recife não estabeleceu um consenso a respeito da indicação do vice para Pelópidas. É válido ressaltar que o vice estava sujeito à disputa eleitoral, porque as eleições para prefeito e vice ocorriam separadas. A Frente do Recife lançou dois candidatos para vice: Sócrates Times de Carvalho (PSB) e Vieira de Menezes (PTB). Vieira de Menezes, como já foi dito, se elegeu vice de Pelópidas (SANTOS, 2009, p.90).

As intrigas do poder que marcaram o governo de Pelópidas não se restringiram ao executivo. Alguns vereadores não concordaram com o modelo de gestão pública que privilegiava a participação de organizações políticas na gerência dos negócios públicos, como as Associações de Bairro. Com esse formato de governo, os vereadores perderam terreno para executar suas práticas clientelistas. As Associações de Bairro passaram a atuar como importante canal de diálogo entre a prefeitura e o povo. Este “espaço foi usado para promover audiências públicas, onde se debatiam os mais variados temas relacionados à problemática urbana e social do Recife” (JACCOUD, 1990, p. 55).

Os moradores associados frequentavam as audiências públicas para sugerir e pressionar a prefeitura na resolução dos infortúnios cotidianos em suas comunidades. De modo geral, as suas queixas se dirigiam à necessidade de instalação de chafarizes, de lavanderias públicas, de calçamentos de ruas e de postos de saúde para população carente. Também se reuniam para realizações de competições esportivas, de festas juninas e natalinas (cf. JACCOUD, 1990, p.57).

Afirmou Luciana Jaccoud (1990, p.57) que, no final da década de 1950, as associações: “ultrapassaram os limites de representação dos moradores por melhores condições de vida e procuraram inserir-se num contexto maior de busca de ampliação do espaço político de atuação da população carente do Recife”. Sob influência do PCB, as Associações passaram a se ocupar com as demandas político-eleitorais de Pernambuco (cf. *op.cit*).

A aproximação do PCB e das Associações rendeu uma calorosa discussão na imprensa de Pernambuco. Em meados de junho de 1956, O Diário de Pernambuco publicou a matéria “Ampla documentação bolchevista compromete as Associações de Bairro”, que discutia as informações concedidas pelo Secretário de Segurança do Estado à Câmara dos Vereadores. Segundo a notícia, ele afirmou que “as Associações de Bairros, de acordo com o arquivo da policia, são acusadas de ter uma política de caráter comunista” (DP 20.06.56, p. 16).

A mesma matéria também informou que, no Comitê Regional do Partido Comunista, que fora desarticulado pela polícia no mês de janeiro de 1956, foram encontrados documentos, nomeados pela polícia de subversivos, alguns dos quais faziam referência às Associações de Bairro e ao prefeito Pelópidas. Vejamos um trecho do relatório encontrado no Comitê Regional do PC: “Por outro lado, o sr. Pelópidas Silveira, atual prefeito do Recife, deseja e fomenta também a criação e ampliação de tais associações” (DP 20.06.59, p. 16).

No mês de julho de 1956, a matéria do Diário de Pernambuco, intitulada “São células comunistas as Associações de Bairro”, assegurava que “O partido comunista, através de seus órgãos de atuação no Recife, está tentando a comunização do povo recifense. As associações de bairros são verdadeiras células atuando abertamente em favor dos comunistas” (DP 22.07.56, p.16-17).

Dois meses depois, o Diário de Pernambuco publicou uma nota sobre as Associações, assinada pelo almirante Pena Botto, que era o grande organizador e mentor da Cruzada Brasileira Anticomunista¹⁴, a qual era uma sociedade civil que se autodenominava cristã e defensora da ordem democrática. A Cruzada Brasileira Anticomunista ocupava privilegiado espaço na imprensa nacional, para julgar a idoneidade de qualquer pessoa ou grupo que tivesse envolvimento com o PCB e para assegurar ou referendar qualquer indivíduo ou órgão diante da sociedade, afirmando não serem eles comunistas.

Voltando para a nota, não se esquecendo de onde Pena Botto falava, lançou-se a assertiva de que as Associações de Bairro e a gestão de Pelópidas Silveira obedeciam ao projeto do Partido Comunista Brasileiro de tornar a cidade do Recife comunista (cf. DP 02.08.56, p. 05). A nomeação de comunista às Associações de Bairros feita por Pena Botto, um dos mais importantes ícones do anticomunismo do país, possivelmente participou ativamente na elaboração de uma atmosfera de desconfiança e de uma ideia de presença efetiva do comunismo, na cidade do Recife.

Devido a essa nomeação de comunista, algumas sedes das Associações de Bairros foram ocupadas pela polícia e alguns líderes populares das Associações foram detidos. As suas manifestações foram cerceadas pelo governo estadual, na década de 50 (cf. JACCOUD, 1990, p.91).

Pautados em documentos investigativos, apresentados como verdadeiros pela polícia, e em discursos divulgados por parte da Imprensa, que afirmavam que as Associações eram um órgão comunista, parte dos vereadores, o vice-prefeito da cidade e o Arcebispo da Arquidiocese de Olinda perceberam a gestão de Pelópidas como uma grande ameaça à ordem democrática. Eles também nomearam o Recife de *Cidade Invadida pelos Comunistas*.

Esta ideia de invasão é vista na matéria publicada em 1958, sobre a vinda do líder do PCB ao Recife. Um mês antes das eleições para governador do Estado, essa matéria discutiu como foi recepcionado Luiz Carlos Prestes, no Recife:

¹⁴ Ver discussão sobre a Cruzada Anticomunista em MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

Dobraram no Recife, os sinos, como nos velhos tempos em que assoavam do alto dos campanários, para anunciar a aproximação dos piratas...Plagiam os sinos para dizer, na sua gravidade brônzea, do espanto da cidade pelo que logo iria ver: o amorável encontro do líder comunista como o candidato da UDN (DP 02.10.58, p. 03).

Esse discurso nomeou o Recife de *Cidade Espantada* com a presença dos comunistas. O argumento de cidade invadida foi construído neste registro a partir do uso da imagem de pirata, a qual acumula a significação de uma entrada violenta de alguma coisa e uma de inserção indesejada. A palavra pirata carrega o revestimento da ideia de roubo e de infortúnio.

A construção de uma percepção do Recife como cidade tomada pelos militantes do PCB também foi elaborada, por parte da Imprensa e pela Polícia, a partir das diversas manifestações reivindicativas que ocorreram na capital de Pernambuco. “A cidade do Recife foi palco de grande mobilização popular durante as décadas de 50 e 60” (JACCOUD, 1990, p.52). No Recife, havia um insistente clamor por reformas sociais (cf. AGUIAR, 1993).

A realização do Congresso da Salvação do Nordeste¹⁵, a vitória de Pelópidas e o 1º Congresso Camponês de Pernambuco marcaram a ampliação política dos grupos populares. O Congresso de Salvação do Nordeste representou um importante impulso para a esquerda em Pernambuco. Naquele evento, os socialistas, comunistas e nacionalistas costuraram um acordo político no Recife: as Oposições Unidas (cf. AGUIAR, 1993, p.153).

O Recife, na década de 50, deu voz a novos personagens vindos dos morros e do campo. Afirmou a historiadora Luciana Jaccoud (1990, p. 65) sobre aquele período:

Contudo, desde o início dos anos 50, Pernambuco já assiste (ia) a importantes movimentos reivindicativos, como a greve dos têxteis, em 1952, que, durante uma semana, paralisa (ou) 37 mil operários e 22 fábricas em 8 cidades do estado.

Nesse período, houve intensificação das atividades sindicalistas¹⁶ no Estado, e comunistas, socialistas, trabalhistas e outras correntes da esquerda se empenharam no aumento do sindicalismo e no desmonte das estruturas sindicais¹⁷ organizadas por Getúlio Vargas, no Estado Novo. O sindicalismo urbano se concentrou nas lutas econômicas e na realização de greves (cf. JACCOUD, 1990: 65).

¹⁵ O CSN, segundo Aguiar, não pode ser considerado um movimento de maioria do PCB. O autor afirmou que, entre os envolvidos na organização e na realização do evento, havia comunistas e anticomunistas. O CSN recebeu apoio do governador do Estado - Cordeiro Farias (PSD), que representava os interesses do PSD e dos anticomunistas (cf. AGUIAR, 1993, p.151). Porém, Soares (1982) argumenta que os comunistas e nacionalistas tiveram hegemonia nas reuniões do CSN.

¹⁶ Ver Telles, 1962 e Aguiar, 1993 que também discutem essa mobilização no Estado.

¹⁷ Sindicato, no período do Estado Novo (1937-1945), confundiu-se por vezes com o sindicalismo oficial do Ministério do Trabalho, isto é, um sindicalismo submetido ao governo. Ver JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco**. Recife: Fundaj Massangana, 1990.

O movimento sindical promoveu, em 1958, o 1º Congresso dos Trabalhadores de Pernambuco, que recebeu 36 entidades sindicais. Os pontos determinados no certame foram o direito a greves, previdência social, salário e custo de vida compatíveis, legislação do trabalho, reivindicações de sindicatos autônomos, planejamento de campanhas pela conquista de reivindicações comuns, reforma agrária e outros assuntos (cf. JACCOUD, 1990, p.66).

Parte dos sindicatos, no Estado de Pernambuco, foi influenciada pelo PCB e pelo PTB. Afirma Jaccoud que “o sindicalismo pernambucano vai-se incorporando às concepções desenvolvimentistas e nacionalistas propostos por aquelas duas forças políticas (PCB e PTB)” (1990, p.66). A partir do 1º Congresso de Trabalhadores de Pernambuco, o PCB se posicionou como a mais forte corrente política no movimento sindical (*idem*, p.67).

Em fevereiro de 1958, um dos líderes das Ligas Camponesas – José dos Prazeres, numa matéria do Diário de Pernambuco, anunciou o I Congresso dos Trabalhadores Agrícolas organizado pela SAPP¹⁸ – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco. O camponês garantiu que, naquele encontro, as discussões seriam pautadas na situação de desamparo que os lavradores e os trabalhadores do campo viviam. Adiantou que a solução que seria definida no Congresso era “Liberdade e direito de livre a associação e de sindicalização” (DP 06.03.58, p. 20).

O tão sonhado dia para os camponeses contou com cinquenta representantes da zona rural. As discussões do evento se focaram na necessidade de melhores condições de trabalho para os camponeses e no incentivo da sindicalização no Estado de Pernambuco. José dos Prazeres, o presidente da comissão organizadora do evento, informou ao Diário de Pernambuco os seguintes pontos básicos apontados pelo congresso: “relação da produção no campo, questão da propriedade da terra e sua distribuição: foro, cambão, arrendamento... Salário mínimo, sindicalização, açudagem e poços artesianos” (DP 09.05.58, p. 18).

No mesmo ano, o Recife foi testemunha da paralisação das atividades econômicas, “*Lock out*”, em resposta à reforma do Código Tributário, imposta pelo governador Cordeiro Farias¹⁹. As classes produtoras promoveram uma paralisação total das atividades econômicas do Recife e em outros centros comerciais próximos. As fábricas e as casas comerciais da cidade foram fechadas (cf. PAGE, 1972, p.73).

¹⁸ Parte da imprensa batizou a SAPP de Ligas Camponesas, epíteto que a tornou mais conhecida.

¹⁹ Cordeiro Farias se elegeu governador pelo partido PSD, em 1954, com 239.393 votos (PANDOLFI, 1984, p. 100). Ele era oficial do Exército Brasileiro e foi um dos fundadores da Escola Superior de Guerra – ESG, que pode ser considerada como importante órgão anticomunista. Cordeiro Farias era considerado um político conservador e anticomunista (PAGE, 1972, p. 73).

Alguns industriais do Recife que também aderiram à mobilização não concordavam com a política econômica de Cordeiro Farias. Na visão de Page (1972, p. 73) “Eles viam que as oportunidades de expandir o desenvolvimento industrial e os mercados internos estavam sendo limitadas por medidas de curto alcance, destinados ao benefício imediato das oligarquias da terra”.

A manifestação dos descontentes durou pouco tempo. O seu objetivo maior era fazer um desfile da oposição na capital do Estado. Segundo Page (1972, p.74), “Tratava-se apenas de um jogo puramente político, destinado a projetar no cenário o nome do líder das forças da UDN, Cid Feijó Sampaio”.

Em razão desse evento, o Diário de Pernambuco publicou a matéria “A greve e seus aproveitadores” que discutiu a atuação dos policiais na greve de 58, dizendo o seguinte:

[...] o deputado Clodomir Moraes, no legislativo, solicita informações ao secretário de segurança sobre os motivos que determinaram a prisão de um grevista. Existe a conformidade do hábito, a polícia, ou por prevenção ou por permissão, fechando os seus olhos à hostilidade dos industriais, peca. Mas se manda às grades, grevistas ou facínoras e comunistas que entre eles se infiltram para perturbar a ordem, também peca. (DP 08.03.58, p. 20).

O discurso desse registro aponta uma das possíveis leituras sobre a atitude adequada das atividades policiais, que, para o autor da matéria, era prender comunistas. Também sinaliza um entendimento sobre os comunistas, os quais se aproveitavam de brechas e se infiltraram no “*Lock out*” dos industriais para promover a desordem social. Esse discurso legitima também a ideia de uma atuação atenciosa da polícia do Estado, que estava pronta e atenta para vigiar as atividades sinuosas do PCB. Esse registro nos apresenta outro nome do Recife: *Cidade em Guarda*.

Essa imagem de uma polícia em prontidão contra o comunismo foi veiculada em 1956, numa matéria do Diário de Pernambuco, que, intitulada “Policiais Cariocas para Desarticular a vasta rede comunista do Nordeste” dizia o seguinte: “Viajaram ontem para o Recife Policiais da Delegacia da Ordem Política e Social”. (DP 11.01.56, p.01).

No mesmo ano, o Diário de Pernambuco relatou, com muito requinte, todo o trabalho da polícia e todo o material dito subversivo encontrado nas células comunistas que foram desarticuladas, na capital de Pernambuco, no dia 6 de janeiro de 1956 (DP 11.01.56, p. 16). Dois dias depois, o mesmo jornal publicou uma matéria informando as novas prisões de militantes do Partido Comunista, com a desarticulação do Comitê Regional do Partido, em Casa Forte (DP 13.01.56, p. 16).

Ainda sobre a desarticulação do Comitê Regional, o Diário de Pernambuco comentou:

A distribuição de uma nota oficial sobre o plano subversivo organizado pelos comunistas, cujo centro estratégico era na nossa capital. Foram encontrados no comitê propagandas comunistas, armas, munições e planos de combate revolucionário (DP 15.01.56, p. 28).

Na mesma matéria do Diário de Pernambuco, discutiu-se a conclusão do inquérito policial:

O delegado auxiliar concluiu o inquérito, que culminou na descoberta de um comitê regional do extinto partido comunista. O relatório contém 20 páginas, informando os planos subversivos dos vermelhos, materiais de propaganda, funcionamentos de cursos de treinamento e doutrinação (DP 15.01.56, p. 28).

Ainda sobre a desarticulação do Comitê Regional, em Casa Forte, o Diário de Pernambuco, no mês de fevereiro de 1956, noticiou uma matéria intitulada “Terminado o interrogatório dos vermelhos”, sobre os rumos investigativos da polícia sobre a chamada queda do comitê: “Está prosseguindo, perante o titular da 3ª Vara criminal, o sumário da culpa dos comunistas presos no prédio 42 na Avenida 17 de agosto. Acusados de apropriação de munições do exército” (DP 18.02.56, p. 14).

Após quatro meses da desarticulação do Comitê Regional, o mesmo jornal divulgou alguns nomes de militantes do Partido Comunista, como Ivo Valença e Hugo Ferraz que foram condenados a um ano de prisão, por estarem “ligados a atividades subversivas da célula do extinto PCB” (DP 16.05.56, p.16).

No mês de julho, o Diário informou a desarticulação do Comitê Distrital do Partido Comunista, localizado no Porto do Recife. A matéria intitulada “Desbaratada o Comitê Distrital Comunista” afirmou que o Partido Comunista “Tinha grande infiltração no sindicato dos trabalhadores da Estiva, arrumadores, portuários, pessoas do Moinho Recife e marinheiros” (DP 23.06.56, p. 05).

O Comitê Distrital do Porto do Recife, segundo o Diário de Pernambuco:

era considerado a viga mestre do PC do Estado, tanto que dispunha da maior assistência, por parte da direção estadual. Os elementos principais da direção Estadual julgavam o Comitê capaz de paralisar todos os trabalhos e atividades do Porto do Recife, o que constituía um grande perigo para economia do Estado (DP 23.06.56, p. 05).

Além dessas notícias sobre a desarticulação de células comunistas na capital de Pernambuco, também se liam, nas páginas policiais do Diário de Pernambuco, matérias sobre os casos de incêndios de canaviais, que estavam acontecendo, naquele momento, no interior do Estado.

No mês de fevereiro de 1956, a matéria do Diário de Pernambuco “Nenhuma Repressão policial aos incendiários dos canaviais”, o autor descreveu os casos de incêndios dos canaviais que estavam acontecendo no Estado, instituindo um clima de conspiração comunista e de subversão quando afirmou: “O crime é atribuído ao grupo de agitadores, bem organizados, talvez de orientação comunista, interessados de mergulhar em pânico a zona canavieira” (DP 19.02.56, p.26).

Um mês depois, outra matéria, “Continuam os incêndios criminosos nos canaviais”, afirmou que os incêndios estavam sendo provocados por sabotadores que queriam prejudicar a economia do Estado, (DP, 06.03.56, p. 16). As Ligas Camponesas foram acusadas, por parte da Imprensa e pelos ditos conservadores, no fim dos anos 50 e início dos anos 60, de insuflarem os trabalhadores rurais a provocarem os incêndios dos canaviais, para prejudicar os proprietários rurais (cf. ANDRADE, 1998, p.268).

Estas narrativas conferiram ao Recife o codinome de *Cidade sitiada pelos comunistas*. Havia o discurso que, no interior do Estado, o PCB aumentava sua atuação com as Ligas Camponesas e com os incêndios ditos criminosos e que existia a possibilidade de invasão dos comunistas no Litoral do Estado.

Esses discursos construíram uma possível sensação de medo ou de aversão que parte da sociedade pernambucana experimentou, diante da atuação comunista no Estado. Essa ideia de cidade sitiada pode ser observada numa matéria do Diário de Pernambuco, que anunciava a chegada de um grupo de geógrafos russos que viria para o Recife. “Hoje, no Recife, dezenove geógrafos de fama mundial vêm fazer observação e estudo do Nordeste. Os russos não tratam de política” (DP 16.08.56, p. 16). A ressalva do autor da matéria sinaliza uma possível sensação de medo e de desconforto que parte da sociedade de Pernambuco, vivenciou com ascendência da esquerda na política internacional e nacional.

Em janeiro de 1958, um barco russo foi retido em Belém do Pará pela polícia paraense. Esta, sabendo que o destino final do barco seria o Recife, entrou em contato com a polícia de Pernambuco, para avisar que um barco russo viria ao Recife (DP 12.01.58, p. 03). Esse registro é interessante para pensar num circuito²⁰ anticomunista que se comunicava e que se ajudava para afugentar o comunismo de seus muros. Em 1958, o Diário de Pernambuco,

²⁰ A Dissertação de Mestrado de Newton Cabral nos oferece indícios da existência de uma rede anticomunista, no Recife. No quarto capítulo, o autor cita a carta que o reitor da Universidade Católica mandou para o arcebispo Dom Antônio de Almeida, em 1953, sobre o estudante Mário Porto Guerra, que, no período, era candidato para presidência do Diretório da UEP. Em linhas explicativas o Pe. Bragança garantiu ao arcebispo que o aluno não era simpatizante do comunismo. Este evento mencionado por Cabral nos oferece rastros de uma rede anticomunista que se comunicava e de que produzia sentido a ação comunista e realizava práticas anticomunistas, no Estado (CABRAL, 1993, p.182).

afirmava que o “Nordeste apresenta-se como uma região de sumo interesse, numa luta eventual entre a URSS e os Estados Unidos” (DP. 27.02.58 pág. 01).

Essa produção discursiva construiu um Recife sitiado pelo medo, definido como no “sentido estrito e estreito do termo é uma e emoção choque, frequentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente e que ameaça, cremos nós, nossa conservação” (DELUMEAU, 1989: 23).

A distinção entre o medo e a angústia, é apresentada como tendo o primeiro “um objeto determinado ao qual pode se fazer frente. A angústia não o tem e é vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos glorificado” (DELUMEAU, 1989: 25).

No Recife, possivelmente parte da população e dos poderes públicos sentiram medo. Para eles, o mal estava por todo lado. O comunismo invisivelmente vagava pela cidade espreitando nas sombras e nas dúvidas. Em que situação o medo invadiu e tocou a cidade do Recife? Para Delumeau (1989, p.25), o medo pode surgir espontaneamente e também pode ser elaborado: “[...] medos refletidos, isto é, decorrentes de uma interrogação sobre a infelicidade, conduzida pelos conselheiros espirituais da coletividade – portanto antes de tudo pelos homens da Igreja.”.

Em Pernambuco, quem o fabricou, quem o sentiu? Qual era o horizonte de “infelicidade” desenhado com a ascensão do comunismo? Para a Arquidiocese de Olinda e Recife e parte da elite, o crescimento das atividades comunistas no Estado representava um grande perigo e uma possível quebra da ordem e da paz. Significava a possibilidade da destruição simbólica do mundo cristão e democrático.

Na produção discursiva do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Antônio de Almeida, Recife estava sitiada pelos revolucionários vermelhos. Para ele, as ruas assistiam ao desfile da esquerda, que se insinuava nos meios políticos e ganhava seguidores nos vários segmentos sociais. Para ele, os comunistas exerciam um forte fascínio sobre a cidade do Recife. Na tentativa de embaraçar um possível futuro, as práticas pastorais de Dom Antônio de Almeida se centraram na condenação da atuação comunista, em Pernambuco. Os seus discursos anticomunistas constituíam a ideia de perigo de uma invasão comunista.

Possivelmente ressentido²¹, o arcebispo disse, numa matéria do Diário de Pernambuco, que “os lavradores tomaram as ruas do Recife, um exército camponês ameaçava

²¹ Iremos analisar os discursos anticomunistas de Dom Antônio de Almeida no 3 °capítulo. Desde sua chegada, o arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife se empenhou na negação do comunismo, e na orientação dos católicos a não votarem em comunistas. Quando o arcebispo deixou a Arquidiocese, em 1960, escreveu um

a tranqüilidade da cidade. O comunismo venceu, afirmava, tomou as ruas do Recife, o exército vermelho desfila demonstrando sua força, anunciando uma iminente revolução” (DP 12/08/60 pág.01). Para Dom Antônio, o comunismo tinha rompido os muros do Recife e desfilava em suas ruas para mostrar sua vitória. Para o arcebispo Dom Antônio de Almeida, o Recife era uma *Cidade Comunista*.

O exército de camponeses a que o arcebispo se referiu eram as Ligas Camponesas, as quais ampliaram sua atuação com a vitória do candidato da Frente do Recife, Cid Sampaio, para governador do Estado, em 1958. Naquele ano, “num período de três meses, as Ligas organizaram 80 atos públicos no Recife” (MONTENEGRO, 2003, p.256).

Um ano depois dessas manifestações públicas, Francisco Julião, líder das Ligas, pronunciou-se a respeito da desapropriação do Engenho Galiléia²², em Vitória de Santo Antão, no seguinte tom: “As ligas concentrarão todos os seus efetivos para o primeiro banho de sangue do governo de senhor Cid Sampaio, caso se assuma nova injustiça contra os moradores de Galiléia”. (*idem*, 2003, p. 259).

A partir desse registro, podemos inferir que a representação da *Cidade do medo*, produzida pela Igreja Católica e por parte da imprensa, não foi apenas uma estratégia utilizada para tentar demover o comunismo do cenário político. Os discursos anticomunistas não eram apenas uma elaboração deliberada, apenas um mero produto da política imperialista e um instrumento para se preservar o *status quo*. Possivelmente havia um estado de temor, havia o medo que o modelo de mundo cristão ruísse (cf. MOTTA, 2002). Sentia-se medo do novo, do desmoronamento de uma sociedade democrática e da destruição dos pilares do cristianismo.

Dom Antônio temeu a ameaça de “banho de sangue” e os ganhos políticos dos movimentos sociais no Estado. O governo de Cid Sampaio cedeu à pressão feita pelas Ligas e assinou a desapropriação do engenho Galileia. Para a esquerda, esse evento significou uma grande vitória e a possibilidade de um novo acordo social que privilegiaria o homem do campo. Mas a reforma parou no prenúncio; a tradição conservadora e oligárquica do Estado de Pernambuco interrompeu o caminho para o novo. A reforma, no governo de Cid Sampaio, estancou no engenho Galileia (cf. MONTENEGRO, 2003).

Diante desses ganhos da esquerda, o arcebispo Dom Antônio de Almeida afirmou “[...] que é realmente apreensível às condições políticas e econômicas de Pernambuco, tendo

artigo rancoroso sobre o crescimento do PCB, no Estado. Naquelas linhas, ressentido, afirmou que executou sua tarefa de sacerdote e avisou o perigo do comunismo, contudo muitos não lhe deram crédito.

²² O projeto de desapropriação do engenho Galileia estava sendo discutido na Assembléia Legislativa. Ver a Dissertação do Pablo Porfírio – **Pernambuco em Perigo**: Pobreza, Revolução e Comunismo (1959-1960). Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2008.

advertido o governo e ao povo sobre as graves consequências de tais movimentos, que são um prenúncio da revolução, se não forem tomadas enérgicas providências.” (DP 12.08.60 pág.01). Para Dom Antônio de Almeida, a revolução comunista partiria do Recife, portanto ele e parte das elites encobriram a cidade do Recife com as palavras Medo, Invasão, Perigo e Revolução.

Uma matéria publicada no Diário de Pernambuco, no ano de 1956, é indicativa na compreensão do possível estado de vigilância e de ameaça no Recife. Com o título “Desconfiar sempre”, essa matéria discutia a desarticulação de células comunistas no Recife, pelo delegado Álvaro Lima. Nela, afirmou-se:

A recente desarticulação de grupos comunistas [...] prova que essa luta contra os vermelhos tem que ser constante [...] Porque ninguém deve acreditar no que o comunismo aparenta. Quando ele se ajoelha, está reverenciando a foice e o martelo. Não reza pela felicidade do próximo, reza pela sua destruição (DP 30.08.56, p. 03).

O Recife foi palco de uma disputa entre os que evidenciavam a ideia de perigo vermelho e os que ignoravam a presença comunista no Estado. O colunista Paulo de Couto Malta, anticomunista, fazia parte de um grupo que evidenciou a ascendência do Partido Comunista no Estado. Normalmente, Paulo de Couto Malta escrevia as discussões das sessões da Assembléia Legislativa, no Diário de Pernambuco.

No dia 10 do mês de outubro de 1956, Paulo de Couto de Malta descreveu as discussões daquele dia na Assembléia Legislativa sobre a importância do intercâmbio comercial entre o Brasil e a Rússia chamado de Frente. O colunista no seu artigo se posicionou contra a Frente, usando os argumentos do Almirante Pena Botto que a Frente era um projeto comunista (27.10.56, p. 06).

E reforçou os seus argumentos que a Frente era comunista, dizendo:

[...] ontem, o camarada Francisco Julião leu um catatau de légua e meia, elogiando a Frente. E o Julião quando se mete a elogiar uma coisa, essa coisa é comunista ou estar para ser. Na Municipal, o pequeno, mas intrépido Miguel Batista, foi o eco de Julião. Amanhã o Clodomir será o eco dos dois...

Estava tudo arranjado para ocasião. Logo que o Manifesto saiu, eles desentocaram os discursos e, como herói Balzac, incharam o peito de gozo: ‘agora nós’.

No meio dos comunistas conhecidos e fichados da Frente, empoleiraram-se os tais senhores que não acreditam no perigo vermelho. Com as suas descrenças oferecem número ao movimento. Esses ingênuos só acreditam em defunto, quando chega no (*sic*) caixão (27.10.56, p. 06).

Esse artigo de Paulo de Couto Malta sinaliza o esforço de enquadrar de comunista a Frente e de naturalizar a ideia da participação ativa de políticos comunistas na Assembléia Legislativa do Estado. Francisco Julião, do Partido Socialista Brasileiro – PSB, não era filiado ao PCB, mas Couto Malta, na sua elaboração discursiva, associou Francisco Julião

diretamente ao PCB. E, quando afirmou que “esses ingênuos só acreditam em defunto, quando chega no (*sic*) caixão”, Paulo de Couto Malta estava dizendo que existia um grupo, nomeado por ele de ingênuo, que não compartilhava da ideia da ascendência do PCB, no cenário nacional e local.

Com o mesmo esforço de acentuar a atuação do PCB, outra matéria do Diário de Pernambuco publicou o incidente no Engenho Manucaia, em São Lourenço, onde camponeses, nomeados de comunistas e agitadores, ocuparam o engenho e receberam a polícia com bala, no mês de julho de 1958, meses antes da eleição estadual. Num clima de propaganda eleitoral, o artigo de um observador político²³, responsabilizou os comunistas pelo evento em Manucaia. E ainda afirmou:

O Sr. Cid Sampaio estará sem dúvida, muito bem servido, se os comunistas que resolverem apoiá-lo, continuarem com estes incidentes. Invadir violentamente propriedades e receber a bala a policia que procura manter a ordem... Das oposições não tem melhor prato como propaganda e para policia não haverá melhor oportunidade a pretexto de assegurar a tranquilidade pública, levar no cacete comunistas e de cabulhada seus ocasionais aliados. Se os comunistas tanto vivem a radar contra os excessos de “reação” policial, não se entende como estejam a lhe fornecer armas para que se pratiquem possíveis excessos [...] Se o sr Capistrano tem mesmo interesse em ver vitoriosos o candidato das oposições , deve dar ordem aos seus inquietos camaradas que se contenham. (DP 25.07.58, p. 03)

Entrando no embate entre os que viam os comunistas por todos os lados e os que não enfatizavam a ideia de presença comunista, o líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, escreveu uma carta ao Diário de Pernambuco rebatendo os argumentos da matéria, que dias antes tinha afirmado ter sido o incidente do Engenho Manucaia de responsabilidade comunista e das Ligas Camponesas. Na carta, ele dizia o seguinte:

Tudo aquilo que os jornais publicaram com tanto luxo e que V. não teve tempo de filtrar é fogo de vista... não há vermelhos criando problema (Julião usa a mesma palavra do colunista) ao candidato da oposição e nem terras invadidas. Nem policia afrontada. Nem justiça pelas próprias mãos. Se V., ou qualquer outro homem de bem aceitar o convite, venham ver de perto o que há é miséria. É a fome. É a opressão. É a lavoura sendo arrancada... e o camponês no facão, no xadrez, tirando de fome e medo... A fome marchando como marchou na China...(o motivo é a necessidade, o motor é a fome, não questões políticas como disse a imprensa) (DP 29.07.58, p. 03).

Francisco Julião concluiu a carta ao jornal, dizendo que o evento do Engenho Manucaia não passou de encenação vistosa. Enfaticamente concluiu, dizendo “tire os comunistas dessa dança e o Cid Sampaio... E nunca fale por alto do camponês” (DP 29.09.58, p. 03). O dispositivo fantasma comunista foi, por diversas vezes, acionado por parte da imprensa e por alguns setores sociais. O Recife foi palco dessas discussões e encenações.

²³ O autor não se identificou.

Mas voltando para o poder criador das palavras, o Recife foi nomeado pelo ex-governador do Estado (1953 a 1954), Etelvino Lins²⁴, de *Cidade Revolucionária*. Decepcionado, o pessedista, dias após a vitória do candidato Cid Sampaio para governador do Estado, em 1958, afirmou, numa matéria do Diário de Pernambuco, que a derrota de Jarbas Maranhão – PSD - representou uma perda irreparável para Pernambuco e para o Brasil. Etelvino Lins também lembrou, na matéria, que Luiz Carlos Prestes, em suas campanhas no Recife, fez previsões afirmando que, do Recife, sairia a marcha vitoriosa da revolução brasileira (DP 09.10.58, p. 03).

Para o ex-governador, os comunistas iriam participar ativamente no novo governo de Cid Sampaio. Concluiu: “E ai do Sr. Cid Sampaio se opuser-se aos compromissos expressos ou tácitos que tenha assumido. Enfrentará então a mais profunda agitação de todos os tempos - sem qualquer autoridade moral para contê-la nas usinas, nas fábricas, nas ruas...” (DP 09.10.58, p. 03).

Na década de 50, A Arquidiocese de Olinda Recife, políticos do PSD, intelectuais católicos e parte da Imprensa - notadamente O Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio e A Tribuna Religiosa, encobriram o Recife com as palavras: *Medo, Revolução, Invasão, Subversão e Incertezas*. O Recife de muitos nomes foi palco da ascendência do esquerdismo e do anticomunismo.

²⁴ Agamenon Magalhães, ao assumir o Ministério de Justiça, em 1945, indicou o Secretário de Segurança Pública, Etelvino Lins para ser interventor do Estado de Pernambuco, sendo ele notabilizado como Secretário da Justiça, durante o regime autoritário de Agamenon, pela suas práticas anticomunistas. Etelvino Lins foi o grande articulador do PSD – Partido Social Democrático, em Pernambuco. (PANDOLFI, 1984:87).

CAPÍTULO II

PRESENÇA COMUNISTA

Em outras palavras, os comunistas se apresentam atualmente com pele de ovelha... No interior continuam lobos vorazes. (ROSSI, 1958)²⁵.

A ideia da presença comunista em Pernambuco, na década de 50, não foi construída apenas com as nomeações feitas por parte da imprensa, pela Arquidiocese de Olinda e Recife e pela polícia. As atividades do Partido Comunista ganharam maior visibilidade no Estado, no final da década de 50.

Em 1922, o Partido Comunista Brasileiro foi organizado. Nas primeiras décadas do século XX, as lutas dos operários vinham sendo conduzidas nas fábricas. Os anarquistas concebiam que a causa operária deveria ser forjada diretamente contra a classe patronal (SEGATTO, 1981).

O Partido Comunista “foi organizado com o objetivo de conquistar o poder político pelo proletariado e pela transformação política e econômica da sociedade capitalista em comunista” (SEGATTO, 1981, p.21). A precípua intenção e propósito, naquele momento, era libertar a classe operária dos ditos ditames do sistema capitalista, através de uma revolução liderada pelos operários.

Nos primeiros anos de existência, o Partido Comunista se concentrou nas discussões com os anarquistas, para definir o projeto de atuação da classe operária. O PCB acreditava que a melhor via de luta seria conduzida pelo Partido, representando a classe operária. Tais sonhos de representação sofreram um golpe, pois o PCB foi rapidamente levado à ilegalidade.

Só em 1927 voltou à esfera legal, com a proposta de realizar uma Frente Única Eleitoral, para garantir a unidade da classe operária. Foi criado o BOC – Bloco Operário Camponês, com o objetivo de ganhar espaço político, mas ele também foi encerrado na clandestinidade, em 1928 (cf. SEGATTO, 1981).

A ofensiva por parte do governo ao BOC foi rápida, com a aprovação da Lei Celerada, que dava suporte jurídico para fechar sindicatos, proibir greves e conter as

²⁵ Segundo Dom Agnello Rossi, bispo do Pirai, os comunistas, gradativamente, na década de 50, projetaram-se nas legendas partidárias, para atingir suas metas de ampliar sua atuação junto às massas. Para o sacerdote, os comunistas adotaram um discurso nacionalista democrático, afim de eleger para o cargo do executivo e legislativo candidatos da Frente Única, que abrigara, de uma maneira geral, candidatos da UDN, PSD e PSB (Rossi, 1958).

atividades comunistas no país. Parte da imprensa nacional e a polícia, naquele momento, deram uma conotação revolucionária a uma greve que ocorreu no Distrito Federal, para levar a opinião pública a acolher a aprovação da Lei Celerada (cf. MOTTA, 2004).

As diretrizes do Partido receberam forte influência do movimento internacional. “Ainda em 1929, Astrogildo Pereira vai a Moscou a fim de elaborar a reformulação da concepção sobre a revolução brasileira, e volta no início de 1930, com os documentos sobre a nova tática” (SEGATTO, 1981, p.35). O Partido, dessa forma, se alinhou efetivamente às teses do IV Congresso da Internacional Comunista – IC. Naquele momento de reformulação do PCB, os seus antigos militantes, chamados de velha guarda, foram afastados dos quadros.

A luta internacional do PC, na década de 30, se esforçava no combate ao fascismo pela via democrática, e o PCB, nos anos de 1935 a 1942, assumiu uma postura similar. Com este espírito, a ANL - Aliança Nacional Libertadora foi construída numa frente de socialistas, comunistas, liberais, operários e de parte da classe média para tentar desarticular o inimigo comum: a influência fascista no Brasil. O projeto não foi muito longe, quando o aparato policial de Vargas desarticulou o movimento da ANL, os seus participantes foram presos, e o próprio Prestes caiu na malha de vigilância do governo getulista (cf. SEGATTO, 1981).

A poeira baixou em 1945, Prestes foi liberto e o Partido ganhou novo fôlego. O líder do PCB conseguiu eleger-se como deputado em vários Estados, inclusive, em Pernambuco. Nessa nova fase, o PCB se mostrou preocupado com o desenvolvimento do país. Dois anos após a empolgante liberdade, inicia-se, no cenário internacional, a indisposição política entre os Estados Unidos e a União Soviética, iniciando a famosa Guerra Fria. Esse evento teve um desdobramento negativo para o PCB, pois começou, no país, a caça às bruxas (cf. SEGATTO, 1981).

No tempo da ilegalidade e de práticas anticomunistas, o PCB usou brechas para continuar a sua atuação política. Nas eleições municipais de outubro de 1947, o PCB não lançou nenhum candidato, em Pernambuco. No entanto os comunistas participaram das eleições como candidatos de outros partidos políticos, como o PSP – Partido Social Progressista. Essa estratégia usada pelo PCB foi chamada de entrismo. No Recife, com uso dessa manobra, foram eleitos onze vereadores sob a legenda do PSP (cf. AGUIAR, 1993, p.69).

A Guerra Fria teve uma enorme repercussão no Brasil, provocando uma campanha anticomunista por parte dos setores mais reacionários, Eram “Os comunistas acusados de serem dirigidos por uma potência estrangeira, e de pretenderem destruir a

civilização Ocidental e Cristã” (SEGATTO, 1981, p. 223). No governo de Dutra, intensificou-se a ação anticomunista, e os funcionários públicos sob suspeita de serem comunistas foram demitidos.

A caça às bruxas ocorreu também no campo de produção intelectual, o governo de Vargas e de Dutra construiu uma ampla rede de vigilância e de censura. Vários livros, já nas décadas de 30 e 40, foram apreendidos e censurados por fazerem propaganda comunista (cf. CARNEIRO, 2002).

Nesse clima de repressão, o PCB passou por reformulações. Em 1956, com a denúncia dos crimes de Stalin, o Partido passou por crises. Depois das críticas ao stalinismo, o PCB não se pronunciou, porque uma parte do Partido acreditava que não passava de uma armação dos imperialistas norte-americanos. Em 1958, o PCB, depois das querelas internas, decidiu tentar ocupar os espaços políticos pela via democrática para tentar barrar o imperialismo e destruir as estruturas nomeadas pelo PCB de semifeudais, que ainda resistiam no país (cf. SEGATTO, 1981).

A escolha do uso das urnas foi confirmada na Declaração de Março de 1958. Naquele encontro, a cúpula do Partido reconhecia que havia a “necessidade da ação em Frente única” entre as forças políticas que estavam interessadas na luta contra “a política de submissão ao imperialismo norte-americano” (KONDER, 1980, p.105).

A queda do Comitê Regional no Recife, em 1956, também foi um evento importante que direcionou o Partido, em Pernambuco, a reformular suas táticas de atuação. A conjuntura internacional e local levou o Partido Comunista de Pernambuco a assumir uma postura que garantisse o apoio das massas. A queda do Comitê apressou as reformulações táticas; as alianças políticas eram a saída para o Partido se mostrar presente nos rumos políticos do país.

As alianças políticas, naquele momento, foram utilizadas pelo PCB como uma estratégia para ocupar espaço no poder e escapar das ações repressivas da polícia. A partir de 1957, os militantes do partido começaram a ganhar notoriedade política. Mas, “a polícia, apesar dos seus constantes esperneios não teve espaço de atuação repressiva contra os comunistas” (BRAYNER, 1989, p.64), porque tais militantes agiam dentro do espaço da legalidade, dentro dos partidos e dos movimentos sociais do período.

O objetivo político do PCB, naquele instante, era ampliar suas bases sociais e se tornar um partido das massas. E, segundo Flávio Teixeira, “o PCB foi, isoladamente, o partido com melhor performance eleitoral na chamada Grande Recife, obtendo, por diversas vezes, uma maior número de votos (TEIXEIRA, 2007, p.46).

A aceitação de partidos da esquerda, no grande Recife, pode ser entendida a partir da formação da Frente do Recife. Desde 1954, o Partido Comunista fez a opção pelo processo eleitoral em defesa dos seus interesses nacionais e anti-imperialistas. Em nome do desenvolvimentismo e do nacionalismo, a esquerda preconizou alianças com as classes produtoras (cf. SOARES, 1982).

A oportunidade que o PCB teve de ampliar suas atividades dentro das Oposições Unidas, sobretudo no Grande Recife, foi devido ao desgaste político do pessedista Cordeiro Farias. Havia “insatisfação das mais amplas camadas da sociedade” com o projeto de reforma do Código Tributário. Parte da classe produtora ressentida com o governo do PSD, devido à ameaça aos seus interesses econômicos, aliou-se a partidos da esquerda que faziam oposição ao governo (cf. BRAYNER, 1989, p.64).

A formação da Frente do Recife criou uma polarização na conjuntura política do Estado, no fim da década de 50: de um lado, a Oposições Unidas e de outro, Cordeiro Farias (cf. PANDOLFI, 1994). Dulce Pandolfi alia-se à historiografia, quando argumenta que os partidos que formaram as Oposições Unidas partiam do objetivo comum de desmontar a máquina política do PSD, líder das disputas políticas de Pernambuco, desde o Estado Novo. Essa hegemonia foi desmontada com a vitória de Cid Sampaio, em 1958.

Como já foi dito no primeiro capítulo, a Historiografia²⁶ defendeu uma singularidade na vida política de Pernambuco, devido às vitórias eleitorais da esquerda na capital. Roberto Aguiar discordou dessa ideia de uma vocação esquerdista como algo particular a Pernambuco. “Tratava-se, portanto, de um fenômeno generalizado em todo o Nordeste e não um caso isolado do comportamento eleitoral em Pernambuco, muito menos no Recife” (AGUIAR, 1993, p. 96).

Enfim, na década de 50, o PCB assumiu uma postura de alianças políticas. A situação do Brasil, sobretudo em Pernambuco, era atípica. Para o Partido, ainda se tinha resquício do sistema semifeudal. A proposta do Partido era ampliar sua base de atuação e garantir a condução da revolução que, naquele exato momento, era o desenvolvimento do capitalismo.

Portanto a Arquidiocese de Olinda e Recife e outros setores sociais reagiram a essa reformulação do PCB, no cenário político. Tais segmentos de poder anticomunistas, através de discursos e ações, tentaram desarticular qualquer proposta de mudança efetiva do *status quo* no Estado.

²⁶ (AZEVEDO, 1982; SOARES, 1982; ANDRADE, 1982).

2.1 A missão anticomunista no Brasil

Rodrigo Patto Motta, em sua obra “Em guarda contra o perigo vermelho”, apresenta um dos estudos mais recentes sobre as práticas anticomunistas no Brasil, nos anos de 1917 a 1964. O autor começa a discussão, afirmando que anticomunistas eram pessoas ou grupos que se dedicaram à luta contra a proposta comunista marxista-leninista. Assegura que o anticomunismo não pode ser analisado de forma homogênea, pois havia projetos díspares na luta contra o comunismo no Brasil, no século XX. Essa heterogeneidade acentua-se no âmbito das estratégias traçadas para o combate de negação do chamado credo vermelho.

Havia “Matrizes do Anticomunismo” diferentes que elaboraram argumentos os quais deram sustentação às representações acerca do perigo comunista no Brasil: o catolicismo, o liberalismo e o nacionalismo. (MOTTA, 2002, p.15).

O nacionalismo pode ser entendido a partir da visão de que a nação é um conjunto orgânico, como uma unidade superior a conflitos sociais. O nacionalismo parte da ótica da defesa da tradição, da ordem e da integração e da centralização. O comunismo, por sua vez, rompia com toda essa perspectiva de nacionalismo, pois o cerne da sua proposta revolucionária era o confronto das classes sociais. A ideia mais ousada dos comunistas, para os nacionalistas, era a noção de que os trabalhadores não tinham uma pátria e sim, uma causa única: a revolução (cf. MOTTA, 2002).

Outro aspecto negativo do comunismo, na visão do anticomunismo nacionalista, era a suspeita, alarmada na imprensa, de que o PCB trazia elementos estrangeiros para o país. Em suas fileiras, havia a presença dos imigrantes, os quais representavam um perigo em potencial para o país, naquele momento (*op. cit.*).

O anticomunismo significado pelo liberalismo percebeu o comunismo como algo pernicioso, porque negava os pressupostos mais caros do liberalismo: a liberdade política e o direito à propriedade privada. Porém a liberdade não foi muito explorada pelo anticomunismo pautado no liberalismo, porque a política brasileira a suplantara por diversas vezes com seus governos autoritários, a exemplo o período de Estado Novo, com Getúlio Vargas. O argumento mais convincente e que arrebatava as elites e a Igreja Católica em suas práticas anticomunistas era o perigo da perda do direito à propriedade privada (cf. MOTTA, 2002).

A vertente mais importante do anticomunismo no Brasil foi empregada pela Igreja católica. Esta entendia o comunismo como um perigo latente para religião. O anticomunismo empreendido pelos homens da Igreja foi uma forma encontrada para garantir a sobrevivência do modelo explicativo cristão e como estratégia para construir o lugar de importância da

Igreja Católica junto ao Estado, no início do século XX, na manutenção da ordem política e social. (*op.cit.*).

A Igreja Católica foi um dos agentes mais importantes na construção da ideia de uma conspiração comunista no país. Essa ideia de presença efetiva dos comunistas foi produzida pela Imprensa, pelos periódicos católicos e divulgada nos púlpitos das Igrejas (cf. MEDEIROS, 2007, p.33). Um dos periódicos mais atuantes contra o comunismo de circulação nacional e internacional (nos Estados Unidos) foi a revista eclesiástica de publicação trimestral a REB²⁷ – Revista Eclesiástica Brasileira, direcionada para o clero. Em suas páginas, liam-se artigos de alguns bispos e de padres sobre o perigo dos tempos modernos, e o comunismo, por sua vez, foi citado como personagem central naqueles escritos.

Para os intelectuais católicos, o comunismo representava a expressão e a continuação do mal que foi forjado na Renascença e na Reforma Religiosa. Para a Igreja Católica, os revolucionários comunistas estavam imbuídos do mesmo espírito destruidor que rondou a Igreja no século XVI (cf. MOTTA, 2002).

As orientações oficiais da Igreja Católica contra os socialistas foram emitidas no final do século XIX, pelo Papa Leão XIII. Na *Rerum Novarum*, ele apontou soluções para os problemas sociais. Na encíclica *Divinis Redemptoris*, publicada em 1937, por Pio XI, a questão anticomunista foi discutida com mais clareza. Essa carta pastoral apontou o comunismo como a principal ameaça da religião, e, através dela, o Papa Pio XI orientou o clero a criar uma ofensiva contra os comunistas, por meio de corporações cristãs que viessem atender às necessidades dos operários (cf. RODEGHERO, 2002, p.480).

O Papa Pio XII na Exortação Apostólica *Menti Nostrae*²⁸, em 1950, afirmou, no documento da Suprema Congregação do Santo Ofício:

Decreto de excomunhão dos comunistas e seus colaboradores. Os eminentíssimos e reverendíssimos cardeais que têm a seu cargo a defesa do que diz respeito à fé e aos costumes... Não é lícito aos católicos participarem do partido comunista, ou favorecê-los, porque o comunismo é materialista e anticristão, e seus chefes, ainda que, por palavras, digam que não combatem a religião, mostram-se de fato, com doutrinas e obras, inimigos de Deus, da verdadeira religião e da Igreja de Jesus Cristo (SILVA, 2007, p. 72).

Segundo esse autor, esse documento foi distribuído, na cidade do Recife, pela Arquidiocese de Olinda Recife, em 1954. O esforço anticomunista da Igreja Católica não foi

²⁷ Coleção localizada na Biblioteca da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, no setor de periódicos, na estante 68.

²⁸ Esse documento data de 25 de novembro de 1950. Documento de Pio XII. Coleção de Documento da Igreja. São Paulo: Paulus, 1998, N. 115 *Apud* SILVA, 2007, p.72).

motivado apenas pela condução dos operários nas lutas pela reformas sociais, mas pela ameaça que a filosofia comunista oferecia ao modelo do mundo cristão. O materialismo ateu e a tese da luta violenta entre as classes sociais divergiam dos principais pressupostos do cristianismo: o amor ao próximo.

Além dessa ameaça simbólica, os comunistas se posicionaram contra os religiosos e fecharam seus templos na Rússia. Na Guerra Civil Espanhola, fascistas contra comunistas, na década de 30, a Igreja Católica foi alvo de crítica e o seu clero e seus fiéis foram perseguidos por parte das autoridades comunistas (cf. RODEGHERO, 2000).

A leitura desses eventos, no Brasil, somada ao Levante Comunista de 35 provocou uma reação anticomunista mais elaborada da Igreja Católica. O episcopado brasileiro, através das cartas pastorais, montou um arsenal anticomunista, passou a condenar o comunismo de forma mais elaborada, usando o recurso simbólico religioso, para combater o Partido Comunista Brasileiro (cf. MOTTA, 2004), utilizando-se das cartas pastorais²⁹ para centralizar a atuação do episcopado brasileiro e para combater o comunismo (cf. CABRAL, 1993). Esses documentos foram utilizados como principal veículo da propaganda anticomunista da Igreja Católica (cf. RODEGHERO, 2000).

Contudo tais posicionamentos teóricos, liberalismo, nacionalismo e catolicismo que discutimos superficialmente, não tinham fronteiras estabelecidas, mas sim, pontos de encontros. A partir dessa análise, podemos falar em anticomunismos no Brasil, os quais atribuíram distintas significações ao comunismo, a partir do universo do catolicismo, do nacionalismo e do liberalismo. Entretanto os anticomunismos do Brasil receberam o mesmo tratamento e enquadramento pela Historiografia.

Há também uma tendência na escrita da História brasileira e dos estudos de Ciências Sociais de escreverem mais sobre as forças revolucionárias, deixando, em segundo plano, os grupos chamados de conservadores. Quando esses são estudados, são esquematizados, dentro de uma perspectiva maniqueísta, e são tratados num tom sugestivo de denúncia. A discussão do conservadorismo não pode ocupar a parte secundária das discussões políticas, mas como questão central para se entender os desdobramentos da política contemporânea brasileira (cf. MOTTA, 2002).

A tese de que o anticomunismo foi apenas um mero produto da política imperialista e um instrumento para se preservar o *status quo* põe em sombra outras questões

²⁹ As Cartas Pastorais, dentro do Projeto de Romanização (submeter o catolicismo brasileiro ao modelo romano), foram usadas como instrumento para difundir as palavras de ordem eclesiástica (CABRAL, 1993, p.169).

relevantes, como a ameaça real que parte dos anticomunistas sentia com o discurso materialista ateu dos comunistas. Havia o medo de que o modelo democrático e cristão ruísse. Para Igreja Católica, a vitória do comunismo, no Brasil, poderia representar uma perda irreparável para o catolicismo brasileiro (cf. MOTTA, 2002).

O anticomunismo deve ser analisado a partir do seu caráter multifacetado, e deve ser tratado como fenômeno duradouro que apresentou mais permanências do que mudanças. No entanto as representações do anticomunismo também apresentaram singularidades em determinado contexto (*op.cit.*).

O anticomunismo no Brasil emergiu, no primeiro momento, sob influência da política externa, porém não reproduziu completamente os modelos vindos de fora. As representações e ações anticomunistas tiveram fatores externos e internos. As elites brasileiras, muitas vezes reprodutoras do imperialismo cultural, adotaram algumas experiências internacionais para negar o comunismo. A influência externa marcante se deu na produção simbólica da ideia de que o comunismo estabeleceria a desordem no mundo democrático e na adoção de técnicas repressivas contra o comunismo. A polícia brasileira, por exemplo, recebeu apoio e treinamento dos Estados Unidos para combater o comunismo (*op.cit.*).

Contudo havia certa diversidade das experiências anticomunistas internacionais, a exemplo dos Estados Unidos que tinham suporte anticomunista fundamentado no liberalismo. Já aqui no Brasil, os valores religiosos eram a base preponderante do anticomunismo (*op.cit.*).

A singularidade do anticomunismo no Brasil foi forjada, na década de 40 e 50, pela Igreja Católica e por parte das autoridades civis e militares, na elaboração da ideia de covardia e de violência comunista no país, utilizando interpretações e imagens do Levante Comunista de 1935. O levante foi usado para a criação de um vasto arsenal de significados para a propaganda anticomunista. Assim, o Levante de 1935 foi evocado, pelos anticomunistas, na memória, para destacar a presença indesejada e perigosa de agentes comunistas no país.

Parte da imprensa apropriou-se dessa elaboração discursiva e elegeu o Levante Comunista de 1935 como ícone do perigo comunista no país. Dessa forma, houve elaborações originais do anticomunismo no Brasil (*op. cit.*) e havia certa autonomia, por parte das autoridades brasileiras, na adoção da política internacional contra os comunistas. O governo democrático de Getúlio Vargas (1951-1954) e o de Juscelino Kubitschek (1955-1960) não se centraram na luta ferrenha contra o comunismo, como o governo dos Estados Unidos assumiu, na década de 50. Porém outros setores no Brasil foram tocados pelo alarme

anticomunista dos Estados Unidos. A Igreja Católica, a Força Armada e parte de políticos conservadores se alinharam a alguns aspectos do anticomunismo americano. Esse alinhamento notadamente se concretizou na confecção da ideia de os comunistas representarem uma ameaça nacional e na criação de um estado de vigilância na nação, para combater a presença comunista (cf. BORGES, 2003).

Logo as práticas anticomunistas da Igreja Católica no Brasil e da Arquidiocese de Olinda e Recife faziam parte de uma parcela social que compartilhava a ideia de uma ameaça comunista no Brasil. A construção dessa ideia de inimigo da nação e da civilização cristã ganhou força, como já foi dito, no início da Guerra Fria. Os discursos da Arquidiocese de Olinda e Recife, no governo pastoral de Dom Antônio de Almeida (1952-1960), não apresentou singularidade nem muito menos originalidade nas suas práticas e discursos anticomunistas. Dom Antônio de Almeida estava alinhado com as diretrizes de Roma a respeito do comunismo.

No término da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a União Soviética despontaram como potências mundiais que queriam, através de práticas imperialistas, influenciar e cooptar a Europa e a América Latina. A partir dessa bipolarização simbólica e militar, os Estados Unidos enviaram missões de militares, para países da América Latina - inclusive o Brasil, para lançar um programa de assistência militar, com o objetivo de estabelecer uma segurança coletiva, diante da ameaça dita subversiva dos comunistas. (cf. BORGES, 2003).

Com esse intuito, a Escola Superior de Guerra - ESG³⁰ foi criada no final da década de 40, pelos militares brasileiros (cf. BORGES, 2003, p. 87), para promover cursos, a fim de difundir a Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida pelos Estados Unidos para combater os comunistas. Essa Doutrina de Segurança Nacional “defendia uma manifestação ideológica que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais” (BORGES, 2003, p.24).

A Escola Superior de Guerra - ESG promoveu cursos para divulgação da Doutrina de Segurança Nacional para os militares, políticos, professores, intelectuais, empresários, magistrados e universitários. O objetivo dos cursos ministrados era incutir a concepção da existência de um perigoso inimigo que estava infiltrado na sociedade brasileira (*idem*, p.36).

³⁰ ESG foi pensada inicialmente para ministrar só para militares o curso de alto comando (Decreto nº25.705, de 22/10/1948), mas acabou sendo organizado para civis e militares. Ver CAMARGO, Aspásia e GÓES, de Walder. **Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias**: Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 409.

Segundo Cordeiro Farias, o grande organizador da ESG, os matriculados nos cursos eram chamado de estagiários. Na ESG, não havia o distanciamento professor e aluno, todos eles eram colaboradores (CAMARGO; GÓES, 1981, p.414). Os reformuladores da Doutrina de Segurança Nacional, no Brasil, ensinaram para seus estagiários que os comunistas estavam presentes no país, bem organizados para, no momento pertinente, emplacarem um golpe através da violência e estabelecerem um Estado autoritário. Dessa forma, a ESG elaborou e constituiu o comunismo como inimigo da nação, na década de 40 e 50. Essa escola militar se tornou um importante símbolo da luta anticomunista no país. (cf. BORGES, 2003, p.36).

Portanto a racionalização³¹ das práticas anticomunistas, na década de 50, no Brasil, notadamente sofreu ressonâncias dos discursos da Doutrina de Segurança Nacional, elaborados pelos Estados Unidos. Essa doutrina construiu o suporte discursivo que legitimou a perseguição e a negação das práticas comunistas, a partir do argumento da manutenção do estado de ordem do país.

A sua estratégia era estabelecer um estado de guerra total, usando a estratégia de uma guerra psicológica, na tentativa de expurgar da nação o dito inimigo da ordem democrática e da ordem cristã. A arma psicológica era “aniquilar moralmente o inimigo e de separá-lo dos demais cidadãos... O esforço da Doutrina de Segurança visa desmoralizar o inimigo, a produzir deserções, criar silêncio, a fazer cooperar e a fazer aderir às políticas do Estado” (BORGES, 2003, p.28).

Como já foi dito, a formulação dessa ideia de inimigo da nação foi forjada nos anos da Guerra Fria, nos Estados Unidos. A Guerra Fria “persuadiu milhões de norte-americanos a interpretar seu mundo em termos de insidiosos inimigos em casa e no exterior que os ameaçavam com o aniquilamento nuclear e de outras formas” (RODEGHERO, 2002, p. 468), construindo ela, nos Estados Unidos, em alguns setores sociais, o que esse autor chamou de uma histeria anticomunista.

O exemplo desse estado de vigilância total contra os ditos inimigos nos Estados Unidos foi a criação, em 1938, da *House Committee on Un-American Activities* (HUAC) – Comitê de Atividades Anti-americanas, que era uma espécie de comitê especializado para investigar qualquer tipo de atividades nomeadas de subversivas e

³¹ A ideia de racionalidade das estratégias de poder discutidas por Foucault é a de que o que interessa não é a imposição da estratégia de poder, mas a racionalidade usada para impor o poder. FOUCAULT, Michel. A poeira e a nuvem. In **Ditos e Escritos**: estratégia, poder-saber. Vol. IV. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

Em 1948, por exemplo, investigou a alegada infiltração comunista em agências do governo federal, recolhendo informações [...] em 1951, investigou a infiltração comunista na indústria cinematográfica (RODEGHERO, 2002: 469).

A luta anticomunista nos Estados Unidos foi veiculada através de publicações de livros anticomunistas e dos filmes nos estúdios de Hollywood (cf. RODEGHERO, 2002, p.469). No Brasil, a luta contra o comunismo teve suas primeiras manifestações na imprensa, em 1917. Alguns jornais brasileiros cobriram os eventos políticos da Rússia e ressaltaram o dito descontentamento dos russos com a revolução e a perseguição que os católicos estavam sofrendo na Rússia. Parte da imprensa, do Brasil, utilizou a estratégia de condenar o comunismo, afirmando os ditos insucessos da revolução russa, e acentuando o estado de agitação e de anarquia no país provocada pela revolução comunista (cf. MOTTA, 2002).

No início do século XX, parte da imprensa do Brasil tratou o comunismo como uma força exótica que estava longe da realidade brasileira. A racionalidade do anticomunismo, naquele momento, era negar a existência do o comunismo (cf. MOTTA, 2002).

Mas com a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, a tática de combate ao comunismo se tornou mais urgente e mais necessária. A emergência do PCB causou desconforto em diversos setores sociais do Brasil.

A partir de 1930, a propaganda anticomunista se mostrou mais ativa. A conjuntura política que levou Vargas ao poder inspirou medo à Igreja Católica e a alguns setores ditos conservadores. Parte da imprensa acusou Vargas de se render aos caprichos dos comunistas. Além desses rumores de atuação do comunismo no governo de varguista, crescia a aceitação do comunismo como alternativa política para resolver os problemas do país (cf. MOTTA, 2002).

Em 1932, a Aliança Integralista Brasileira – AIB, liderada por Plínio Salgado, foi criada com o intuito de se construir como alternativa política para barrar o crescimento do comunismo no Brasil, inclusive muitos padres entraram em suas fileiras. A partir de 1930, consolidou-se a ideia da necessidade de uma atuação mais efetiva do anticomunismo (cf. MOTTA, 2002).

Após o fim do Estado Novo, o anticomunismo católico concentrou seus esforços em vigiar as sendas trazidas pela liberdade democrática. A Igreja Católica intensificou sua campanha anticomunista e fez questão de acompanhar o eleitorado nas disputas partidárias do país, para evitar o ingresso de candidatos apoiados pelos comunistas (cf. RODEGHERO, 2002, p.480).

Essa caça as bruxas se estendeu também para o campo da produção intelectual. Vários livros, nas décadas de 30 e 40, foram apreendidos sob suspeita de comungarem o credo dos comunistas. Em 1941, uma livraria na Praça da Sé, no Rio de Janeiro, foi fechada sob acusação de vender livros considerados sediciosos de comunistas e de anarquistas (CARNEIRO, 2002, p.135).

A paranoia contra o perigo vermelho no mundo das letras manifestou-se em vários Estados brasileiros, inclusive em Pernambuco, onde foi apreendido o livro “Tarzan, o Invencível”, considerado subversivo pelo governo de Agamenon Magalhães. Os seus censores justificaram a apreensão, devido ao uso do termo específico dos revolucionários vermelhos, a expressão “camarada” usada por Tarzan. O livro foi visto pelos vigias anticomunistas de Agamenon como uma estratégia de doutrinação dos comunistas dirigida às crianças, em Pernambuco (cf. CARNEIRO, 2002, p.158).

Em 1952, a Juventude Estudantil Católica - JEC de Pernambuco publicou um artigo n’A Tribuna, comunicando aos católicos que o Departamento de Boa Imprensa da Juventude Católica retomou suas atividades para divulgar a lista dos bons livros (A Tribuna 21.06.52 p. 06). Essa matéria da JEC lança indícios de que, em Pernambuco, existia, por parte de grupos católicos, a preocupação de apontar os bons livros para serem lidos pelos católicos. Se a JEC fornecia o trabalho de indicar uma lista dos bons livros, possivelmente os livros não mencionados não deveriam ser lidos. Infelizmente, não conseguimos encontrar a lista dos ditos bons livros. Mas este registro é significativo para pensar num possível estado de vigilância, no qual não se podia ler livremente.

Enfim, vivia-se, na primeira metade do século XX, um estado de vigilância e de medo, e a Igreja Católica foi uma das instituições que mais se envolveu na campanha anticomunista, montando todo um aparato discursivo a partir de símbolos religiosos e nacionais, para combater o dito inimigo: o comunismo.

A idéia de que havia expansão do Partido Comunista no Brasil foi estimulada pela produção de falas, de discursos veiculados na imprensa e nas pregações nos púlpitos das Igrejas. A Igreja Católica construiu um mito em torno do comunismo. Ela assumiu um lugar destacado na construção da ideia de conspiração e de invasão do comunismo no Brasil. “Assim a ameaça comunista no Brasil pensada como mito pode ser entendida como uma realidade existente e também como uma mistificação desta realidade produzindo uma ação[...] o próprio discurso anticomunista que funda e realimenta o mito, e ações[...]” (MEDEIROS,2007, p.34).

A Igreja Católica, dentro do contexto da Guerra Fria, se posicionou, com sua propaganda anticomunista em seus periódicos e nos púlpitos, alertando os católicos do perigo trazido pelo comunismo. A atuação anticomunista não ficou apenas nos discursos; a intervenção social da Igreja Católica com as obras assistencialistas foi a principal medida contra a suposta invasão dos comunistas, porque a Igreja acreditava que o terreno para disseminação do credo ateu dos marxistas era a miséria. Dessa forma, a Igreja Católica tentou erradicar a miséria com projetos assistencialistas, para tentar afugentar o seu inimigo (cf. MEDEIROS, 2007).

A negação mais efetiva foi engendrada numa intensa campanha anticomunista montada pelos intelectuais católicos e pelos clérigos. A Batalha foi montada no espaço simbólico, o campo do duelo se configurou no mundo das letras, isto é, na imprensa que foi tido como uma importante arma pela Igreja para expandir o catolicismo. Dom Adelmo, bispo de Maceió, afirmou que o jornal O Semeador era “a voz sempre disponível de Deus e da Igreja, nesta hora em que os meios de comunicação tem uma dinâmica singular e crescente de poderem governar ou desgovernar o mundo” (MEDEIROS, 2007, p.112).

Na Carta Pastoral Coletiva de 1951, o episcopado brasileiro defendia a missão da imprensa e essa fora anunciada como uma arma eficaz utilizada pela Igreja, pelo Papa Leão XIII, no século XIX. Em Maceió, dom Adelmo, na década de 60, fez a mesma defesa, quando falava da “força [que] possuem os jornais e outras publicações congêneres, para o bem e para o mal” (MEDEIROS, 2007, p.113). O Padre Palmo, afirma Medeiros (2007, p.115), comparou a imprensa católica a um púlpito eclesiástico, pois “o jornal católico pequeno ou grande, vive na brecha, ensinando e corrigindo. Corrige os desmandos da vida pagã.”

Um intelectual católico alagoano Florêncio Teixeira, nos seus artigos publicados no jornal O Semeador, defendeu a necessidade de uma imprensa católica para educar as massas. Ressaltou “o empenho das autoridades eclesiásticas usando as armas modernas contra os inimigos modernos da Igreja” (MEDEIROS, 2007, p.116).

A argumentação para uma imprensa católica partia da ideia de que os supostos inimigos tinham acesso aos meios de comunicação sem nenhuma restrição, por isso a Igreja deveria entrar no debate com o mesmo espaço. Monsenhor Ascânio Brandão, na década de 50, escreveu, no jornal O Semeador, uma crítica aos católicos do Rio de Janeiro, que permitiram publicações comunistas:

“Todavia os comunistas já acabaram as discussões, já estão por aí na massa do povo e os católicos ainda estudam a possibilidade de um Diário Católico nas grandes cidades. E vão engolindo tudo, tudo que a imprensa queira dizer contra a nossa fé e contra a Igreja de Cristo (MEDEIROS, 2007, p.118).

Monsenhor Ascânio Brandão continuou afirmando: “Santos Jornal e Diário de Notícias são dois diários católicos do interior paulista. E vão bem e respondem na altura a qualquer insulto à religião e ao clero, e combatem denodadamente o comunismo” (MEDEIROS, 2007, p.118).

Os oponentes que, recorrentemente, eram citados nos discursos anticomunistas produzidos pela Igreja Católica eram o protestantismo, o liberalismo, a maçonaria e o comunismo. A Igreja, nos três primeiros decênios do século XX, acreditava numa frente única de tais inimigos contra a sua fé. Logo o esforço da Igreja com a Ação Católica e com uma imprensa atuante era combater tais males, pois havia a necessidade de cristianização do homem moderno para afastá-lo do mal.

2.2 Os antecedentes do anticomunismo na Igreja Católica em Pernambuco

É necessário descrever os antecedentes ou os intercessores de Dom Antônio em suas atividades contra o PCB, mas não por compartilharmos da prerrogativa de que a disposição linear dos fatos nos faça construir um saber seguro sobre o nosso objeto de estudo. Mas é necessário trilhar esse caminho, para afastar as suspeitas ingênuas, que tivemos no início da nossa pesquisa, de que a atuação da Arquidiocese de Olinda e Recife contra a ascendência da esquerda era algo singular ao pastoreio de Dom Antônio de Almeida Moraes Junior.

Embevecidos pelos registros que localizamos, no primeiro momento arriscamos a atribuir toda a responsabilidade e a originalidade das práticas anticomunistas, em Pernambuco, ao bispo Dom Antônio de Almeida. Erramos. Por isso, é necessário percorrermos a atuação da Igreja Católica contra o comunismo, para nos distanciarmos da primeira impressão que tivemos.

Desde a consolidação do Estado laico, a Igreja Católica, no início do século XX, assumiu uma postura de reconquista do território perdido. Concentrou esforços a partir da implantação do ensino religioso, na formação de líderes e intelectuais católicos e da consolidação de uma Imprensa Católica³², para difundir as doutrinas católicas para reconquistar seu lugar de poder e de influência no Brasil (cf. MIRANDA, 1988).

Afirma Riolando Azzi (2008, p.11) que, desde a consolidação do Estado republicano, a Igreja Católica perdeu seu espaço de poder:

³² Imprensa Católica deu seus primeiros passos com a criação da Associação da Boa Imprensa em 1870 (SILVA, 2003).

Segundo os prelados, com a organização do Estado leigo, a partir da decretação do regime republicano, a instituição eclesiástica fora marginalizada da vida pública e social. Por essa razão, estavam eles realizando um esforço a fim de reconquistar uma posição de privilégio para crença católica, sob a alegação de que se tratava de um direito assegurado pela própria tradição cultural do país.

Essa iniciativa de reconquista e defesa das doutrinas católicas justificava-se, pela Hierarquia Católica e por leigos, por uma exigência da Tradição Cultural e pela presença de doutrinas ditas exóticas que provocavam a dissolução da fé católica. Para a revista *A Ordem* (nº 2, 1927, Rio de Janeiro, *apud* MIRANDA, 1988, p.55), o Brasil:

Sucumbe numa verdadeira desagregação atômica, corroída, apodrecido, e grave em toda extensão da sua trama nervosa, pela mais variada multiplicidade de grupelhos indecisos e vãos, mesquinhos, baixos, verdadeiros ajuntamentos de vermes, de vermes verminosas, sem cor e nem forma, fruto da própria podridão, que parece subir no fundo da nossa história, do nosso passado, não se sabe onde, talvez importada, talvez posta aqui ontem, por este ou aquele sopro da universal conspiração judaico-maçônica, que, há mais de cem anos, de todos os modos, infecciona o largo e generoso seio da civilização cristã.

Para salvar o país desse dito caos, conforme Miranda (1988), a Igreja Católica adotou uma postura reformadora junto à sociedade. Ela tentou reforçar as doutrinas católicas no país, através do incentivo de uma Imprensa Católica e da formação de grupos de leigos, para combater a ascendência de ideias que eram contra a Igreja Católica.

Na tentativa de defender o catolicismo, pois este vinha sendo ameaçado pelo crescimento de outras religiões, no início do século XX, a Igreja Católica se institui como protetora de uma Tradição, da qual ela se posicionou como guardiã de um ser brasileiro, construindo-se como parte da tradição cultural do Brasil. Estrategicamente, a Igreja Católica fez uso da Tradição, “A tradição é uma herança que define e mantém uma ordem ao apagar, uma ação transformadora do tempo, só retendo os momentos fundadores dos quais tira sua legitimidade e força” (BALANDIER, 1997, p.37).

Com o uso do discurso da defesa da Tradição, a Igreja Católica se empenhou no projeto de sacralizar a sociedade e ainda usou o apelo de que o catolicismo era a cola social do Brasil. A esse respeito, escreveu Severino Vicente, na Revista *Eclesiástica Brasileira*:

A Hierarquia da Igreja percebe que não pode deixar o espaço vazio para ser ocupado por outras instituições religiosas, especialmente o protestantismo e o espiritualismo. Assim desde a Pastoral de 1910, já começam os bispos a insistir em que o catolicismo é a argamassa do sentimento pátrio (SILVA, 1989, p.342).

Tais discursos, pautados na Tradição e no sentimento de pátria, refletiam os anseios do projeto de romanização empreendidos pela Igreja Católica, no século XX. Entende-se por romanização a “imposição dos princípios centralizadores de Roma sobre a

sociedade brasileira” (AZZI, 2008, p.11). Esse projeto, vivenciado desde o final do século XIX, no pontificado do Papa Pio IX (1846-1878), centrava-se na valorização dos sacramentos, no respeito ao senso de hierarquia eclesiástica e na preocupação com a doutrinação (cf. CABRAL, 1993, p.166).

Dom Leme, o arcebispo de Olinda e Recife, em 1916, iniciou esse projeto de romanização com a carta-manifesto que versava sobre o esforço de recatolizar o país, a partir de uma ação centralizadora de Roma. Essa postura realizada pela hierarquia desejava fazer frente ao Estado Laico, o qual foi significado, pela Igreja Católica, como uma afronta à fé. Essa famosa carta de Dom Leme sinaliza o interesse que a Igreja Católica tinha em ser percebida pelo Estado com mais simpatia (cf. SILVA, 1989, p.342).

Afirma Riolando Azzi (2008) que a cristianização da sociedade brasileira tratava de assegurar o lugar privilegiado de ditar regras e de formar moralmente a população do Brasil. Esse esforço é nítido na carta enviada por Dom Leme a Carlos de Laet, na qual afirmava que “A nós, homens de fé e da Igreja, cabe impor ao mundo a ordem cristã” (Santo Rosário, p.53).

O projeto de sacralizar a sociedade passa pela discussão de violência simbólica, isto é, “a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica)” (BOURDIEU, 2007, p. 11). A Igreja Católica e seus intelectuais estavam envolvidos na fabricação e na imposição de uma representação do mundo através do uso do “poder simbólico que é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo” (BOURDIEU, 2007, p. 09).

Segundo Azzi (2008), dentro desse esforço de estabelecer a ordem, a Igreja Católica criou alguns mecanismos para deslegitimar socialmente qualquer tipo de doutrinas ou atuações políticas que ferisse a ordem cristã. A instituição Católica julgava-se, nas primeiras décadas do século XX, como exclusiva representante dos ditos verdadeiros e únicos valores religiosos do país. “O projeto Episcopal era, portanto, bem claro: tratava-se de impor uma diretriz doutrinal e ética, emanada diretamente da Santa Sé” (AZZI, 2008, p.17).

A Imprensa Católica, criações de Conferências Católicas, criações de grupos para os leigos, retiros espirituais e programas radiofônicos foram usados para atender ao projeto de conferir ao catolicismo brasileiro a submissão à Igreja Católica de Roma (cf. AZZI, 2008). A Igreja Católica, para realizar a romanização do país, utilizou os espaços de produções simbólicas para instituir a sua verdade e sua visão de mundo.

De acordo com Silva (2007, p.105), Dom Leme, arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, de 1916 a 1921, incentivou os católicos a ocuparem espaços na política e na imprensa, para tornarem a sociedade brasileira mais católica. Dom Leme e Jackson Figueiredo foram pioneiros nesse esforço de catolizar o país. Eles fundaram, no Rio de Janeiro, a revista *A Ordem*, em 1921. Um ano depois, fundaram o Centro Dom Vital, com o objetivo de montar uma ação que unisse o Episcopado Brasileiro e os leigos, na obra de recatolização do país (cf. MIRANDA, 1988). Segundo Cabral (1993, p. 169), o objetivo de Dom Leme era a formação de uma liderança católica que ocupasse lugares de poder no governo, para defender o catolicismo.

Em Pernambuco, anos depois, com o mesmo espírito reformador e com os mesmos objetivos de valorização da fé católica, o arcebispo Miguel Valverde, de 1922 a 1951, incentivou a formação da Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica – CMMA. Com a dita proteção da Virgem Maria, esse movimento almejou acabar com o indiferentismo religioso e combater as doutrinas nomeadas de pagãs. Os marianos, liderados pelo Pe. Fernandes, reuniam-se uma vez por semana, para discutir formas de combater o avanço dos opositores da Igreja Católica (cf. MIRANDA, 1988, p.61).

No início do século XX, as práticas dos militantes da Congregação Mariana, segundo Newton Cabral (1993, p.172, 174) eram “atividades anticomunistas, magníficas paradas da fé, retiros fechados durante o carnaval, atividades sociais etc. [...] A luta contra o comunismo foi o grande empenho do Pe. Fernandes e da CMMA, fazendo com que este se vangloriasse do sucesso obtido pelos seus congregados Marianos nessa luta na década de 30.”

Dos encontros dos marianos, em 1924, nasceu o Circulo de Estudo de Mocidade Acadêmica. Desse grupo, surgiram intelectuais católicos que atuaram incisivamente na defesa do catolicismo, na década de 50, em Pernambuco, como Nilo Pereira, Luiz Delgado, Arnóbio Tenório, Willy Lewin, Manuel Lubambo, Tadeu Rocha, Milton Pontes e José Colier, os quais se dedicaram na defesa da ordem católica (cf. MIRANDA, 1988, p.61).

Nilo Pereira e Luiz Delgado ocuparam importante espaço, na década de 1950, no jornal católico *A Tribuna*. Os seus artigos versavam sobre a crise da moralidade e o papel importante da Igreja Católica na condução dos problemas sociais. Luiz Delgado escrevia, diariamente, no *Jornal do Comercio*, na coluna “Idéias, livros e fatos”. Esse intelectual católico também era presidente do Conselho Metropolitano dos Vicentinos de Pernambuco³³, um importante grupo católico envolvido em ações sociais, no Estado, na década de 50.

³³ Mais adiante discutiremos a Congregações Vicentinas, uma importante organização católica que realizou atividades assistencialistas.

Em 1926, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Miguel Valverde, incentivou a criação d'A Liga para Restauração das Ideias, para combater a ascendência da esquerda. A Liga para Restauração das Ideias foi liderada pelo padre Fernandes, o qual se empenhou junto com a Congregação Mariana no combate ao comunismo, no Estado (Cf. CABRAL, 1993, p.173). A Liga Restauradora das Idéias se preocupou com a formação de intelectuais e de uma imprensa preparada para fazer oposição a todos os movimentos e ideias que fossem de encontro às doutrinas católicas (cf. MIRANDA, 1988, p.61). A CMMA também se centrou na formação de intelectuais católicos, para ocuparem posições na sociedade, a fim de defenderem o catolicismo. Segundo Cabral (1993, p. 175), os marianos ocuparam secretarias estratégicas no governo de Agamenon Magalhães, em 1937.

Em 1931, a Congregação Mariana fez uma campanha para implantação do Ensino Religioso nas escolas, para que a Igreja Católica retomasse o seu lugar na formação dos brasileiros. A grande preocupação da Igreja, naquele momento, era a emergência de doutrinas e grupos políticos que ameaçavam o mundo católico. Para conter um tempo de indiferentismo religioso, a Igreja se mobilizou para ganhar os espaços públicos em defesa da fé católica.

A congregação Mariana, dentro da exigência de romanização do catolicismo brasileiro, isto é, centralizar a espiritualidade nos sacramentos e conferir a hierarquia eclesial à condução das cerimônias e festas dos santos, tinha, como escopo, o combate às doutrinas comunistas. Cabral (1993, p.181) afirma que uma das tarefas dos marianos era estabelecer uma linha ofensiva às doutrinas marxistas.

Com essa mesma motivação, em 1931, foi criada a União Nacional de Católicos por Deus e pela Pátria - UNCDP. Mas, conforme se lê em Miranda (1988), com um caráter mais agressivo, tanto que a UNCDP, efetivamente, se envolveu em confrontos corporais com os maçons. Os soldados de Cristo, como os seus membros eram chamados, reivindicavam, em comícios, nos bairros do Recife, que o Estado Brasileiro reconhecesse o catolicismo como a religião do povo, que mantivesse o casamento como um sacramento inviolável e que o ensino religioso fosse incorporado.

No Estado Novo, momento em que houve a suspensão do Estado democrático, no final da década de 30, como já foi dito, a Igreja Católica passou a concentrar seus esforços no combate às ideias comunistas. Esse posicionamento atendeu às diretrizes assinadas por Pio XI, na encíclica *Divinis Redemptoris*, de combater o dito pernicioso comunismo ateu. Influenciado por essa encíclica, o Episcopado Brasileiro se pronuncia a respeito do comunismo. A Carta Pastoral dizia o seguinte:

Por toda a parte, e em todos os países em que conseguiu dominar, instala-se o terrorismo coletivo; incêndio das Igrejas, assassinios dos sacerdotes, desacato e morticínio de religiosas consagradas à oração e à caridade, execução de cidadãos em massa. O sangue humano corre em torrentes. Nem a vida nem a honra de suas vítimas é respeitada. Eis a lição da realidade. Não quiséramos acreditar na possibilidade de tantos excessos, tão desumanos e tão cruéis, mas os fatos impõem-se com evidência tão dolorosa quanto Incontrastável!(*in* MIRANDA, 1988, p.89).

A partir da manifestação do Episcopado brasileiro, os homens da Igreja Católica – hierarquia e leigos - reassumem uma postura anticomunista. Foram realizadas várias conferências e palestras no meio católico, para se discutir o grau de ameaça das atividades comunistas no país. Miranda (1988, p. 89) nos diz que, no mês de fevereiro de 1938, Recife recebeu o abade Pedro Roeser, sob missão da União Católica, para advertir a sociedade de Pernambuco da ameaça marxista no país.

A grande preocupação do episcopado brasileiro, nas décadas de 40 e 50 era a defesa da doutrina católica e a necessidade de combater o comunismo (cf. CABRAL, 1993, p.27). Com esse espírito de defesa, foi criada, em 1943, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel Nóbrega, posteriormente tornada a Universidade Católica de Pernambuco. Segundo Nilo Pereira, ex-professor da Universidade Católica de Pernambuco e da Universidade Federal de Pernambuco, a maior aspiração, na montagem do ensino superior pela Igreja Católica, no Recife, era construir uma cultura católica (*in* CABRAL, 1993, p.37).

Ainda com este empenho, o Pe. Bragança, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel Nóbrega, fundou a revista Verdade e Vida, que circulou nos anos de 1948 e 1949. Ela possuía artigos sobre estudos científicos, Letras, Artes e Religião. O Pe. Mosca e o Pe. Abranches eram os responsáveis pela seleção dos artigos que seriam publicados.

Os artigos da Verdade e Vida versavam, principalmente, sobre os pontos de defesa da doutrina católica e a condenação do comunismo, no Estado de Pernambuco. Em 1948, num fascículo intitulado Nabuco, havia onze artigos de diversos assuntos, e, salienta Cabral (1993, p. 43) sobre “o comunismo, foram publicados 6 artigos...”. Dessa forma, esse periódico católico, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel Nóbrega, desempenhou um importante papel na formação do anticomunismo, em Pernambuco.

A entrevista do padre salesiano Giacomo Gallo, apresentada na Dissertação de Mestrado de Newton Cabral, corrobora a argumentação de que a revista Verdade e Vida e a Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras Manoel Nóbrega, diligentemente, realizaram práticas anticomunistas. O diretor da faculdade, Pe. Bragança, foi citado na memória do salesiano como peça chave de campanhas anticomunistas, no Recife. Segundo a elaboração da

memória do padre salesiano, “O Pe. Bragança... lembro da influência que ele tinha na cidade mesmo, nas grandes ocasiões. Eu não estou bem lembrado da data, mas sei que houve uma manifestação, certa vez, anticomunista, em que o Pe. Bragança falou em praça pública...” (in CABRAL, 1993, p.181).

Na interventoria de Agamenon Magalhães³⁴, na década de 40, as práticas anticomunistas foram executadas no esforço de promover educação e moradia para os operários. Gominho (2007, p.144) afirma que “o Estado e a Igreja se uniram no sentido de defender a Família e o lar do proletário dos elementos de dissolução: egoísmo depravado, falso individualismo, divórcio e imoralidade, irreligião”.

Acreditavam que o homem era produto do meio em que vivia. Com essa convicção, o Estado passou a se preocupar em possibilitar moradias higiênicas e, conseqüentemente, inculcar, na mentalidade operária, o gosto pela propriedade privada. De acordo com Gominho (2007, p.145) “Incentivar o gosto pela propriedade privada fazia parte da estratégia, em contraposição ao que pregava o comunismo. Agamenon Magalhães enxergava o desejo dos moncabeiros em tornarem-se proprietários”.

A questão habitacional, na gestão de Agamenon Magalhães, foi conduzida como requisito importante na imposição de uma disciplina, no cotidiano do operário cidadão. O Estado também se preocupou com a questão educacional do operário, ensinando-os a trabalhar e servir a Deus e ao Estado. Os que não se enquadravam no ideal do trabalho, o Estado os entregava aos cuidados do departamento policial chamado de Ação de Vigilância contra a Falsa Mendicância e Vagabundagem, pois “Para o estado Novo era preciso conquistar a confiança dessa massa, mantê-la ocupada com ideais elevados, distantes da contaminação comunista” (GOMINHO, 2007, p.150).

Outra frente anticomunista no Estado Novo, em Pernambuco, foi realizada no Teatro. A Diretoria de Reeducação e Assistência, junto com Valdemar de Oliveira e o grupo Gente Nossa, realizaram, no mês de junho de 1939, um concurso de peças teatrais dirigidas aos operários, com enredo exigido por Agamenon Magalhães, que enaltecesse

A dignidade do trabalho, o combate às doutrinas dissolventes, a economia do lar, a estabilidade da família, o amor à pátria, o combate decisivo às forças anárquicas

³⁴ O governador Paulo Lima Cavalcanti foi aliado do poder executivo de Pernambuco e Agamenon assumiu e estabeleceu laços estreitos, em sua gestão, com a Igreja Católica. O seu secretariado foi composto pelos jovens que tinham feito parte da Congregação Mariana: Manuel Lumbabo ocupou a pasta da Fazenda, Etelvino Lins, a de Segurança, Apolônio Sales, a da Agricultura, Arnóbio Tenório, a Secretária do Governo e Nilo Pereira, o Departamento de Educação (PANDOLFI, 1984, p.48). Em 1945, Agamenon Magalhães assumiu o Ministério da Justiça e indicou Etelvino Lins para interventor do Estado de Pernambuco (*idem*, p.91). Em 1950, Agamenon foi eleito governador do Estado.

desintegradoras da nação, como o divórcio, o comunismo, o laicismo (*in* GOMINHO, 2007, p.156).

No mesmo ano, os Centros Educativos Operários foram organizados por Milton de Pontes, Ministro do Trabalho do período, com o aval de governador do Estado. Os centros se propuseram a oferecer assistência social, cursos profissionalizantes, construção de moradia para a classe trabalhadora. Os Centros Educativos visavam:

Orientar o povo no combate ao credo vermelho, imunizando-os com os serviços de reeducação e assistência, facilitando-lhe os meios apropriados para que se processasse um soerguimento cultural, moral, social e econômico, enfim, construindo-se uma barreira de civismo contra a infiltração solerte do internacionalismo soviético (Decreto n. 13, *apud* GOMINHO, 2007, p.167).

Com o mesmo objetivo de combate ao credo vermelho, na década de 50, os intelectuais católicos usaram o jornal A Tribuna, como importante campo simbólico para o soerguimento moral de Pernambuco e para combater o comunismo. Através dos seus artigos, esses intelectuais criticaram o indiferentismo religioso e instituíram um tempo de crise moral. Tudo aquilo que trouxesse em si marcas do moderno foi alvo de críticas dos representantes do pensamento católico, em Pernambuco.

Outra atuação anticomunista, de forma mais indireta, foi desenvolvida pelas Conferências Vicentinas, em Pernambuco. Elas atuaram em quase todo o país, realizando um programa de assistência social, no Brasil, no século XX. A finalidade das Conferências era agrupar voluntários para promover assistência aos pobres. Elas foram fundadas por Frederico Ozanan, na França, no século XIX, e, no Brasil começaram atuar no final do II Império.

Em 1930, o arcebispo da Diamantina, Dom Joaquim Silvério de Souza, afirmou que as Conferências Vicentinas atuavam para a manutenção da ordem social “dando lenitivos aos padecimentos do corpo, acalmando os ímpetos de insurreição em muitos corações, estabelecendo modesta, mas eficazmente, a tranqüilidade em boa parte da sociedade” (AZZI, 2008, p.25).

Otaniel Bezerra, um dos líderes da Congregação Vicentina, ressaltou, num artigo intitulado “A ação vicentina e a ameaça do comunismo”, que as práticas de assistência social iriam aliviar os sofrimentos dos pobres e o povo esquecer-se-á facilmente dos credos extremistas e jamais precisará dele (*idem*). As práticas dos vicentinos podem ser entendidas como práticas anticomunistas, pois:

A prática de assistência aos pobres, por conseguinte, era vista como um instrumento importante para afastar os riscos do comunismo no país e conferir uma boa consciência às classes abastadas (*op.cit.* p.26).

Em Pernambuco, as Conferências Vicentinas³⁵ ganharam impulso novo no mês de setembro de 1953, com os preparativos da celebração do primeiro centenário da morte do seu fundador, Francisco Ozanan (A Tribuna, 02.09.53 p.01). A assembléia geral da Sociedade Vicente de São Paulo se reuniu no mês de agosto, na Igreja do Colégio de S. Vicente na Estância, onde recebeu o arcebispo da Arquidiocese de Olinda, o qual proferiu o seguinte discurso: “Meus caros vicentinos: foi com prazer que aceitei o vosso convite para celebração da missa no dia em que vós comemorais a festa de São Vicente de Paula, apóstolo da caridade e exemplo de extraordinária para estimular a vossa vida dedicada ao bem dos pobres e desvalidos (A Tribuna, 02.08.53 p.01). Dom Antônio de Almeida deu suporte a diversas organizações católicas do período, as quais estiveram empenhadas na resolução social.

Enfim, em Pernambuco, na primeira metade do século XX, exerceram-se diversas frentes anticomunistas. Como já foi dito no início deste capítulo, a bandeira anticomunista não foi apenas hasteada pela Arquidiocese de Olinda e Recife, na década de 50. Havia, desde as primeiras décadas do século XX, a colaboração de intelectuais, de padres, de políticos e de jornalistas, no projeto de promover a Igreja Católica, numa sociedade laicizada, e de expurgar qualquer doutrina que ferisse as doutrinas da Igreja.

Na década de 50, as práticas anticomunistas, com os revestimentos exigidos pela sua época, usaram a imprensa e outros espaços de poder na instituição de uma percepção de um tempo de crise devido à presença comunista. Diversos registros nos permitem afirmar o esforço de grupos sociais na produção de uma ideia de que Pernambuco estava passando por um momento de perigo, devido ao crescimento do PCB.

Os intelectuais católicos foram protagonistas na elaboração dessa percepção. Essa construção discursiva ganhou realce meses antes da chegada do novo arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, em 1952. A elite letrada católica vibrou com a nomeação de Dom Antônio de Almeida para a Arquidiocese de Olinda e, nos seus vários discursos elogiosos que nós encontramos, a escolha do novo bispo foi referendada por se tratar de um bispo conhecedor dos problemas sociais que o país estava enfrentando naquele momento, especialmente pelos seus escritos na REB e pelos seus livros publicados, que tratavam da questão social.

No próximo capítulo, com mais detalhes, situaremos os intelectuais católicos que enxergaram a atuação pastoral de Dom Antônio de Almeida como mais uma alternativa da

³⁵ A Tribuna e o Jornal do Commercio descreveram em várias matérias as reuniões Vicentinas em Pernambuco.

Igreja Católica, para barrar aqueles que acreditavam que Pernambuco deveria ser palco de uma revolução comunista.

CAPÍTULO III

A CHEGADA DO ARCEBISPO EM TEMPO DE CRISE: O ANÚNCIO DE UMA MISSÃO ANTICOMUNISTA.

Talvez nunca, na história da Humanidade, pesasse sobre o mundo uma crise tão universal e avassaladora. Já não é um recanto isolado da terra, uma determinada leva de homens, uma nação apenas que sente essa espécie de angústia e de insegurança. Os tentáculos dessa hidra terrível vão asfixiando todos os homens. A doce eúritmia, a despreocupação tão feliz dos séculos passados dilui-se como nébula ao sol da realidade descontente (Carta Pastoral, Dom Antônio de Almeida, bispo de Montes Claros, 1948)³⁶.

Meses antes da chegada do novo arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, Dom Antônio de Almeida Morais Júnior, em Pernambuco, discutia-se, no periódico católico *A Tribuna*, os problemas que angustiavam parte dos homens, em 1952. Tristão de Athayde³⁷, um importante intelectual católico³⁸, no âmbito nacional, afirmava que se vivia naquele período:

um materialismo dialético, virulento, imperialista, catastrófico, querendo um dilúvio, desta vez de fogo como Mao-Tse-Tung não esconde com a sua teoria de revolução Oriental, para reconstruir o mundo sobre as bases da proletarização universal, da obediência servil de cada cidadão ao Estado todo Poderoso e sua incorporação à Máquina (*A Tribuna*, 05/01/52 pág. 1 e 4).

Nos anos da década de 50, o cenário internacional, para Athayde, inspirava insegurança e crise. Esse registro sinaliza a possível percepção de um tempo de crise e de ameaça, que parte de uma sociedade construiu, com a ascensão do comunismo.

³⁶ Carta Pastoral da Arquidiocese de Montes Claros, localizada no Acervo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Olinda e Recife.

³⁷ Tristão de Athayde era o pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, um importante intelectual católico das décadas de 30 e 40. Ele foi diretor do Centro D. Vital, a partir de 1928, uma importante instituição de leigos preocupados em defender a doutrina católica. O Centro D. Vital, com a liderança de Alceu Amoroso Lima, foi contra a dita Revolução de 1930. Segundo Carlos Miranda, essa postura marcadamente de direita, representou o espírito dos intelectuais católicos do Centro D. Vital (MIRANDA, 1988, p. 56). Alceu Amoroso Lima participou da fundação da Liga Eleitoral Católica - LEC. Também foi secretário geral da Editora Agir, que difundiu o pensamento católico. Ver em *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2º Ed. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

³⁸ Como já foi dito no segundo capítulo, a Igreja Católica, a partir do início do século XX, preocupou-se em formar uma elite intelectual católica, em instituições católicas, para catolizar o país dentro do projeto de Romanização. Segundo Newton Cabral, a Igreja Católica buscando alcançar os diversos setores sociais, investiu na formação de uma elite letrada. D. Sebastião Leme, Jackson Figueiredo, Pe. Leonel França e Alceu Amoroso Lima se empenharam na estruturação de uma intelectualidade católica com a criação da revista *A Ordem*, do Centro D. Vital e do Instituto Católico de Estudos Superiores (cf. CABRAL, 1993, p.169). A Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica – CMMA contribuiu, efetivamente, nas décadas de 30 e 40, na formação de intelectuais católicos, em Pernambuco (CABRAL, 1993, p.178).

Essa ameaça era desoladora, segundo esse pensador católico, porque, para muitos, o materialismo econômico passou a ter um significado religioso. E como Deus decidira fundar outro mundo com Noé e sua arca mítica, o comunismo estava disposto a implantar, através do fogo e da destruição, um novo mundo, onde o Estado Comunista ditaria as regras. Os valores que não atendessem a essa nova forma de ver o mundo seriam sucumbidos, naquele momento pelo Dilúvio (A Tribuna, 05/01/52 pág. 1 e 4).

Em outro artigo intitulado “Guerra Mundial III?”, Athayde atribuiu, notadamente, àquele tempo a significação de ameaça e de crise, afirmando que a Revolução Russa de 1917 era o acontecimento mais importante, no mundo contemporâneo, e que o chefe maior da Rússia não tinha nenhum constrangimento moral, para instigar mais uma destruidora guerra (A Tribuna, 26/01/52 pág. 01e 04).

No mesmo artigo, Athayde comparou Stalin a Hitler, ressaltando o interesse do primeiro de implantar no mundo, através da força, o materialismo. Afirmou o articulista, possivelmente assustado:

Não tenhamos a menor ilusão. A guerra continua a ser a esperança do comunismo, como sempre foi do fascismo desde o berço. Se houvesse, nos cálculos de Stalin ou de Mao-Tse-Tung, a menor probabilidade de êxito em uma guerra, esta seria imediatamente provocada (A Tribuna, 26/01/52 pág. 01e 04).

O discurso de Tristão de Athayde construiu o comunismo como uma ameaça internacional, pois, para o autor da matéria, o comunismo estava disposto a difundir as doutrinas materialistas, através do uso da violência. A estratégia anticomunista desse discurso era constituir uma percepção de que se vivia, naquele período, uma possibilidade iminente de uma crise, devido à probabilidade de uma Terceira Guerra, instigada pelos russos. A racionalidade discursiva de um tempo de crise foi construir aproximação e semelhanças entre o comunismo e o fascismo. O discurso anticomunista desse pensador católico projetou a Rússia como um país imperialista, que estaria disposto a deflagrar mais uma guerra de proporções mundiais.

Ainda nessa leitura de constituição de um tempo conturbado, Mário G. Tavares³⁹ destacou alarmado a ascendência dos comunistas, no cenário internacional e nacional. Esse também intelectual católico entendeu a ascendência do comunismo como uma ameaça virulenta à fé católica. Ainda afirmou que os comunistas começaram uma guerra sem precedentes contra o sobrenatural. E destacou que “essa guerra não é feita aberta e lealmente, é feita em surdina, pela mentira, pela difamação, pela fraude. Por isso, os seus detalhes são

³⁹ Mario G. Tavares jornalista, escrevia n ‘A Tribuna Católica e no Jornal do Commercio.

poucos conhecidos entre nós, mesmo poucas vozes podem atravessar a cortina de ferro.” (A Tribuna, 16/02/52 pág. 01).

Faltando poucos dias para o novo arcebispo desembarcar no Recife, o coro dessa invenção de um tempo de aflição e de angústia aumentou o volume. Nilo Pereira⁴⁰, professor universitário, num artigo, publicado no jornal A Tribuna, sobre a chegada de Dom Antônio de Almeida, identificou, naqueles primeiros anos da década de 50, em Pernambuco, um inquietante problema: a penetração do comunismo. A ameaça comunista, no discurso de Nilo Pereira, tinha chegado efetivamente:

Esta é uma área (o Estado de Pernambuco) batida pelos ventos da revolução bolchevistas, pela impiedade, pelo ódio de agentes que outra coisa não pretendem senão acorrentar-nos ao carro do triunfo stalinista. (A Tribuna, 22/03/52 pág. 01).

O discurso de Nilo Pereira, sobre a chegada do novo arcebispo, deve ser entendido a partir do seu lugar de produção. Nilo Pereira representava a intelectualidade Católica, em Pernambuco. Como já foi dito no segundo capítulo, quando ele era jovem, fez parte do Círculo de Estudo Acadêmico, o qual tinha sido idealizado pelo arcebispo D. Miguel Valverde na década de 30. Nilo Pereira e outros intelectuais⁴¹ foram mobilizados e incentivados pelo arcebispo Dom Miguel Valverde a representarem a intelectualidade Católica, a qual defenderia e divulgaria as Tradições Católicas. Os envolvidos no Círculo de Estudos Acadêmicos fundaram em 1931, a Revista Fronteiras. Em suas páginas, liam-se assuntos tocantes à nacionalidade, à religião e ao anticomunismo.

Nilo Pereira também fez parte da União Nacional-Católica por Deus e pela Pátria – UNCDP, que atuava nas cidades de Pernambuco, fazendo comícios em defesa de uma sociedade católica (cf. MIRANDA, 1988, p.64). Ele e outros intelectuais católicos se posicionaram em lugares estratégicos de poder da sociedade, como Universidade, Imprensa e Assembléia Legislativa, para defender a Tradição Católica, em nosso Estado.

Portanto Dom Antônio Almeida foi esperado, com notório entusiasmo por esse grupo seletivo de católicos, que se preocupava com a manutenção da ordem moral e católica.

Para Nilo Pereira, Pernambuco estava presenciando uma hora de extrema dificuldade e ameaça, para ele:

⁴⁰ Participou da Congregação Mariana. Intelectual Católico, professor da Universidade Católica, também foi deputado Estadual. Ver MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **Igreja Católica no Brasil: Uma trajetória reformista (1872-1945)**. Dissertação do Mestrado da UFPE, 1988. Nilo Pereira dirigiu o Departamento de Educação de Pernambuco, no governo de Agamenon Magalhães, no período do Estado Novo (PANDOLFI, 1984, p.48).

⁴¹ Luiz Delgado, Arnóbio Tenório, Willy Lewm, Manuel Lubombo, Tadeu Rocha, José Colier e Milton Pontes. Ver em MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **Igreja Católica no Brasil: Uma trajetória reformista (1872-1945)**. Dissertação do Mestrado da UFPE, 1988.

O comunismo está avassalando a sociedade, não somente pelo que possa exprimir como agitação e subversão da ordem política e democrática, mas pelo que representa sua incontestável vitória no amoralismo da vida cotidiana. Aí está o teatro indecoroso, o cinema existencialista, a radiofonia perversa, conluídos para lançar por terra isso a que chamamos, um tanto pomposamente, a nossa tradição cristã (A Tribuna, 22/03/52, pág. 04).

Esse registro sinaliza que a percepção de um tempo de crise não foi apenas confeccionada pela ideia da presença de atividades nomeadas de subversivas no Estado. Os novos temas discutidos no teatro, no cinema e no rádio que feriam os ditos bons costumes e a moralidade católica, também foram personagens marcantes na construção de uma percepção de um tempo de crise para a intelectualidade católica. Nilo Pereira afirmava que o comunismo estava insinuando-se no Estado, não apenas com atuações políticas, mas com o amoralismo, com um novo olhar sobre o mundo, sem as referências católicas.

O teatro indecoroso a que Nilo Pereira se referiu era a peça “O Culpado foi você”, apresentada nos dias 25, 26 e 27 de março, dias depois da chegada do arcebispo no Recife. A manifestação de desagrado maior do pensador católico provavelmente foi movida pelo entusiasmo e hospitalidade que o Teatro Santa Isabel se prestou a dar à peça do deputado Nelson Carneiro, por meio da qual se defendiam as ideias da legalização do divórcio⁴² (Jornal do Commercio - JC 22.03.52 p.04).

A peça, no formato de comédia e com o elenco de atores consagrados pela crítica teatral brasileira, como Mário Brasini, Iracema de Alencar, André Villen, Alda Verona, Edmundo Maia, Isa Rodrigues, segundo o Jornal do Commercio, fez sucesso:

[...] alcançou o mais escandaloso êxito nos palcos cariocas e paulistas: pelo menos tem lido em jornais do Sul notícias sobre esse sucesso. É provável, portanto, que, no Recife, o êxito não seja menor. Mesmo porque somos uma cidade civilizada, de população esclarecida, que poderá apreciar a arte dramática do Sr. Nelson Carneiro, autor, sem deixar-se contaminar pelas ideias por ele defendidas. O que é certo, porém, é que teremos uma rápida temporada de três dias, mas que marcará época na vida da cidade, principalmente nos meios teatrais, com fortes reações das hostes anti-divorcistas (JC 22.03.52 p. 04).

Com o codinome de *Civilizada e Esclarecida*, a cidade do Recife recebeu a comédia, aparentemente despreziosa, do deputado baiano, que defendia a necessidade de se aprovar, em nosso país, o divórcio. Segundo o jornalista Mário Melo, “O culpado foi você” era uma série de fatos na família de um anti-divorcista, personagem principal, que sustentou

⁴² Sobre a discussão da aprovação do divórcio no meio católico, na década de 1950, em Pernambuco ver Cabral, Newton Darwin de Andrade. Da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de “Manoel da Nóbrega” à Universidade Católica. Recife, Dissertação do Mestrado, CFCH, UFPE, 1993.

seus argumentos sobre a indissolubilidade do vínculo conjugal até o desfecho do drama. Para o cronista:

[...] a peça para agradar a um e a outro. Os anti-divorcistas ouvem todos os argumentos de que façam mão na boca de seus personagens, a figura central da peça, cuja intransigência se afirma até a queda final do pano: os divorcistas veem reproduzidos quadros da vida real, completamente irreparáveis ao Brasil, embora de solução fácil na maioria dos países estrangeiros. Aí está a inteligência da propaganda. Os fatos se sobrepõem aos argumentos (JC 28.03.52 p.02).

A boa recepção a uma peça que fazia apologia ao divórcio, pela imprensa e pelo público, para Nilo Pereira, era sinal de um tempo de crise. Para ele, o mundo cristão estava preste a desabar, a Tradição Católica estava ameaçada pelo indiferentismo religioso e pelo fascínio pelo novo. O casamento, um dos símbolos mais importantes da Tradição Católica, estava sendo ameaçado pelos grupos favoráveis ao divórcio. Nilo Pereira, num tom pessimista, no jornal A Tribuna, afirmou, no momento em que o Jornal do Commercio anunciava, com notas entusiásticas, os dias da exibição da peça “O culpado foi você”, que:

Fazemos alguma contra isso? Não. As famílias ditas católicas comparecem a todos esses espetáculos do neopaganismo; e até não falta quem diga “que a Igreja precisa evoluir”, como no que tange ao divórcio, prática que ainda não adotamos talvez por certa cerimônia bem-pensante e hipócrita, pois nos vamos encaminhando a largos passos para oficializar a dissolução da família brasileira (A Tribuna 22.03.52 p.04)

Três dias após a cordial homenagem que o arcebispo recebeu dos operários e das autoridades do Estado, no teatro Santa Isabel, afirmou Nilo Pereira, na matéria intitulada “Sob o mesmo Teatro” n’A Tribuna:

Abrem-se as portas e corre o velário do mesmo teatro para uma espécie de homenagens às avessas à dignidade eclesiástica de sua Exa. Revma., com uma encenação de uma peça que visa inocular, sob o anestésico da arte, o veneno da tese divorcista no espírito sugestionável de grande parte das nossa plateias tolerantes[...] O que interessa é por relevo o chocante contraste entre esses dois acontecimentos tão próximos no tempo e tão afastados na essência.

A calorosa manifestação da gente simples ao seu novo prelado, manifestação que, por sinal, sucedeu na mesma casa a outra menos expressiva da gente “de destaque”, traduziu muito bem a expansão da alma de povo sacrificado e bom, ante a fagueiras esperanças que se concentram na figura simpática e sugestiva desse homem de Deus, que vem das montanhas do sul, como lídimo portador de uma abençoada mensagem de paz e de verdade, para esse nordeste calcinado pelas inclemências do sol e do egoísmo dos senhores de terra. A concorrência àquele outro espetáculo, onde se procura solapar os alicerces de uma formação cristã, sedimentada através das gerações, no espírito dos humildes e dos poderosos, pela força bendita de uma sadia tradição, que mergulha suas raízes na geira fértil do catecismo, a concorrência àquele outro espetáculo, repito, é um desconcertante sinal dos nossos tempos (A Tribuna, 05/04/52 pág.02).

Diante de tantas coisas, afirmou Nilo Pereira que “os deveres da Igreja adquirem uma importância que é fácil de ver e da qual não está ela de nenhum modo despercebida nem

decurada” (A Tribuna, 22.03.52 p. 04). Ele conclamou, num tom imperativo, os católicos para assumirem uma postura firme e atuante diante desse momento de crise, asseverando que “Somente, devemos nos bater por uma ação mais direta, mais atuante, mais profunda, pois, enquanto dormimos sob os louros da formação cristã, os inimigos lavram o terreno, não sendo difícil que chegue o momento em que nós mesmos nem saibamos mais distinguir entre o jôio e o trigo.” (*idem*).

Os desconcertantes sinais daquele tempo, a imoralidade e o indiferentismo religioso, para Nilo Pereira, poderiam ser expurgados pela atuação pastoral do arcebispo, pois, para esse intelectual católico, vivia-se, naquele período, um momento de crise dos ditos bons valores. O seu olhar pessimista ancorava-se na ideia de que as coisas sagradas, como o casamento, estavam sendo violadas.

A solução para salvar o catolicismo era combater os adversários da considerada boa moral e as práticas sociais que feriam a fé católica, nomeados de implacáveis pelos intelectuais católicos, com a ação pastoral de Dom Antônio de Almeida. Na matéria d’A Tribuna a respeito do arcebispo, comentou Nilo Pereira: “Por isso, o que podemos esperar é que o novo arcebispo dê à atividade social-católica o maior impulso possível.” (A Tribuna, 22.03.52, p. 04).

A partir dessa percepção de um tempo de dissolução, a Igreja Católica e seu seletivo grupo de letrados mostraram um intenso interesse de defender a Tradição Católica. Eles se empenharam em proteger os católicos da dita má influência trazida pelo cinema. A Tribuna, no ano de 1952, quase todos os dias, publicou uma lista de filmes que poderiam ser vistos pelos católicos. Também fez propaganda dos círculos de discussões, realizados nas paróquias, sobre os filmes taxados de saudáveis à moral católica. A Tribuna, em consonância com a Igreja Católica, defendia um apostolado do bom cinema, pois:

Todos reconhecem os efeitos benéficos e maléficos dos bons ou maus filmes na sociedade moderna. Ninguém subestima a importância do apostolado no setor cinematográfico. Infelizmente, no entanto, bem poucos são os que contribuem de qualquer forma para a elevação do nível cultural e moral da mais nova arte. Dirigentes de associações religiosas, diretores de colégios, exemplares chefes de famílias, redatores de jornais católicos (estes ainda em número diminuto) compreenderam a necessidade desse apostolado. Se o exemplo dos bons amigos do bom cinema fosse imitado por muitos outros e se com maior número de auxiliares pudessemos contar, quanto Deus realizaria por nosso intermédio... Os divertimentos são os principais veículos da boa e má doutrina (A Tribuna, 05.01.52, p.03).

Dentro de algumas paróquias da Arquidiocese de Olinda e Recife, funcionou o Cine Clube, espaço aberto para os fiéis, no qual se discutiam os filmes exibidos no cinema do bairro. O cinema Paroquial das Graças foi o mais citado na documentação. Na Paróquia das

Graças também aconteciam reuniões do CEC – Centro de Estudos Cinematográficos, quando se discutiam a cotação moral dos filmes e formavam novos censores para o cinema. O objetivo do Cine Clube e do CEC era promover uma educação cinematográfica:

Com essa educação cinematográfica do povo os filmes medíocres, os filmes que exaltam a força unicamente física, os que apresentam o espetáculo da violência e das forças antissociais, as cenas de angústia e de pavor, a confusão de ideias e a dispersão do espírito, serão definitivamente banidos da terra (A Tribuna, 05.01.52, p.03).

A Liga Operária Católica – LOC era a encarregada de fazer a divulgação da cotação moral dos filmes fornecidos pela Ação Católica. Os filmes moralmente selecionados eram exibidos no Cine Clube, onde se pagava CR\$ 20,00 por mês, dando direito ao associado de assistir aos filmes taxados de boa qualidade moral e artística. E, antes das projeções, eram lidos os resumos dos filmes com apreciações morais. (A Tribuna, 23.02.52, p.06).

A LOC era a guardiã do dito bom cinema, e as suas iniciativas se inspiravam na encíclica *Vigilanti Cura*⁴³, onde se lia que “É, pois, necessário que o cinema, erguendo-se ao nível de consciência cristã, sirva à difusão dos seus ideais e deixe de ser um meio de depravação e de desmoralização.” (A Tribuna, 09.02.52, p.07). O seu trabalho de multiplicar as salas de cinema nos salões das paróquias e os círculos de debates sobre o cinema atendia também aos interesses do Episcopado Brasileiro (A Tribuna, 16.02.52, p.06).

Valdir Coelho, representante do Cine Clube, n’A Tribuna, comentou as discussões na reunião da Confederação das Associações Católicas, após dois meses da chegada do arcebispo. Naquele evento, Valdir Coelho repetiu o discurso de Dom Antônio de Almeida dirigidos para os católicos: “A Igreja perdeu terreno por causa da ausência dos católicos. Precisamos estar presentes em TODOS os setores” (03.05.52, p. 07).

Este senhor, usando os argumentos do arcebispo, afirmou que os católicos deveriam ocupar todos os setores, inclusive o cinema e concluiu o artigo dizendo:

O nosso afastamento do cinema, e a nossa ignorância desta nova arte, são os responsáveis pela situação em que nos encontramos – forçados a assistir películas em que são retratados e endeusados todos os ideais anti-cristãos. E essa ignorância da nova arte tem-nos feito até condenar filmes que, retratam a vida do homem comum, realisticamente embora, mas de um modo muito humano e moralizador (03.05.52, p. 07).

Portanto Dom Antônio foi esperado, num tempo em que a Igreja Católica e as Associações de Leigos tentaram defender, a todo custo, a Tradição Católica, em Pernambuco. A ameaça vinha dos espetáculos dos teatros, do cinema, das programações dos rádios e da dita

⁴³ O papa Pio XI, em 1936, escreveu a encíclica *Vigilanti Cura* sobre o cinema (A Tribuna, 03.05.52, p.07).

presença dos comunistas. As ameaças do mundo moderno estavam por todos os lados. O que mais assustava a Hierarquia Eclesial e os leigos era a assustadora dessacralização da sociedade.

Parte dos homens, na década de 50, comportava-se com certo grau de autonomia que, possivelmente, desconcertava os dirigentes da Igreja, os quais estavam acostumados a conduzirem a vida espiritual e política do seu rebanho, com as rédeas da fé e com a ameaça do inferno. Dessa forma, a ideia de um tempo de crise, sustentada por parte dos intelectuais católicos, foi construída a partir da constatação da perda do poder de influência e de mando da Igreja Católica, em Pernambuco.

A percepção de um tempo de crise foi exaustivamente discutida no jornal A Tribuna. Essa leitura também foi feita nas páginas da REB – Revista Eclesiástica Brasileira na década de 40. Naquele periódico, também se falava de um tempo de angústia e de dissolução. E, para nossa surpresa, Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior, no referido momento, ainda vigário de Santo Antônio de Guaratinguetá, escreveu alguns artigos em que dizia o seguinte: “Vivemos em um dos períodos mais angustiosos da História. É a hora do misticismo exasperado, mas do misticismo da matéria.” (REB v.02, março – junho, 1941).

Dom Antônio de Almeida também criticou o indiferentismo religioso dizendo: “Essa indiferença é dolorosa para nós. É angustiante! Na mesma hora em que os cinemas se enchem, as igrejas ficam quase vazias, e em torno dos púlpitos, em que sobe o pregador, há um grande vácuo. Mesmo os que ali estão, são convivas que acabaram de sair de outro banquete. São fisionomias fartas e indiferentes.” (REB, Vol.01, fascículo 04, dezembro, 1941. p. 709).

O vigário apontou outro problema daquele tempo:

Há uma palavra que resume todas as enfermidades da época que atravessamos: é o naturalismo; veneno sutil, germe contagioso, que satura por tal forma a atmosfera do nosso século, que, se outrora foi aqui e ali moléstia endêmica, hoje passou a epidemia universal. O esquecimento do sobrenatural não é só teoricamente dogmatizado pelas escolas pseudo-filosóficas; é praticamente realizado por todas as classes da sociedade (REB, vol.02, fasc. 3, setembro, 1942).

Note os encontros das falas dos intelectuais católicos na década de 50 e as de Dom Antônio de Almeida nos anos 40. A ideia de “indiferentismo religioso, de um tempo de angústia, o esquecimento do sobrenatural” entre outros nos leva a uma possível interpretação: o discurso de um tempo de crise e de ameaça, produzido pelos intelectuais católicos no final dos anos 50, certamente foi tocado pela ressonância do pensamento, dos anos 40, do religioso Dom Antônio de Almeida.

Ele produzia conhecimento num importante e responsável veículo católico – a REB. Seus escritos eram referendados por estarem na REB e, além disso, havia (ainda há hoje) nela, uma seção chamada de *Livros Apreciados*, na qual se indicavam os bons livros. E as obras⁴⁴ do padre em questão estavam presentes naquela importante vitrine de indicação de leitura para o clero e os católicos. Partindo disso, supomos que os intelectuais católicos conheciam o pensamento do seu futuro arcebispo, respeitava-o e se apropriava das ideias dele.

Dom Antônio de Almeida foi esperado por um público que já o conhecia pelos seus escritos e que depositava, em seu governo pastoral, confiança em ações incisivas para manutenção da ordem católica. Também foi aguardado na esperança de conduzir o Estado, politicamente, afastando a dita perigosa penetração comunista. Para Nilo Pereira e seus pares, os comunistas poderiam ser combatidos com a atuação do novo pastor, Dom Antônio de Almeida. (cf. A Tribuna, 22/03/52, p.01).

Com a mesma expectativa, outro representante dos letrados católicos, Costa Porto⁴⁵ publicou, n'A Tribuna, um artigo sobre a chegada do novo arcebispo, intitulando-o “O Sentido dessas homenagens”. As primeiras linhas foram reservadas para dar boas vindas ao novo arcebispo e para enaltecer o papel da Igreja na divulgação da democracia e da liberdade, e na representação da única “síntese perfeita da materialização da autoridade e do princípio de ordem.” (A Tribuna, 22/03/52, p.01).

Afirmou Costa Porto sua preocupação porque “Em nossos tempos, o individualismo ameaça deturpar a pureza da posição do rebanho católico em face dos seus populares e guias” (A Tribuna, 22/03/52, p.01). No discurso de Costa Porto, o rebanho católico estava ameaçado e, quando mencionou a palavra ordem, em dias nos quais reinava o individualismo, podemos inferir que existia, para alguns, notadamente para os intelectuais católicos de Pernambuco, uma percepção de um estado de desordem. (A Tribuna, 22/03/52, p.01).

Esse discurso de Costa Porto não foi mencionado por acaso. O não dito⁴⁶ desse registro é a asserção de que o arcebispo Dom Antônio, como representante máximo da Igreja Católica em Pernambuco, deveria assumir uma postura de defesa da democracia e da

⁴⁴ MORAES, A. d'Almeida. **Filosofia da Liberdade**. Petrópolis: Vozes, RJ, 1943; MORAES, A. d'Almeida. **A doutrina de Freud...**; MORAES, A. d'Almeida. **No limiar do Casamento**; MORAES, A. d'Almeida. **Almas de Criança**. Taubaté: Editora S.CJ, 1942; MORAES, A. d'Almeida. **O Padre Santificado**. Petrópolis: Editora Vozes, RJ, 1943; MORAES, A. d'Almeida. **A Eloquência dos tempos modernos**. Petrópolis: Editora Vozes, RJ, 1945.

⁴⁵ Costa Porto, jornalista, escrevia diariamente artigos no Jornal do Commercio, na seção nomeada Das Arquebancadas. Os seus artigos versavam principalmente sobre imigração e problemas no interior (JC, 30.03.52 p.12 Das Arquebancadas).

⁴⁶ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

liberdade. Possivelmente o autor usou tal argumento, para ratificar a principal incumbência do novo bispo: manter a ordem na sociedade de Pernambuco, impor a fé católica numa sociedade que dava largos passos para o individualismo, para o caminho, segundo Costa Porto, avesso ao cristianismo. A casa seria, para ele, colocada num estado de ordem com a atuação pastoral do novo arcebispo.

O cônego Adalberto Damasceno, n'A Tribuna, afirmou que Dom Antônio era o homem de “Deus providencial para Pernambuco, nesta hora apocalíptica do mundo atual” (A Tribuna, 29/03/52, p.01). O novo arcebispo, segundo o cônego, era dotado do conhecimento profundo dos problemas sociais que envolviam o mundo do trabalho. Por isso, Dom Antônio era a pessoa certa para resolver tais problemas, a partir dos ensinamentos bíblicos e da solução proposta por Leão XIII e Pio XI (A Tribuna, 29/03/52, p.01).

O Vigário Capitular da arquidiocese, Monsenhor José Leal, escreveu, n'A Tribuna, que a nomeação do novo arcebispo seria auspiciosa, porque Dom Antônio de Almeida Morais Júnior era um verdadeiro continuador da glória dos prelados⁴⁷ que ocuparam a Arquidiocese de Olinda e Recife. O Vigário Capitular, ainda nessa matéria, atribuiu o brilho do arcebispo, por este ter sido escolhido para governar “o sólio tradicional Episcopal de Olinda.” (A Tribuna, 09/02/52, p.01).

No discurso do Vigário, a Arquidiocese de Olinda e Recife foi significada como o lugar da tradição. Nesse registro também, sugeriu um possível sentido para o episcopado de Dom Antônio de Almeida, qual seja, manter a tradição como os outros prelados mantiveram. O monsenhor definiu a nomeação do Arcebispo como uma estratégia acertada para continuar a atuação conservadora dos predecessores de Dom Antônio de Almeida.

Dom Miguel Valverde⁴⁸, antecessor de Dom Antônio de Almeida, sempre se pronunciou “no diapasão da ordem e da defesa das instituições, evitando qualquer palavra de apoio a movimentos que contestassem o *status quo*.” (SILVA, 2003, p.109). Esse pastor defendeu arduamente as três principais sociedades, conceituadas por ele: a Igreja, a Família e o Estado. Preconizou uma luta contra o avanço do socialismo no Estado, pois, para Dom Miguel Valverde, o socialismo era “essencialmente anticristão e o comunismo é a revolta dos instintos contra a razão, e do homem contra Deus.” (SILVA, 2003, p.120).

⁴⁷ Para Lista dos prelados, ver em SILVA, S. Vicente. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da Igreja Progressista na arquidiocese de Olinda e Recife. Recife: UFPE, 2007.

⁴⁸ Dom Miguel de Lima Valverde esteve à frente da Arquidiocese de Olinda e Recife nos anos de 1922 a 1951. Segundo Severino Vicente, o momento de atuação de Dom Miguel foi o mais conturbado da História política de Pernambuco e do Brasil, a exemplo do Levante Comunista de 1935, da ascensão do Estado ditatorial de Getúlio Vargas, da inserção do Brasil na Segunda Guerra Mundial e, por último, da abertura democrática do Brasil. In SILVA, S. Vicente. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da Igreja Progressista na arquidiocese de Olinda e Recife. Recife: UFPE, 2007.

O socialismo, para o antecessor de Dom Antônio de Almeida, era “a serpente que se oculta por baixo da folhagem verde para seduzir o homem.” (SILVA, 2003, p.126). Segundo Silva (2003, p. 129), a presença de Dom Miguel Valverde perpassou a sua morte e foi além dos seus sucessores imediatos.

Portanto o discurso do Vigário Capitular da Arquidiocese é indicativo de um entendimento acerca da nomeação de Dom Antônio. O novo arcebispo era esperado para dar continuidade a uma atuação pastoral dita conservadora, empreendida por Dom Miguel Valverde, que se concentrara na negação de qualquer pressuposto que infringisse a concepção do mundo católico, portanto as doutrinas do socialismo, nessa atuação episcopal, foram o alvo. A atuação de Dom Antônio deveria trilhar os mesmos caminhos.

Para o deputado Milton Prates, o apostolado de Dom Antônio de Almeida deveria barrar o avanço das práticas comunistas, em Pernambuco, pois, para ele, a sociedade de Pernambuco estava sendo assediada por “falsos profetas que buscam seduzir as massas com seu paraíso materialista”. O novo arcebispo, que estava para chegar, portanto, poderia livrar o rebanho das falsas promessas dos discursos comunistas (A Tribuna, 15.03.52, p.05).

A pertinência da escolha do novo arcebispo naquele momento, para o deputado, era pautada na grande contribuição dos seus livros sobre os problemas que tiravam a tranquilidade do mundo católico. Segundo o deputado, Dom Antônio era um intelectual que poderia dar respostas plausíveis à ameaça comunista e oferecer soluções para a crise social.

Segundo o deputado Milton Prates, leitor de Dom Antônio, o arcebispo era o homem predestinado para uma grande missão: guiar os católicos, a partir das doutrinas da Igreja Católica na dita crise social, livrando-os das ideias defendidas pelo comunismo. Dom Antônio de Almeida, através de sua prática pastoral, no discurso do deputado, poderia evitar a luta de classe no Estado. Esse registro mostra que os livros⁴⁹ de Dom Antônio já circulavam em Pernambuco, mesmo antes de sua chegada, em 1952, e aponta já serem conhecidos, no meio católico⁵⁰, tanto os discursos anticomunistas como o empenho de Dom Antônio para resolver os conflitos sociais que envolviam os operários e os patrões.

A tese da predestinação do novo arcebispo para resolver a dita crise do período ganhou realce com as reflexões de Dom Antônio sobre o a situação econômica, especialmente no seu livro *Capital e Trabalho*⁵¹. No dia 5 de janeiro de 1952, o diretor e professor da

⁴⁹ Títulos: No limiar do Casamento; A doutrina de Freud; O padre Santificado; Capital e Trabalho; A pregação da Palavra de Deus; As almas das Crianças.

⁵⁰ Esta questão será discutida no próximo capítulo.

⁵¹ MORAES, A. d'Almeida. **Capital e Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1942.

Universidade Católica de Pernambuco, padre Mosca, discutiu com detalhes o livro do novo arcebispo, no jornal A Tribuna.

Em seu artigo, o padre também entendeu e constituiu a nomeação do novo arcebispo, a partir de uma ótica de providência divina, pois via que as discussões do livro do novo arcebispo poderiam resolver os problemas sociais do Estado. Capital e Trabalho, afirmou padre Mosca, “é um programa de ação social e religiosa que aplicado à realidade pernambucana só poderá dá os mais fecundos frutos.” (A Tribuna, 05.01.52, p.01).

Segundo Pe. Mosca, Dom Antônio oferecia, naquela obra, uma alternativa cristã para solucionar a crise social, descartando as propostas dos comunistas e defendendo uma solução conciliatória entre os grupos sociais. O padre Mosca, entusiasticamente, teceu o seguinte comentário sobre o livro do novo arcebispo Dom Antônio de Almeida:

Que o Capital e Trabalho do arcebispo de Olinda e Recife seja recebido dentro de uma missão de precursor de João Batista: venha desde já aplanando os caminhos difíceis que o pastor terá que trilhar no campo da ação social e religiosa em Pernambuco (A Tribuna, 05.01.52, p.01).

Quem era este, nomeado de novo precursor de João Batista que aplanaria os caminhos tortuosos da crise e anunciaria novos tempos? Para a intelectualidade Católica e para parte do Clero pernambucano, Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior poderia resolver os problemas sociais e conter a ascendência do comunismo, em Pernambuco.

O pastor esperado nasceu em Sapucaí Mirim, Minas Gerais, em 1904. Filho de Julieta Eusébio Almeida Moraes e de Antônio de Almeida Moraes. Logo menino manifestou o seu desejo de servir a Igreja Católica, reservando parte da sua juventude aos corredores e bancas do Seminário de Taubaté. Chegando à idade madura, passou a lecionar as cadeiras de Matemática, Francês, Grego, Introdução à Filosofia e Eloquência Sagrada no mesmo Seminário. Ainda padre, desenvolveu marcante intimidade com as palavras e com a persuasão.

Foi ordenado, em outubro de 1927, pelo bispo da campanha D. João de Almeida Ferrão. Dedicou-se à Diocese de Taubaté. Foi auxiliar dos Bispos: D. Epaminondas Nunes de Ávila e Silva, D. André Arcoverde e D. Francisco Borja do Amaral. Foi padre do Instituto de Direito de São Paulo (Revista Eclesiástica – REB, Vol, 11, fasc. 4, Dezembro de 1951, p. 977).

Foi Assistente Eclesiástico dos Militares e Assistente do Círculo Operário Taubateano (REB, Vol, 11, fasc. 4, Dezembro de 1951, p. 977).

Foi sagrado, em 1948, como Bispo de Montes Claros. Algum tempo depois foi eleito Membro da Academia Mineira de Letras. Foi nomeado arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife pelo Papa Pio XII, em novembro de 1951.

Sua indicação para Pernambuco atendia à necessidade de enfrentar o crescimento do comunismo (cf. SILVA, 1989, p.346). Dom Antônio participou da fundação da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros - CNBB, ocupando nela o espaço de membro permanente. Em 1957, participou do encontro dos Bispos, em Campina Grande. Dois anos após, também se fez presente no Encontro dos Bispos, no Rio Grande do Norte. Essas reuniões produziram documentos que influenciaram o governo do período, para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (cf. SILVA, 1989, p.346).

3.1 O espetáculo



Figura 01. Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior.

No dia 16 de março de 1952, o navio Pedro II se encontrava a poucos metros do cais do Porto, e “uma imensa multidão de católicos, que se espraiava ao longo dos armazéns e da Praça Rio Branco, começava a viver o seu novo e esperado chefe espiritual e agitar os lenços ao ar, numa bela e eloquente demonstração de estima e de simpatia àquele que Deus lhes enviava.” (Jornal do Commercio – JC, 18.03.52, p.03).

Após o desembarque, Dom Antônio de Almeida se dirigiu à Praça do Rio Branco, onde se encontravam os senhores Governador do Estado, General Comandante da 7ª Região Militar e o Almirante Comandante do 2º Distrito Naval, o Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça e Prefeito do Município. Parte dos ocupantes do poder do Estado de Pernambuco veio recepcionar o arcebispo (JC, 18.03.52, p.03).

O tumulto promovido pelas manifestações de religiosidade e de alegria com a chegada do eminente arcebispo foi transmitido nas principais estações de rádios da cidade do Recife. O mais esperado, pelos ouvintes das rádios e pela multidão católica, foi o momento do discurso do arcebispo. Dom Antônio de Almeida interrompeu as palmas e as bandeiras das Associações Católicas que insistiam em demonstrar sua força, e se referiu à maioria dos estados brasileiros, ao mesmo tempo em que manifestou seu singular apreço à classe operária. (JC, 18.03.52, p.03).

À noite, o arcebispo recebeu uma homenagem no Teatro Santa Isabel, promovida pelo padre Belchior Maia de Ataíde, Dr. Nilo Pereira e Costa Porto, em nome do Clero, do Governo do Estado e do laicato. (A Tribuna, 19.03.52, p.01).

No dia seguinte à publicação da sua primeira Carta Pastoral, alguns alunos e o Reitor da Universidade Católica de Pernambuco compareceram ao Palácio dos Mangueiros para apresentar votos de boas vindas ao novo arcebispo (cf. CABRAL, 1993, p.146).

Portanto a chegada de Dom Antônio de Almeida foi festejada por uma multidão sem nome e pelas autoridades que o recepcionaram com muita cortesia, alegria e entusiasmo. Possivelmente muitos curiosos compareceram, outros cheios de fé e de respeito foram dar boas vindas ao novo chefe da Igreja Católica de Pernambuco. E outros estavam no cais do porto no dia da chegada do arcebispo por acaso.

Num artigo sem assinatura, publicado n' A Tribuna, o autor anônimo comentou sua indignação ao ouvir o seguinte comentário de um moço que estava no meio da multidão no cais, no dia da chegada de dom Antônio: "eu quero saber do arcebispo... Vim aqui esperar minha mãe, que chega por este vapor" (A Tribuna, 31.05.52, p.05). O autor, indignado com o comentário, afirmou que as ruas e as calçadas foram testemunhas da ânsia e do desejo da multidão de conhecer o arcebispo. A voz do moço era dissonante da grande melodia de alegria que esperava D. Antônio. O autor, possivelmente, num tom de exaltação afirmou: "Ninguém, efetivamente, lhe havia perguntado o que fora ali fazer, pois, de fato, a ninguém interessaria conhecer os seus sentimentos de enfadonho, a respeito do grande acontecimento daquele dia inesquecível." (A Tribuna, 31.05.52, p.05).

O autor desconhecido terminou seu artigo, falando da grandiosidade e do brilho do dia da chegada de dom Antônio de Almeida e o possível motivo do impertinente comentário do moço desconhecido do cais:

Certamente, havia por ali muitos curiosos, atraídos, seja pela novidade, seja pelo renome do novo Pastor, que nos chegava de Minas Gerais, como verdadeira bênção do céu. A não ser, porém, aquele cidadão, que não me parece haver tomado suficiente a dose de “chá em pequeno” não me consta que alguém mais houvesse manifestado o menor pensamento de desgosto à pessoa augusta do Pontífice, com que a Santa Sé acabava de regiamente nos presentear.

Talvez - quem sabe? –aquela frase brotasse apenas de um prurido exibicionismo. Há pessoas que acham elegante a fê anticlerical...Se o caso foi realmente este, creio que “saiu o tiro pela culatra”, pois o tal camarada apenas conseguiu dar um lamentável testemunho de ser uma deselegância. Artigo assinado por V(A Tribuna, 31.03.52, p.05).

No silêncio do arquivo, esse registro saltou aos olhos, por se tratar de uma voz que quebrava todo um coro sobre a chegada do arcebispo. As diversas matérias, no jornal A Tribuna, construíram a chegada do novo arcebispo como se fosse um evento de grande importância para todos. Quando se leem tais artigos, tem-se a impressão de que o Recife parou com a chegada do arcebispo. Esse registro sinaliza a relatividade da percepção sobre os eventos históricos, pois o autor do comentário, taxado de deselegante, não foi afetado com a chegada de um importante símbolo da Igreja Católica, em Pernambuco. Ele esperava apenas por sua mãe, num dia inesquecível para muitos católicos.

Esse documento também nos faz pensar sobre a representação do sagrado que pesava sobre Dom Antônio. Quem a multidão esperou? Um simples homem ou um homem santo enviado por Deus? Para Mircea Eliade, estudioso da religião, existem duas dimensões espaciais para o homem: o espaço sagrado e o espaço profano. “O sagrado e o profano constituem duas modalidades de ser no mundo” (ELIADE,1992, p.25).

Para o autor, o homem religioso não possui uma percepção homogênea do espaço em que vive, pois a dimensão de sua existência profana apresenta roturas, quebras que o levam ao outro espaço: o sagrado.

Há, portanto, um espaço sagrado, e por consequência, forte, significativo, e há outros espaços não-sagrados, e por consequência sem estrutura nem consistência, em suma: amorfos (ELIADE, 1992, p. 25).

A ruptura que o transporta para o espaço de Deus ou dos deuses lhe garante um sentido de vida diante do mundo da incerteza e do caos. O sagrado confere ao homem sentidos e certezas no mundo da desordem: no mundo profano. Transitar na esfera do sagrado para os religiosos é construir um ponto fixo no mundo do caos. As religiões, Igrejas, templos,

cerimônias religiosas ganham o significado de portas, as quais proporcionam o trânsito do espaço profano para o sagrado.

A cerimônia de chegada de Dom Antônio de Almeida pode ser analisada a partir do aspecto sagrado descrito por Mircea Eliade. As cerimônias e os cortejos foram usados pela Igreja Católica, uns dos seus mais hábeis instrumentos simbólicos, para ratificar e legitimar a sua dimensão do sagrado. A arquidiocese de Olinda e Recife e membros da Ação Católica e dos Círculos Operários Católicos, Irmandades e Associações religiosas se empenharam na instituição de uma dimensão sagrada à figura de Dom Antônio de Almeida.

Segundo Carlos Miranda, a tradição romanizante⁵² empreendida no Brasil na primeira e segunda década do século XX, buscou atrelar a imagem dos bispos, com suas dioceses luxuosas e seus trajes imponentes, à imagem sagrada do Papa. O autor afirmou que as aparições públicas dos bispos e dos prelados tinham o objetivo de demonstração de poder, isto é, de demonstração de alcance e de influência junto à população. (cf. MIRANDA, 1988, p.40). O cortejo e as cerimônias foram, nessa perspectiva, e ainda são utilizadas para conferir à própria Igreja Católica e a seus representantes a imagem do sagrado.

O espetáculo do sagrado não se encerrou no dia da chegada do arcebispo. No ano de 1952, ocorreram diversas manifestações de boas vindas a Dom Antônio. Meses após a sua triunfal chegada, ainda se manifestavam em Pernambuco, de diversos setores, vozes calorosas de entusiasmo.

3.2 As primeiras palavras do Bispo

Passados alguns dias de sua chegada, A Tribuna Religiosa publicou a primeira Carta Pastoral do arcebispo, na qual afirmava que havia, naquele momento presente, duas forças divergentes no mundo moderno: o capitalismo e o comunismo. No documento inaugural, o arcebispo não redimiu o capitalismo da sua insensibilidade social, mas ressaltou que tal sistema poderia passar por modificações racionais, para melhor responder às necessidades humanas (A Tribuna, 22.03.52, p.01).

A alternativa do comunismo, para ele, era inviável e enganosa, pois sugeria a coletividade e a igualdade social, a partir da suspensão do direito dos indivíduos de ter capital

⁵² Desde que a Igreja Católica perdera seu lugar junto ao Estado Brasileiro, com a secularização trazida pela República, a Igreja Católica tentou se reposicionar ao lado Estado. Além disso, passou a atuar com uma postura centralizadora da Igreja junto a Roma. Buscou-se construir uma Igreja romanizada, que não atendia aos interesses nacionais, mas uma Igreja obediente a Roma. *In* MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **Igreja Católica no Brasil: uma trajetória reformista (1872-1945)**. Dissertação do Mestrado da UFPE, 1988.

e uma propriedade, mas previa e legitimava um novo grupo que ocuparia as instâncias de poder do Estado que, por sua vez, iria dispor de um capital e de propriedades. Enfaticamente afirmou que

O regime comunista exige a constituição de nova casta que tenha, de certo modo, autoridade no Estado para estabelecer os planos e trabalho e produção, continuadora ainda mais rígida do papel dos antigos padrões capitalistas. Esta casta forma inevitavelmente a nova classe exploradora que passa a viver da produção nacional (A Tribuna, 22.03.52, p. 01).

No seu discurso, o comunismo também não merecia crédito, porque não confiava nas pessoas para gestão da economia e da política, mas ao Estado caberia a responsabilidade de conduzir os interesses econômicos. A esse respeito, afirmou:

A consecução deste fim arrebatada aos indivíduos toda e qualquer iniciativa particular, para entregar ao Estado tudo o que concerne à direção, à repartição e ao controle de todas as formas de atividade social e econômica. Em todos os setores, da agricultura, da indústria, do ensino, das férias, em tudo, o Estado submete os indivíduos, com todos os seus anseios, no seu programa oficial. Operários, estudantes, velho ou moço, deve o homem submeter-se ao programa prefixado, onde tudo é organizado, repartido e vigiado pelos poderes públicos. (A Tribuna, 22.03.52, p.01).

Furtivamente as palavras do arcebispo, após sua fascinante chegada, ancoraram na negação do comunismo e na expectativa da intelectualidade católica. Respondendo a tais esperanças, eloquentemente, fez menção à *Rerum Novarum*, como alternativa para resolver a urgência da questão social. No seu discurso, afirmou que a classe trabalhadora sofria certos abusos por parte da classe produtora, e a Igreja, por sua vez, estava ciente disso, e disposta a conduzir a melhoria social dos operários. Depois de apresentar a Arquidiocese como sabedora da situação afirmou:

Somente depois de analisarmos o trabalho na sua realidade individual e social, de estudarmos as condições atuais do trabalho industrial, a posição do operário na economia, depois de apreciarmos todas essas questões à luz da doutrina da Igreja, é que poderemos, levando em conta a evolução da economia e do direito, propor sugestões cristãs, capazes de contribuir para um equilíbrio harmonioso do Capital e do Trabalho na civilização Moderna (A Tribuna, 22.03.52, p. 01).

Quando usou o argumento “à luz da doutrina da Igreja”, estava dizendo que outras propostas sociais que ferissem o catolicismo não resolveriam o problema social de forma pacífica e harmoniosa. Para o arcebispo o socialismo oferecia uma proposta errada e injusta, pois partia do pressuposto de estabelecer a igualdade social. E para Dom Antônio seria um grave equívoco, porque a desigualdade social é legítima, pois existem trabalhos diferentes que requerem remunerações discrepantes, portanto não seria justo, segundo o arcebispo, estabelecer um único parâmetro de remuneração do trabalho.

Caberia aos industriais estabelecer um valor justo e correspondente à competência do trabalhador, pois o arcebispo entendia que, como “os operários depositam na mão dos seus chefes uma parte de sua liberdade, exigem que os mesmos pensem na necessidade humana dos seus subordinados”. Continuou ele asseverando que a remuneração humana deveria ser fixada, respeitando o equilíbrio, a manutenção da própria empresa e a felicidade dos patrões e dos operários (A Tribuna, 22.03.52, p. 01).

Em outro trecho da sua Carta Pastoral, Dom Antônio escreveu sobre a incapacidade do comunismo de atender às necessidades dos brasileiros, já que, mesmo abstraindo de uma justificativa cristã, o comunismo era essencialmente inadaptável para o Brasil,

pois os regimes devem procurar uma espécie de raiz na própria índole do povo, na sua própria estrutura racial. A Rússia aceitou o comunismo e a ele se submeteu, mais por uma questão de índole comunitária e gregária. Povo sujeito a mais que uma tradição rígida, escravizado a uma rotina. Com um sentido mórbido de disciplina e hierarquia; de uma inatividade que tocava as raízes da indolência; povo imprevidente e sem iniciativa, a Rússia possui, por assim dizer, uma espécie de tendência ao Coletivismo, uma espécie de entrega passiva à escravidão. Parece que a própria massa pensava que só um núcleo ativo e evoluído poderia impor-lhe o progresso dos povos personalistas. Mesmo assim, apesar da índole e da formação do povo, o regime teve que admitir flexões, aceitando princípios capitalistas. Admita-se, pois, que a Rússia tivesse necessidade de um sistema coletivista, o que é realmente discutível. E no Brasil? Mesmo sob o ponto exclusivamente político seria um grande erro a adoção de um sistema de predominância coletiva neste país. Pois a nossa mais alta expressão é a afirmação da personalidade, ciosa de sua autonomia (A Tribuna, 22.03.52, p. 01).

Depois de chamar o povo russo de preguiçoso, com palavras amenas e com uma pitada de um discurso civilizatório, o arcebispo desqualificou o comunismo para a realidade brasileira, pois “sob o ponto de vista meramente político, o comunismo é inadaptável ao Brasil, onde as afirmações de valor humano e de liberdade do indivíduo estão no fundo espiritual da sua própria civilização ocidental” (*idem*).

Continuou o seu discurso anticomunista, dizendo:

E se quiserdes a prova disso, perguntai aos que se dizem comunistas. O que pensam eles do trabalho obrigatório, de ligação forçada a uma empresa, dos salários fixados por decretos, da supressão do direito de greve, da submissão a cooperativas ou cantinas de usinas, da distribuição de rações iguais por cartões de racionamentos! (A Tribuna, 22.03.52, p. 01).

Advertiu que a proposta comunista transformaria os indivíduos em peças amorfas controlados por um Estado Tirano, que se fundamentaria no coletivismo para os trabalhadores e cercaria de privilégios os dirigentes do Estado. Dom Antônio foi mais incisivo na sua argumentação sobre a dita dissimulação dos comunistas, quando disse:

O sonho que eles alimentam não é o do coletivismo. Não! São apenas capitalistas camuflados! Eles sonham com um grande abalo na organização social, para que haja uma mudança, na esperança de que, libertos do jugo do dinheiro, terão, possibilidade de gozar, na vida, de uma situação melhor, segundo suas qualidades de iniciativa, seu espírito de empreendimento, seu gosto de aventura, seus esforços pessoais. Por mais que eles desejem entrar em luta contra a injustiça atual de sua situação, são apenas expressões de plena essência capitalista! (A Tribuna, 22.03.52, p. 01).

Por fim, naquele primeiro documento pastoral, o Bispo enfatizou que a Igreja Católica era a única via para atender aos anseios dos industriais e consolar os operários. Ela, na sua antiga tarefa de cuidadora dos mais fracos e legitimadora dos mais fortes, no discurso de Dom Antônio, tomaria a causa operária nos braços, porém sem deserdar os industriais do seu fiel consolo. A Igreja Católica acalentaria os dois rebanhos, sem negar um nem outro.

3.3 O linchamento: o atentado comunista e a multidão católica

Após dois dias da chegada do arcebispo, ainda num clima de saudação e de festa, uma multidão católica acompanhou a procissão arquiépiscopal, no ritual da entrada do Arcebispo na Concatedral da Madre de Deus. Enquanto a encenação do sagrado se realizava, ouviram-se alguns tiros seguidos de gritos, vindos da Rua do Imperador.

O deputado Cordeiro Filho, do PSD – Partido Social Democrata, em frente do Café Lafaiete, tirou seu revólver do bolso e disparou toda a carga contra o juiz Alfredo de Pessoa Lima, seu desafeto. Ao som de vozes histéricas e do movimento apavorado de uma multidão católica, o magistrado foi levado urgentemente ao Pronto Socorro, e o parlamentar, provavelmente descontrolado, foi conduzido por seus amigos que o acompanhavam no momento do incidente, para a Secretária de Segurança. Chegando lá, depois de poucos minutos foi liberado para ir para casa (JC, 20.03.52, p.07).

No tempo em que o pátio arquiépiscopal desfilava nas ruas ao som das balas da Rua do Imperador,

houve muita correria, muito encontrão, gente desgarrada, colegiais chorando, famílias desencontradas, etc. Uma senhoria, em terríveis ataques de nervos, foi acometida de um ataque de histerismo e levada, também ao Hospital do Pronto de Socorro. O sargento Severino de Holanda Cavalcanti, no 3º Batalhão, recebeu um ferimento a tiro no calcanhar esquerdo (JC, 20.03.52, p.07).

Após o tumulto, comentou-se que o magistrado, poucos dias antes, tinha sofrido uma agressão física por parte de nove capangas do deputado Cordeiro Filho, com quem tinha tido uma indisposição pública. Algum tempo depois do acontecido, o juiz Alfredo de Pessoa Lima veio ao Recife escoltado por policiais, pois tinha ouvido falar que o Deputado queria matá-lo (JC, 20.03.52, p.07).

Segundo uma matéria do Jornal do Commercio, o juiz estava na “Nova Colômbia” quando, de longe, viu o deputado Cordeiro Filho. O juiz se aproximou e perguntou: “Você ainda manda dar surra em homem?” (JC, 20.03.52, p.07). O Deputado não respondeu a pergunta do juiz, tirou sua arma do bolso e efetuou os disparos (JC, 20.03.52, p.07).

Já o Sr. Severino Mário⁵³, que acompanhava o deputado na hora dos disparos, afirmou que Cordeirinho, como era chamado pelos amigos, estava bastante debilitado por algum tempo. E sob recomendações médicas foi até um consultório tirar uma radiografia. Depois, relatou o Sr. Severino Mário, eles decidiram ir até a Rua Rangel para ver alguns móveis em que Cordeirinho estava interessado. Concluiu:

No “Lafaiete”, a passagem do cortejo arquiépiscopal impediu de atravessarmos a rua. Ficamos ali conversando... quando este (o juiz) surgiu junto ao grupo, mão no bolso direito do paletó. Em posição de que estava com a arma no bolso. Nessa posição, o doutor Alfredo de Lima interpelou o Cordeirinho, disparando contra ele (JC, 20.03.52, p.07).

Ao passo que se especulava o verdadeiro responsável dos primeiros disparos, o Jornal do Commercio publicou as notícias da Assembleia Legislativa sobre o incidente da Rua do Imperador. Era visível a indignação, pois, “exatamente quando havia em trânsito na casa uma proposição no sentido de homenagear o novo arcebispo”, um deputado se envolvia no escândalo (JC, 21.03.52, p.03).

No dia 23 de março, na Assembleia, vários deputados se pronunciaram sobre o incidente. O deputado Paulo Cavalcanti do PCB foi o primeiro orador do dia e, enfaticamente, condenou a polícia, afirmando que esta teria sido negligente, quando não prendeu o deputado Cordeiro em flagrante. Aproveitou o momento para afirmar “que a polícia só existia para perseguir operários e cometer violência contra o povo, mas numa hora que se precisa [...]” (JC 21.03.52 p. 03). O deputado Paulo Cavalcanti continuou seu discurso, “demorando-se na tribuna mais de uma hora, sendo aparteado, insistentemente, pelos senhores Edson Moury Fernandes, Clelio Lemos, Fábio Correia, Severino Mário, Nilo Pereira [...]” (JC, 21.03.52, p.03).

O deputado Cordeiro Filho, numa entrevista ao jornal do Commercio, declarou que tinha sido agredido pelo juiz e, para se defender, apontou sua arma em direção a Alfredo Pessoa. O entrevistador lembrou ao deputado que ele quase fora vítima de um linchamento na frente do Lafaiete. O deputado, sobre a tentativa, declarou:

⁵³ Roberto Aguiar Oliveira em Recife: da Frente ao golpe quando discutiu a composição social da Assembléia Pernambucana de 1947, cita Severino Mário de Oliveira como proprietário de terra e deputado do PSD, em 1947 (AGUIAR, 1993: 65).

Sei que tentaram me linchar. Contudo esse linchamento nada tinha a ver com o meu caso com o juiz Alfredo Pessoa. Passava na ocasião o cortejo arquiépiscopal. Pensou-se que os disparos resultavam de uma agressão comunista, no sentido de eliminar o arcebispo. Daí a tentativa de linchamento, que ficou apenas nas palavras, não chegou sequer a esboçar-se. (JC, 21.03.52, p.05).

Os disparos na Rua do Imperador, no dia da procissão arquiépiscopal, nos apresentam uma rede de eventos que se tocam, de fragmentos que se misturam, mostrando o fazer artesanal da História. Assim nasce a História, com as redes dos eventos colocadas em sintonia, formando narrativas. No dia dos tiros, protagonistas singulares se cruzaram – o arcebispo Dom Antônio, o deputado Cordeiro Filho, o juiz Pessoa Alfredo Lima, a multidão curiosa, a procissão católica – transversalmente em histórias alheias.

Qual a intersecção dos disparos da Rua do Imperador e a procissão arquiépiscopal? Optamos por eleger a tentativa de linchamento. “Pensou-se que os disparos resultavam de uma agressão comunista, no sentido de eliminar o arcebispo (JC, 21.03.52, p.05). Um comunista foi apontado por parte da multidão como o responsável pelos disparos da Rua do Imperador. A tentativa de linchamento sinaliza a possível sensação de medo que parte das pessoas sentia do comunismo e também aponta rastros de um clima de conspiração comunista que rondava a cidade do Recife.

Depois de alguns dias depois dos tiros da Rua do Imperador, o arcebispo foi recebido na Câmara Municipal do Recife. O vereador Wandenkolk Wanderley do PDC – Partido Democrata Cristão falou do contentamento e da honra que a Câmara Municipal tinha em receber o arcebispo. Depois de muitos elogios ao arcebispo, o vereador discursou sobre “as condições de vida do mundo moderno e a luta entre as forças materiais e espirituais” (JC, 26.03.52, p.03).

A leitura da recepção entusiasmada do líder do diretório estadual do PDC ao arcebispo não pode deixar de considerar que o vereador Wanderley era uma alta e importante voz anticomunista na cidade do Recife. Em diversas matérias do Diário de Pernambuco, na década de 50, na seção sobre o cotidiano da Câmara Municipal, o vereador encena como personagem principal na luta contra as práticas comunistas.

Anos mais tarde da chegada do arcebispo, o vereador tentou impugnar a candidatura de Pelópidas Silveira, alegando um suposto compromisso político entre candidato e o PCB. Para assegurar sua acusação, o vereador apresentou, junto ao processo de impugnação, uma certidão cedida pela Secretária de Segurança Pública que afirmava o que o engenheiro Pelópidas Silveira era pronturiado naquela repartição, por exercer atividades contrárias ao regime democrático (cf. PONTUAL, 2001, p.128).

Este acolhimento de um anticomunista a Dom Antônio nos permite lançar a asserção de que não foram raros os encontros de Dom Antônio de Almeida, durante o seu governo na Arquidiocese de Olinda e Recife, com personalidades no Recife, que partilhavam da ideia de que os comunistas representavam uma grande ameaça para Pernambuco. Portanto, em Recife, asseveramos que havia grupos anticomunistas que se comunicavam, se articulavam e, quando possível, solicitavam publicamente a bênção e a presença do arcebispo Dom Antônio de Almeida.

3.4 A bênção de Deus nas fábricas

No mês de julho de 1952, ainda numa atmosfera de festa, Dom Antônio foi esperado na fábrica⁵⁴ CEL OTHON, na Macaxeira, bairro do Recife, por um grande número de operários:

A população operária da Fábrica CEL OTHON tributou-lhe, por isso, a homenagem que ele merecia. Pouco depois das 9 horas da manhã de segunda-feira última, ele chegava ao recreio operário na companhia do Sr. Roberto Brito Bezerra de Mello, um dos diretores do cotonifício Othon Bezerra de Mello. Foguetes anunciaram a chegada, quando ele transpôs os limites do bairro, e uma banda de música... No prédio do Recreio, onde, aos domingos e feriados, se realizam festas animadas, teve lugar a solenidade. Uma solenidade transbordante de simpatia humana pela figura do arcebispo. Sua figura a um tempo austera e simples, suas maneiras fidalgas e cativantes, sua palavra dominadora, tudo contribuiu para que Dom Antônio se convertesse, instantaneamente, num ídolo (A Tribuna, 26.07.62, p.07).

Nesse evento, o advogado da fábrica, Petrônio de Carvalho, fez um discurso sobre a figura singular do arcebispo. Sublinhou os predicados do bispo, ressaltou os dotes do sacerdote de conciliar as necessidades temporais e espirituais de sua Arquidiocese. Afirmou o advogado que “o novo antistite confirmou, amplamente, todas as esperanças que os católicos de Pernambuco depositavam nele” (A Tribuna, 26.07.52, p.07).

Ainda com a palavra, Petrônio Cavalcanti discutiu a necessidade da conciliação harmônica entre o Capital e o Trabalho. O uso desse argumento, equilíbrio entre o Capital e Trabalho, aponta que, possivelmente, o advogado tinha lido ou ouvido falar do livro do arcebispo intitulado Capital e Trabalho e conhecia o teor da primeira Carta Pastoral de Dom

⁵⁴ A cidade do Recife passou por um visível processo de industrialização a partir de 1875. Havia uma diversificação industrial que atendia a quase todas as necessidades de consumo. Em 1875, foi fundada a companhia de Fiação e de Tecidos de Pernambuco que tinha 106 operários brasileiros e 4 estrangeiros (cf. SINGER, 1974, p.305). O incentivo predominante na indústria têxtil no Recife foi a substituição da embalagem do açúcar de caixotes para sacos de algodão, para um melhor acondicionamento do produto (*op.cit.* p.309). Em 1940, as indústrias do Recife absorveram mais ou menos 21.874 pessoas, 6% da população da cidade (*op.cit.* p.329). Os industriais mais importantes eram Frederico e Artur Lundgren e o Batista da Silva (cf. PONTUAL, 2001, p.29).

Antônio, na qual se versava que o capitalismo era o único sistema viável. Tal discurso nos permite inferir que os textos e os livros do arcebispo que versavam sobre o capitalismo e o comunismo circulavam no Estado, mesmo antes da sua chegada à Arquidiocese de Olinda e Recife, e que havia leitores assíduos que divulgavam as suas ideias de harmonia social.

O advogado, no seu discurso, também destacou a importância das encíclicas de Leão XIII, a *Rerum Novarum* (1891) e de Pio XI, *Quadragesimo Anno*⁵⁵ (1931) para contornar os problemas daquele tempo conturbado (cf. A Tribuna, 26.07.52, p.07). Essa percepção apresentada pelo advogado, como já foi dito, é recorrente nos artigos d'A Tribuna, na década de 50.

Esse tempo de crise, segundo Petrônio Cavalcanti, poderia ser resolvido à luz da palavra de Deus e com a atuação episcopal que administrasse não só as questões espirituais, mas que desse conta dos problemas sociais e políticos. Petrônio Cavalcanti, representante de uma grande indústria de Pernambuco, em seu discurso de elogios a Dom Antônio, estava mandando um recado de como deveria ser a atuação do arcebispo naquele momento, considerado por ele como conturbado, afirmando seu desejo de “que o eterno não ignorasse o efêmero, nem que o permanente não desdenhasse do transitório (A Tribuna, 26.07.52, p.07).

O discurso do advogado Petrônio Cavalcanti, da fábrica CEL OTHON, fornece indícios do engajamento de parte dos industriais e da Arquidiocese de Olinda e Recife para tentar evitar o conflito entre os operários e os industriais, no Estado de Pernambuco. Também aponta que a percepção de um tempo de crise não foi apenas elaborada pela elite intelectual católica, mas também por parte da elite econômica do nosso Estado.

No entanto essa preocupação em evitar um conflito não foi experiência singular da Arquidiocese de Olinda e Recife, na década de 50. A Igreja Católica, desde a década de 30, já se mostrava preocupada com a questão dos operários no Brasil. Segundo a historiadora Rodeghero, estudiosa do anticomunismo no Rio Grande do Sul, a Igreja Católica se mobilizou para estabelecer uma relação harmoniosa entre os operários e os patrões. Afirma ela (2002, p.479):

Com base na encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII (1891) e da retomada da mesma, em 1931, com a *Quadragesimo Anno*, setores da Igreja passaram se preocupar com o peso crescente da classe operária no país. A questão operária passou a ser interpretada pela Igreja dentro ótica da necessidade de colaboração e harmonia entre as classes, combatendo assim as ‘ideologias exóticas’ e contribuindo com o governo na regulamentação das relações entre patrões e operários, dentro de um espírito corporativo.

⁵⁵ Na encíclica *Quadragesimo Anno*, Pio XI discute sobre o aperfeiçoamento e a restauração da ordem vigente (cf. MIRANDA, 1988, p.99).

O primeiro passo, no Brasil, nessa direção de conciliação entre as chamadas classes sociais foi a criação da Confederação Católica do Trabalho, em 1919, em Belo Horizonte. A Confederação entendia que a atuação operária deveria basear-se nos princípios citados na *Rerum Novarum*, buscando o equilíbrio do Capital e do Trabalho. A Confederação Católica do Trabalho se propôs a conduzir as reivindicações dos operários e a promover educação civil, moral e religiosa deles (cf. AZZI, 2008, p.107).

A grande inquietação da Confederação era garantir os direitos dos trabalhadores e afastar as ideias socialistas dentro das fábricas. Para a Confederação, toda a luta operária deveria visar à harmonia social. O programa de ação da Confederação era “Fidelidade do homem para com Deus, como indivíduo, como família, como sociedade; toda ação operária deve desenvolver-se dentro do respeito ao princípio de autoridade, sem violência e sem atentar contra a ordem social e política” (AZZI, 2008, p.107).

Com esse mesmo empenho, a Igreja Católica motivou a criação dos Círculos Operários na década de 30, em vários Estados do Brasil, os quais atuaram na formação de sindicatos e centros educativos para os trabalhadores. Os Círculos Operários pressionaram o governo de Vargas para a criação de uma Legislação Trabalhista. Em consonância com a *Rerum Novarum*, o lema dos integrantes do Círculo era a relação harmoniosa entre o Trabalho e o Capital. Segundo Azzi (2008, p. 110) essa organização “era marcada por um forte conteúdo anticomunista e por uma defesa intransigente da ordem estabelecida”, cujos objetivos, segundo Carlos Miranda (1988, p.100), eram:

Além dos objetivos meramente de assistência aos operários, os Círculos Operários tencionavam também colaborar com o Ministério do Trabalho nos pontos que a Legislação Trabalhista era deficiente, e pôr um dique à influência e infiltração das ideias marxistas.

Em 1948, no II Congresso Circulista Estadual, realizado em São Paulo, foi firmado o propósito entre todos os circulistas que, segundo Azzi (2008, p.110), determinava que “uma coisa só é exigida de quem entra para o Círculo dos Operários, ser cristão, que não professe ideologias subversivas da ordem social vigente”.

A Igreja Católica se preocupou em cercar os operários com as doutrinas cristãs, pois estava ciente da ascensão deles, como força política e social, no século XX. Em 1950, no II Congresso Nacional de Assistentes Eclesiásticos da Juventude Operária Católica – JOC, foi publicado um manifesto, denunciando as péssimas condições em que os operários do país viviam. O documento manifesto concluiu:

A preocupação com tais problemas (moradia dos operários) deve ser parte integrante do nosso ministério sacerdotal, de nossa vida de sacerdote... à ascensão da classe

operária, como fenômeno histórico inevitável, devemos estar presentes sacerdotalmente, pois esta ascensão, se não se fizer com a Igreja, se fará contra ela (AZZI, 2008, p.113).

A visita do arcebispo à fábrica CEL OTHON pode ser lida a partir da ação preventiva da Igreja Católica do Brasil, junto aos operários, desde o início do século XX, para evitar o conflito das classes sociais e repelir qualquer tipo de doutrina que estivesse circulando no meio dos operários e que ferisse a doutrina da Igreja.

A diligência do arcebispo de Arquidiocese de Olinda e Recife de se fazer presente, nas fábricas do Recife, também pode ser entendida como uma estratégia política para atrair para a Igreja Católica a condução política dos operários, já que o PCB tinha grande influência política sobre parte dos operários⁵⁶. No final da década de 40, segundo Aguiar (1993, p. 76), “a maior parte dos votos recebidos pelo PCB, no Recife proveio de áreas da classe operária”.



Fig. 02. Na CEL OTHON, na Macaxeira, Dom Antônio junto com os filhos dos operários da fábrica.

Sobre essa visita, o jornal A Tribuna escreveu uma matéria com o título “Operários e Patrões prestaram expressivas homenagens a Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior”. O seu enunciado é bem sugestivo para análise desse interesse da Igreja Católica de constituir uma ideia de harmonia social, no Estado de Pernambuco. Nesse artigo, Dom Antônio foi fotografado pelas câmaras dos jornalistas, perto dos filhos dos operários trocando

⁵⁶Ver a opção eleitoral dos operários em TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O movimento e a linha**: presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador (1946-1964). Recife, UFPE, 2007.

gestos carinhosos (A Tribuna, 26.07.52, p.07). Nesse evento, Dom Antônio leu o seguinte discurso:

Sente-se admiravelmente este consórcio entre o capital e o trabalho. A cooperação e a colaboração são indispensáveis para o progresso e a relativa felicidade a que todos têm direito na terra. Um não podia prescindir do outro. A capacidade de direção e de empreendimento eram nenhuns sem o braço do homem e da mulher que executam sua tarefa. E essas tarefas, por sua vez, ficariam improdutivas, ficariam sem rumo e sem direção, sem um organismo orientador. Será sempre necessário colocar o capital na sua responsabilidade e restaurar o trabalho na sua dignidade. Responsabilidade e dignidade que se completa, e que são o esteio do direito e da justiça. O homem não é somente matéria. O homem tem necessidades materiais a satisfazer, do mesmo modo que aspirações espirituais e alimentar. Esse binômio é inseparável, e sua ruptura seria catastrófica. Considerar o homem somente espírito seria artificial e desumano. Considerá-lo matéria seria mutilá-lo irremediavelmente.

Daí porque a Igreja procura estar atenta aos dois aspectos sem desconhecer ou desdenhar um em proveito do outro. Atenta às necessidades físicas e às necessidades do espírito. Do corpo e da matéria. Isto constitui a sua sabedoria de dois mil anos, e é um dos segredos de sua permanência no tempo e de sua projeção na eternidade (A Tribuna, 26.07.52, p.07).

Quando Dom Antônio usou os termos “cooperação e colaboração”, estava afirmando que só se alcançaria o progresso se as duas classes trabalhassem juntas. O argumento usado foi que o equilíbrio entre as duas classes poderia promover o crescimento econômico. Ao afirmar que uma classe não poderia prescindir da outra, o arcebispo estava garantindo que os operários e os industriais deveriam ter uma relação de reciprocidade. E essa sintonia deveria ser mantida por um organismo orientador, o qual, para Dom Antônio, seriam os industriais, que tinham a incumbência de conduzir os operários. E estes, por sua vez, deveriam se submeter aos industriais. O bispo estava legitimando a autoridade dos industriais sobre os operários e estava impondo o equilíbrio da relação, em que os donos das fábricas conduziram e os operários seriam conduzidos.

Ainda nessa visita, o dirigente da Arquidiocese de Olinda e Recife discursou sobre a condição dos operários e sobre o dito grandioso papel dos industriais que investiram seus bens na promoção de oportunidades de empregos e de desenvolvimento para o Estado de Pernambuco:

O operário tem direito à boa habitação, justo salário, a ser tratado como pessoa humana, e não como peça de engrenagem de máquina. Tem direito, também, à felicidade relativa que cabe ou deve caber a todos nós na terra. Tem direito de ser respeitado, a ser acatado, como criatura de Deus, dotado das faculdades com ele nos deu, para que usássemos para a sua maior glória, e verdade, mas também para o bem estar que deve ser de todos na terra; e não de alguns poucos. O Destino último do homem é Deus. Mas, enquanto não chega à etapa final da trajetória terrena, cumprenos viver em comunidade, procurando amortecer os choques provocados pela diferenças de fortunas, ou outros desequilíbrios.

Do seu discurso, depreende-se que se tinha que louvar o industrial que se lançava, muitas vezes, com arrojo, em um empreendimento como o da Fábrica da Macaxeira, que se jogava aos azares da sorte, mas levava a diante a sua iniciativa, ao invés de colocar o seu dinheiro no banco, para desfrutá-lo tranquilamente. O industrial que criava uma fábrica contribuía, decisivamente, para o bem estar da coletividade, proporcionando o trabalho e remuneração a centenas e por vezes milhares de pessoas. Invocou o exemplo de Jesus e de São José e terminou por dizer que sentia ter sido compreendido. Podiam os operários de Pernambuco ficar certos de que não lhes faltaria a amizade do seu arcebispo.

O arcebispo constituiu a importância dos operários e dos industriais para a sociedade, os quais deveriam se relacionar como uma perfeita e harmoniosa engrenagem para o bem da coletividade. E essa relação de equilíbrio, deveria ser alimentada pela imprescindível colaboração entre as duas partes envolvidas, para a própria manutenção da existência delas mesmas. Em seu discurso, primeiro se mostrou preocupado com as dificuldades de habitação dos operários. Por último humanizou e cristianizou os industriais, os quais dispendo dos seus bens financeiros, para gerarem oportunidades de empregos, exerceram um importante predicado cristão: o amor ao próximo. Esse discurso demonstra o esforço da Instituição Católica de evitar o conflito entre os operários e os industriais.

Segundo a matéria d' A Tribuna, as últimas palavras de Dom Antônio na fábrica foram recebidas por calorosas salva de palmas (A Tribuna, 27.07.52, p.07). Logo após ouvir o arcebispo, os operários deram atenção à voz de uma senhora⁵⁷, que possivelmente era representante dos operários, que defendia que a chegada do novo arcebispo poderia resolver os problemas dos trabalhadores. Vejamos o discurso dela:

Um outro arcebispo para nos orientar, nos defender, e para nos ajudar em nossa vida de dificuldade, de sofrimento, de falta de respeito, falta de justiça, de moral, etc, que não foi outro a não ser D. Antônio de Almeida Moraes, esse arcebispo de quem falou o nosso governador, Agamenon Magalhães, na sua recepção no Teatro Santa Isabel, dizendo que o nosso arcebispo que se preocupa com as situação material e espiritual dos homens, pois na lama não se pode viver cristãmente, quando não se tem uma condição digna de filhos e filhas de Deus... Quando no meio operário há tantos jovens que infelizmente não reconhecem a sua dignidade de filhos e filhas de Deus e quando uma casa com um quarto, sem luz, sem ar e sem higiene, etc... E que seja habitada por cinco pessoas que sejam: pai, mãe, irmão, irmã e etc. Pois, excelentíssimo e reverendíssimo Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, nós confiamos em vós (A Tribuna 27.07.52, p. 07).

Nas palavras da senhora, o cotidiano dos operários no Estado de Pernambuco, na década de 50, foi configurado por situações de injustiças e de dificuldades financeiras. O operário, para ela, não vinha sendo reconhecido pelos industriais, como importante peça no

⁵⁷ O seu nome não foi mencionado na matéria.

desenvolvimento industrial do Estado. E, para resolver o desamparo social dos operários, a senhora evocou a presença do arcebispo nessa relação operário e industrial. Ao bispo foi reservada a tarefa de representar e solucionar as dificuldades que atormentavam o operário sob a sombra da cruz.

Essa missão messiânica de promover a paz social foi conferida por diversos segmentos sociais. Gil Bonfim, num artigo n'A Tribuna, teceu requintados elogios ao Arcebispo de Olinda e Recife e também confiou a Dom Antônio a tarefa de resolver os problemas sociais, do Estado de Pernambuco. Segundo o autor do artigo, caberia ao arcebispo o papel de dialogar com os industriais e convencê-los de sua responsabilidade social com os trabalhadores. Enfaticamente afirmou que:

E a voz de D. Antônio será, possivelmente, uma clarinada a soar, convincentemente, aos ouvidos dos ricos, chamando-os à grande realidade evangélica; que pela riqueza não se perderão, se a souberem utilizar também para fazerem felizes os outros (A Tribuna, 14.06.52, p.05).

Nas festas comemorativas da chegada do arcebispo, o prefeito do Recife, Sr. Antônio Pereira, falando em nome da cidade, também atribuiu ao arcebispo à responsabilidade de resolver as questões sociais da cidade do Recife. Em seu discurso, afirmou que era uma honra ter Dom Antônio de Almeida como novo arcebispo e contava com a sua contribuição para solucionar os problemas sociais do Recife. Continuou o prefeito:

A contribuição de Vossa Excelência Reverendíssima para resolver a questão social, à luz do evangelho, não deverá contar com a simpatia distante, e sim com a participação direta de todos os homens de boa vontade: porque tal contribuição visa à justiça, à caridade e à volta do homem à verdade. (A Tribuna, 23.03.52, p.???)

Esse registro é significativo para entender como parte da sociedade de Pernambuco esperava que fosse a atuação de Dom Antônio de Almeida. O discurso do dirigente da cidade do Recife também aponta que parte dos homens, para ele, teriam-se desviado da verdade, a cujo caminho o bispo os deveria conduzir. Qual a mentira que teria seduzido tais homens, como afirmou o prefeito do Recife? Seria a proposta do Partido Comunista para resolver as questões sociais do Estado de Pernambuco? Uma possibilidade.

Portanto Dom Antônio tentou responder a essa premente expectativa depositada em sua ação pastoral. Sua imagem foi construída, por diversos segmentos de poder do Estado, padres, intelectuais católicos, prefeito, industriais e outros, como a pessoa ideal para conduzir as reivindicações sociais dos trabalhadores.

Na medida do possível, o arcebispo assumiu e ressignificou essa elaboração comparecendo a diversos eventos fora dos muros da Arquidiocese, com o objetivo de

promover mudanças no âmbito social, sem desmontar a ordem social vigente, no Estado de Pernambuco.

Dom Antônio, como representante das diretrizes da Igreja Católica no Brasil, buscou através de sua ação pastoral afastar qualquer solução para a questão operária que não fosse cristã. O arcebispo se empenhou na condução dos homens de Pernambuco à dita verdade. A esperança de se encontrar uma solução social que não comprometesse a vigente ordem no Estado, não era apenas da Igreja e sim também, de diversos setores sociais.

Em 1953, atendendo a essa expectativa, o arcebispo foi convidado para visitar Companhia de Refrigerantes Crush, para abençoar a primeira colheita de laranjas, naquele começo de ano. Em A Tribuna, encontramos vários registros sobre os diversos eventos de inauguração a que Dom Antônio compareceu, no Estado de Pernambuco. É válido destacar que foram muitos.



Figura 03. Dom Antônio na Fábrica Crush

Chegando à Crush, numa cerimônia litúrgica não oficial, o arcebispo levou a bênção da Igreja e fez uma alocação dirigida aos operários da fábrica, na presença do Senhor Secretário da Agricultura, Eudes Leão Pinto de Souza, dos representantes da companhia, de alguns padres, dos jornalistas e dos funcionários administrativos, usando as seguintes palavras:

Sem dúvida, foi para mim um grande prazer poder vir até este estabelecimento industrial de Pernambuco trazer a bênção da Igreja aos frutos novos do início desta nova safra e, ao mesmo tempo, participar nesta hora, desta solenidade tão significativa para o progresso e para indústria do nosso querido Estado de Pernambuco. Quando nós nos debruçamos sobre os mistérios impressionáveis e impressionantes da Sagrada Escritura, a relembrar o gesto de Deus, a desmembrar as

figuras do céu, a acabar os abismos do infinito e calcular as leis que deviam manter em perfeito equilíbrio, em perfeita e admirável harmonia toda a vastidão sideral, nós temos, num relance de olhos o que significaria para o mundo a impressão e a inteligência humana iluminada pela força divina da inspiração. Sem dúvida, o industrial primeiro, o mais impressionante, o mais extraordinário foi, sem dúvida, nosso Senhor, porque é fácil ou pelos menos é concebível que, tendo o homem a matéria prima e os meios necessários para atuar sobre a matéria prima possa ele reproduzir coisas impressionantes e maravilhosas, mas o que realmente abismal é que, sem matéria prima possa a mão do Onipotente arrancar do abismo toda a mecânica infinita do mundo e toda a sua extraordinária e encantadora maravilha (A Tribuna, 31.01.53, p.07).

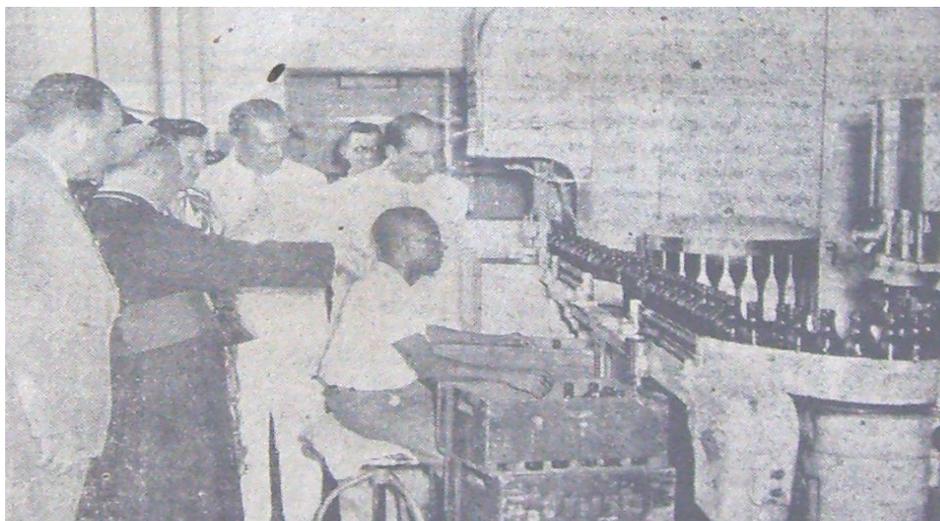


Fig. 04. Dom Antônio acompanhando a produção na Fábrica Crush

Além de proferir a bênção, o discurso de D. Antônio legitimou o papel fundamental, para a sociedade e para a existência humana, do industrial, comparando-o com o próprio Criador. Para o arcebispo, a atuação do industrial era semelhante à atitude primeira de Deus, no ato da criação do mundo, que do nada foi criado todas as coisas. Nessa elaboração discursiva, os industriais traziam à existência produtos e máquinas indispensáveis para sociedade e, além disso, ofereciam oportunidades de empregos. Esse registro reforça a ideia do desejo da Arquidiocese de Olinda de tentar garantir a ordem social no Estado, com o discurso de harmonia social e com o insistente recurso simbólico de enaltecer o papel dos industriais no Estado.

Por trás do simples gesto de uma bênção, de uma encenação do sagrado, a mensagem que estava sendo dita aos operários da Companhia de Refrigerantes Crush, era que seus patrões, sendo a imagem e semelhança do próprio Deus, deveriam ser respeitados, valorizados e, talvez, não questionados.

As visitas não foram à única forma de colocar a sombra da cruz no mundo das fábricas. A Arquidiocese de Olinda e Recife colaborou com a atuação da Juventude Operária

Católica – JOC, em Pernambuco, incentivando-a. Uma matéria escrita pelo assistente eclesialístico da JOC, Pe. Aníbal Pereira Reis, demonstra esse desejo de presença da Igreja no meio operário com o seguinte discurso:

Meus prezados companheiros jocistas da JOC, sois a esperança da Igreja no campo operário. Nas fábricas e oficinas, nos escritórios e nas casas comerciais, sois a presença da Igreja, pela vossa palavra, pelos vossos exemplos, pelas vossas atitudes... sois os operários da vanguarda... Prossigamos, ombro a ombro, na escalada da vitória (A Tribuna, 25.04.53, p. 08).

Semelhante atenção dada aos industriais foi reservada aos trabalhadores do Estado de Pernambuco. Numa relação paternal, o arcebispo se construiu como amigo e como o maior interessado pela causa do operário. Em seu programa radiofônico, intitulado Moral e Fé, o arcebispo se dirigiu aos operários, chamando-os de queridos. Num tom de compadecimento e de aproximação, afirmou D. Antônio:

Meus queridos operários de Pernambuco.

Ninguém vos ama com mais ardor, ninguém se aflige tanto com as vossas amarguras, ninguém se preocupa tanto com o vosso destino como o vosso arcebispo, cuja vida inteira de sacerdote e de bispo tem sido uma prova exuberante de amor pela vossa classe. Nos meus longos anos de Paroquiato e nos poucos anos de bispo, a vossa imagem cansada do trabalho e a vossa frente coberta de suor povoaram todos os meus instantes e inspiraram as obras que criei para o amparo à vossa classe e aos vossos filhinhos. Fala-vos, pois, meus queridos operários, como o amigo sincero que tem vivido pelos seus amigos, como quem sentiu sempre seus problemas, as vossas inquietações e amargores (A Tribuna, 31.01.53, p.01).

Dom Antônio, em seus discursos, se posicionou no lugar neutro e de equilíbrio na tensão que envolvia o operário e o industrial. O arcebispo atribuiu aos donos das fábricas o valor imensurável para o desenvolvimento do Estado, mas, ao mesmo tempo, reconhecia a importância dos operários para o andamento da economia. No entanto os operários estavam submetidos a péssimas condições de moradias e as suas dificuldades econômicas não foram associadas diretamente aos industriais. Dom Antônio, na grande parte dos seus discursos publicados n'A Tribuna, amenizou a responsabilidade direta que pesava sobre os industriais e se colocou, com um discurso de solidariedade, ao lado da causa operária, para manter a ordem social e econômica, no Estado.

Nos seus discursos, investiu na elaboração da sua própria imagem e na da Igreja Católica, como protetores e responsáveis pelo bem estar dos operários. A ideia dirigida era que a solução para melhorar a vida dos operários viria, a partir de um diálogo harmonioso entre os donos das fábricas e os operários.

O seu discurso pode ser entendido como um eficiente instrumento de exercício de poder, à medida que esse discurso atuou na tentativa de moldagem de comportamentos e na

aposta de definição de uma prática política. As palavras de Dom Antônio, encenação de um poder, tentaram definir como os operários deveriam agir social e politicamente.

Numa importante reunião⁵⁸ com os usineiros e o Secretário da Agricultura, da Indústria e do Comércio, e com o presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool -IAA⁵⁹, no mês de janeiro de 1953, realizada na cidade do Recife, o arcebispo foi mais incisivo no tocante aos problemas dos operários, afirmando que a agravante maior da tensão social, em Pernambuco, era o assustador estado de pobreza a que os trabalhadores estavam submetidos (A Tribuna, 17.01.53, p.01).

Naquele encontro, estavam presentes os maiores representantes das forças econômicas do Estado. A esse notório público, Dom Antônio afirmou que o comunismo não deveria ser a preocupação maior das classes produtoras, pois “não há propriamente o comunismo em Pernambuco. O que existe é fome, é miséria, é injustiça social. Há, sobretudo, revoltas populares em face do desajustamento.” (A Tribuna, 17.01.53, p.01).

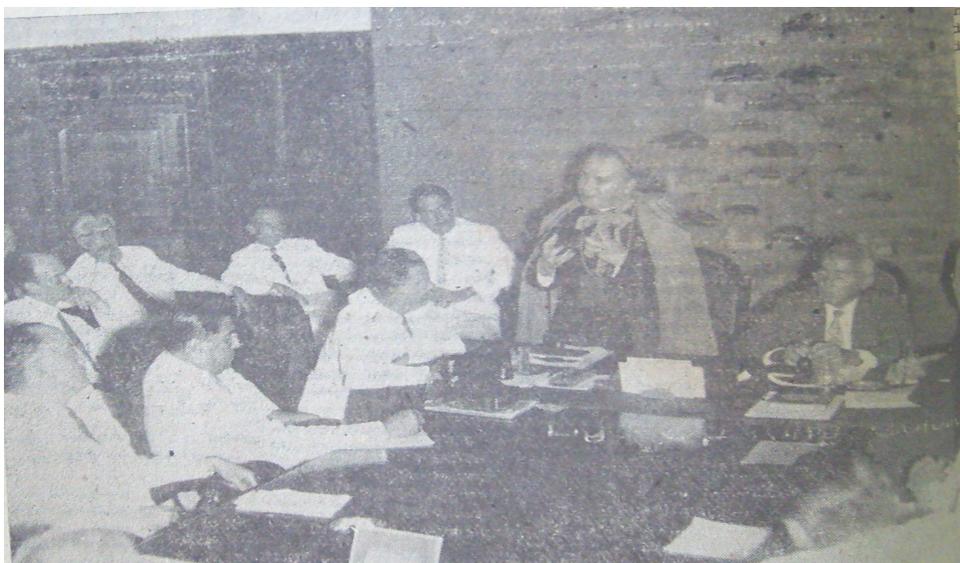


Fig. 05. Dom Antônio discursando sobre a melhoria dos trabalhadores do Estado de Pernambuco na sede da Cooperativa dos usineiros do Estado.

De forma mais contundente, naquele evento, o arcebispo colocou os industriais como personagens importantes na promoção da pobreza. Dom Antônio, retoricamente questionou se existia um diálogo harmonioso entre os luxuosos edifícios e os mocambos. Ilustrando o possível diálogo, afirmou: “Eu tenho cortinas, tapetes da Índia, perfumes, remédios para os meus ricos filhos e mais o que eu desejar. E tu, mocambo, o que tens? Triste

⁵⁸ O jornal A Tribuna (17.01.53, p.07) publicou uma lista das pessoas que participaram da reunião.

⁵⁹ O Instituto do Açúcar e do Alcool foi criado por Vargas, em 1933, para estabelecer, entre outras coisas, a obrigatoriedade dos usineiros adquirirem dos fornecedores de cana uma quantidade determinada (PONTUAL, 2001, p.27).

e melancolicamente, o mocambo responde: eu tenho fome e miséria.” (A Tribuna, 17.01.53, p.01).

Em 1952, na cidade do Vaticano, o Papa Pio XII tocou na questão da assustadora incoerência e proximidade aparente do luxo da pobreza no mundo católico. O Papa discursou sobre o intolerável contraste entre o luxo imoderado e a pobreza “algumas vezes vergonhosa e sempre conflagradora”. (Jornal do Commercio, 11.03.52, p.05). Naquele evento, o Sumo Pontífice pediu “para que realizassem uma cruzada em prol da renovação cristã, para salvar a raça humana de um espantoso desastre e o mundo da ruína.” (Jornal do Commercio, 11.03.52, p.05).

Em consonância com o chefe supremo da Igreja, não raras vezes, Dom Antônio estava chamando a atenção do perigoso contraste entre a riqueza e a pobreza. O arcebispo da arquidiocese de Olinda e Recife estava afirmando que não se resolveria a dita agitação social que se anunciava em Pernambuco, culpando os comunistas de promoverem o desajuste social. Mas o que de fato deveria ter atenção devida, era a situação econômica dos trabalhadores. Esta sim, para o arcebispo, promoveria uma revolta social, tão temida pelos presentes na reunião. Portanto Dom Antônio, nesse discurso, quando usou o argumento da ausência do comunismo no Estado, possivelmente estava dizendo aos notáveis representantes das classes produtoras que eles deveriam amenizar a pobreza, para manterem a ordem social. E essa atitude seria uma penetrante arma para manutenção da ordem capitalista.

Um aspecto interessante que podemos ressaltar no discurso de Dom Antônio, naquela importante reunião, foi a sua leitura sobre a fonte geradora do conflito social. O Bispo apontou a condição social dos trabalhadores como motivo maior do problema social. E esse ponto não era mencionado por parte das elites, que, por sua vez, o camuflaram e sobre ele silenciaram, instituindo o clima de medo, devido à suposta ascendência dos comunistas.

Tudo que trouxesse em si o questionamento da ordem vigente, as elites nomeavam de subversivo e de comunista. A solução apontada era perseguir e denunciar os ditos inimigos. A saída, para parte das elites, era acionar o discurso do medo do comunismo para manter a ordem. A estratégia era convencer a opinião pública e poderes políticos de que eram os comunistas que alimentavam e agitavam a cidade. A questão da moradia dos operários e as expulsões dos camponeses do campo não eram mencionadas. A exemplo, o jornal Diário de Pernambuco, no início da década de 50, categoricamente nomeou grande parte dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais e os dos operários de movimentos subversivos e comunistas.

Diversas matérias do Diário Pernambuco⁶⁰ instituíram a ideia de agitação e de perigo, provocada pela atuação dos comunistas e não discutiram a situação de pobreza a que os operários estavam submetidos nem a ausência da Legislação Trabalhista⁶¹ no campo. Quase todos os movimentos sociais que reivindicavam uma melhoria na vida dos trabalhadores, o jornal rotulava de comunista. Lendo tais matérias, a impressão que se pode ter é que o comunismo era uma prática que cada vez mais se insinuava no cenário político e dos movimentos sociais, em Pernambuco. Porém, quem eram os comunistas? Eram apenas os que faziam parte do Partido Comunista Brasileiro (PCB)? A princípio, pode-se dizer que não.

Quase todas as práticas políticas que tratassem de reformas sociais no Estado eram nomeadas por parte da imprensa de comunistas. As passeatas realizadas pelas Ligas Camponesas foram chamadas de subversivas e de comunistas. Os diversos casos de incêndios de canaviais e de ocupações de engenhos foram, na maioria das vezes, enunciados como atividades vermelhas.⁶² A partir dessa construção discursiva de um perigo próximo devido à ascendência do PCB, Pernambuco foi descrito na imprensa local e nacional como um Estado ameaçado a viver uma revolução social. E a ideia de uma iminência desordem social que se anunciava, era instituída pela dita presença dos comunistas.

A nomeação de comunistas, feita por parte das elites aos grupos que reivindicavam uma mudança social, era a racionalidade da estratégia, para tirar, dos ombros das classes produtoras, a participação direta no conflito social que vinha se desenhando, no Estado. Quando Dom Antônio afirmou que não havia comunismo no Estado, o sacerdote estava indo de encontro ao discurso alarmista que fugia do ponto forte da questão. Para o arcebispo o que havia era pobreza. E se esta não fosse resolvida, a desordem social poderia instalar-se no Estado. O arcebispo de Olinda e Recife estava responsabilizando os presentes da reunião e conclamando-os a manter a ordem econômica e social, além de estar afirmando que a melhor maneira para impedir o crescimento das atividades comunistas era amenizar o universo de precariedade que envolvia a vida dos operários, no Estado.

Enfim, podemos inferir que as práticas pastorais de Dom Antônio de Almeida, alinhadas com as diretrizes do Vaticano, se centraram no objetivo maior de manter a ordem política e econômica no Estado de Pernambuco. Assumiu uma posição paternal junto dos

⁶⁰ Fizemos um levantamento do Diário de Pernambuco, dos anos de 1950 a 1960, e percebemos o posicionamento do jornal em relação aos movimentos sociais, os quais foram descritos, na maioria das vezes, como atividades subversivas.

⁶¹ Legislação Trabalhista no campo só foi aplicada na década de 60. A Igreja Católica de Pernambuco, em 1962, criou o SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco. A partir desse órgão, a Igreja organizou sindicatos rurais. Segundo Marcio Moreira (1968), a inserção da Igreja no campo foi motivada pela ascendência da esquerda e do protestantismo no meio rural.

⁶² Sinônimo da atuação do PCB no Diário de Pernambuco.

operários e dos industriais, construindo-se como ponto de equilíbrio na tensão social. Ao assumir esse posicionamento de condução, o arcebispo ressignificou a importância da Igreja Católica para manter a ordem social e tentou eliminar a capacidade de mobilização autônoma dos operários. Por último, tentou afastar das fábricas a dita perigosa presença comunista. A bênção nas fábricas, isto é, a atenção dada aos operários e aos donos das fábricas, pode ser entendida como uma prática anticomunista da Arquidiocese de Olinda e Recife. Dom Antônio arcou com o conduto, para resolução da crise social que despontava.

Em seu programa radiofônico⁶³ Moral e Fé, o arcebispo assumiu uma posição anticomunista mais efetiva. No ano de sua chegada, o comunismo nos seus discursos ainda não era uma ameaça próxima. Porém, a partir de 1953 a ideia do comunismo como inimigo da fé e da pátria ganhou materialidade e urgência nos seus discursos. No espaço Moral e Fé, Dom Antônio normalmente se dirigia aos operários. No dia 31 de janeiro de 1953, não foi diferente e, para eles, proferiu o seguinte discurso:

Acima de tudo, meus caros operários, vós sois brasileiros e cristãos! Dois títulos, duas glórias, que deveis defender com toda a grandeza da vossa alma, com todo o heroísmo do vosso coração. Não é possível que sejais traidores, entregado vossa terra, vossa gente e vossa família a uma pátria estranha, traíndo o nosso querido Brasil e entregando-o dolorosamente à Rússia!(A Tribuna, 31.01.53, p.01).

E quando afirmou “Acima de tudo operários”, o arcebispo possivelmente estava dizendo que, mesmo em situações de dificuldades e de pobreza, o operário não podia esquecer o seu país nem sua religião. O arcebispo ainda apelou para o recurso de nomear de traidores aqueles que se deixaram atrair pelo comunismo russo. O Arcebispo, no programa Moral e Fé, evocou o dispositivo do mito que envolve a figura do herói, para que o operário com heroísmo se defendesse dos ditos inimigos da pátria. Continuou:

Ainda há um mês e pouco, dizia-me um marinheiro do navio Sebastião Caboto que havia fugido à zona de Trieste dominada por Tito: mas é possível que não haja quem explique aos comunistas do Brasil a escravidão e a Tirania daquele regime? Há dois dias o cônsul alemão, em Recife, contava-me que é tão dura a situação do povo da parte da Alemanha dominada pela Rússia a ponto de fugirem para a zona ocidental centenas e milhares de famílias, embora nada possam trazer de suas casas. E muito menos, meus queridos operários, se compreende essa dolorosa traição à Pátria e as tradições brasileiras, neste solo bendito de Pernambuco, onde vosso antepassados aclaram com o sangue a perpetuidade da nossa Pátria, de nossa nacionalidade e de nossa fé! Não. Meus queridos operários! Não podereis nunca negar a vossa Pátria e o vosso Deus, admitindo doutrinas que vos exigiam a destruição desses tesouros da vossa alma e do vosso coração humilde mais heróico! (A Tribuna, 31.01.53, p.01).

Dom Antônio estava tentando incutir a ideia de que ser comunista significava ser inimigo da pátria e inimigo de Deus. É importante frisar que o Bispo referiu-se a um

⁶³ A Rádio Clube de Pernambuco e a Rádio Tamararé faziam as transmissões de algumas pregações do Arcebispo. Ver em A Tribuna, 07.02.53, p.03.

comunismo atuante fora do Brasil, baseado em notícias das ditas atrocidades do comunismo internacional que chegavam ao Recife. E, quando se referiu aos comunistas brasileiros, tratou-os como pessoas equivocadas que não sabiam o que era de fato o comunismo, o que se percebe no trecho “mas é possível que não haja quem explique aos comunistas do Brasil a escravidão e a Tirania daquele regime?”.

Nesse mesmo programa radiofônico, o arcebispo se dirigiu aos intelectuais e aos jornalistas, para que eles exercessem sua eminente tarefa de esclarecer e construir mentalidades anticomunistas, a fim de garantir a defesa da pátria e das tradições do Estado de Pernambuco, pois

[...] o pensamento dirige o mundo que, aqui, lançamos o nosso apelo veemente para que vos armeis. Cruzados dessa bendita campanha de esclarecimento do povo sobre os erros, as ilusões e as falsidades desse totalitarismo rubro que envenena destinos e atraíça as Pátrias!

O arcebispo também se reportou às autoridades para se envolverem numa Cruzada anticomunista, dizendo

Apelamos para todos os homens de responsabilidade para que pensem, acima de tudo, na vida da Pátria. E mesmo aos que, iludidos, por doutrinas estranhas, esquecem o Brasil, apelamos para que auscultem o próprio coração que ressoa a prece ardente de uma mãe piedosa e reboam os ecos imortais dos séculos gloriosos da própria pátria!

Que ilustres autoridades do glorioso Estado de Pernambuco encontrem, nesta campanha leal e sincera de esclarecimento, proporcionada pelos intelectuais e jornalistas, o apoio necessário, para, pacificamente, arrancarem do erro tantos brasileiros iludidos ou arrastados pelos credos vermelhos. E fazemos voto a Deus para que, nesta hora grave da nacionalidade, a reflexão ilumine e esclareça a consciência de tantos cidadãos irmãos nossos pelo batismo e pela pátria, integrando-os tranquilamente no seio da grande nação brasileira, no filão dourado de suas tradições cristãs, gloriosas e imortais! (A Tribuna, 31.01.53, p.01).

Com um arsenal discursivo pautado na defesa da nacionalidade e do catolicismo, o arcebispo da Arquidiocese de Olinda Recife tentou mobilizar os dirigentes de Pernambuco, intelectuais, imprensa e autoridade do Estado, para se envolverem numa frente anticomunista a fim de livrar o povo do assédio dos comunistas. Ainda estava reservada, para esse grupo ilustrado, a incumbência de trazer à dita razão aqueles que foram atraídos pelo Partido Comunista Brasileiro. Ainda naquelas palavras, Dom Antônio estava colocando o povo no lugar de fragilidade e de ingenuidade. Para ele, a população iletrada não poderia se defender da ameaça comunista, mas a classe letrada, esta sim, deveria guardar e libertar o povo do infortúnio comunista.

Meses após sua chegada, numa reunião da Confederação Católica, Dom Antônio manifestou suas pretensões sobre a atuação dos leigos na efusão da fé católica, em

Pernambuco. Naquele evento, enfatizou a participação dos católicos na vida política e social dizendo: “A Igreja perdeu terreno por causa da ausência dos católicos. Precisamos estar presentes em TODOS os setores” (grifo do autor). (A Tribuna, 03.05.52, p.07). Isso significava todos, numa cruzada contra as forças políticas contrárias à vontade da Igreja Católica, em Pernambuco.

Esse convite imperativo feito aos católicos, para assumirem pontos estratégicos da sociedade, foi inspirado, possivelmente, nas exigências do projeto de Romanização e na prática pastoral de Dom Leme (1916-1921), do início do século XX, que defendia a inserção de intelectuais católicos nos espaços de poder (Imprensa, Universidades, Escolas), com o intuito de defenderem a fé Católica.

Outros convites ou imposições foram feitos aos católicos com o mesmo objetivo, como, a exemplo disso, nos mostra a matéria publicada n’A Tribuna do mês de junho de 1953, com o título “Aos católicos”, escrita pelo Departamento Arquidiocesano de Defesa da Fé e da Moral, órgão do apostolado Católico. Nessa publicação, afirmava-se que a Arquidiocese de Olinda e Recife estava seriamente empenhada “na defesa de nossa santa fé e da pureza dos nossos costumes contra o assalto dos adversários.” (A Tribuna, 06.06.53, p.03).

Nessa matéria, o Departamento Arquidiocesano de Defesa fez também um apelo: “Pedimos a todos os católicos que queiram entregar ao respectivo Pároco ou vigário toda propaganda Herética, bem como não comprar livros e revistas...”. (A Tribuna, 06.06.53, p.03).

Esse apelo em prol da manutenção dos ditos bons costumes no Estado, faz-nos refletir sobre a postura de uma Igreja armada de diversos mecanismos de controle sobre a comunidade católica. Podemos inferir que o alvo de tal Departamento era ultrapassar os púlpitos da Igreja, para interferir, sem cerimônias, no cotidiano dos católicos. Essa vigilância sobre o que se lia é indicativa para que possamos afirmar que a Arquidiocese de Olinda e Recife, nos anos 50, se empenhou na defesa do catolicismo com as mais diversas alternativas, para barrar qualquer tipo de doutrina que fosse contra a Igreja Católica.

Dom Antônio de Almeida, sintonizado com o projeto de Romanização, tentou monopolizar os espaços de produção simbólica⁶⁴, a fim de impor as verdades convenientes para defesa dos interesses da Igreja Católica. Dessa forma, o Bispo não poupou esforços para mobilizar uma frente de dirigentes, de intelectuais e de jornalistas, armado com a fé católica e

⁶⁴ Como já foi dito no primeiro capítulo, a Igreja Católica e seus intelectuais estavam envolvidos na fabricação e na imposição de uma representação do mundo, através do uso do poder simbólico, que é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (BOURDIEU, 2007, p.09).

com a palavra escrita, contra as doutrinas nomeadas de heréticas e contra o fantasma comunista que rondava o campo, as fábricas e as urnas eleitorais.

Em abril de 1952, esse interesse ficou explícito, na reunião das Associações Católicas Masculinas da Arquidiocese, na qual o arcebispo falou da necessidade de ampliação dos quadros da Confederação Católica, com a inclusão de todas as Associações Religiosas para fortalecer a união do apostolado. (A Tribuna, 12.04.52, p.03).

Ainda com a palavra afirmou que “O momento atual exige que todos, como um só corpo, trabalhem ativamente. O isolamento das iniciativas dispersas não traz resultados positivos, por isso que é gerador de pequenos compartimentos onde naturalmente brota o egoísmo.” (A Tribuna, 12.04.52, p.03).

A Arquidiocese dialogou com reciprocidade com as Associações dos Leigos no Estado. Como nos mostra esse registro acima, havia o interesse do governo episcopal na organização e no crescimento das Associações Católicas dirigidas pelos leigos. Naquela reunião da Confederação Masculina, o arcebispo estava convidando os leigos a assumirem os seus postos de trabalho em defesa da fé católica (A Tribuna, 12.03.52, p.03).

Atendendo ao chamado de ocupação de espaços, a Arquidiocese de Olinda e Recife teve uma significativa participação na eleição estadual de 1958. Naquela eleição, o bispo realizou uma campanha, na imprensa e nos púlpitos, na tentativa de influenciar os católicos a não votarem em candidatos apoiados pelas esquerdas. Nas próximas linhas, acompanharemos os embates e os jogos de influências que envolveram as Oposições Unidas, Dom Antônio e outros bispos, na sucessão estadual em 1958. Para os católicos, estava reservada a tarefa de defesa da fé nas urnas, com o voto orientado por Deus e pela Igreja.

CAPÍTULO IV

A DISPUTA PELO VOTO DO CATÓLICO NA ELEIÇÃO ESTADUAL DE 1958

O reaparecimento de Prestes, no cenário nacional, preocupou a Igreja Católica. O arcebispo de São Paulo, Dom Carmelo, no mês de abril de 1958, teve uma conferência com o presidente Juscelino Kubitschek, para discutir o retorno do grande líder do Partido Comunista. Segundo o Diário de Pernambuco, Dom Carmelo afirmou, no encontro, que

A Igreja se preocupa, naturalmente, com a propaganda comunista, como cuida de outros assuntos de ordem pública. Combatendo há vinte séculos, porém, a Igreja não se arreceia dos acontecimentos e tem confiança na capacidade de nossos governos e na educação moral do nosso povo, sempre fiel às suas tradições cristãs. (DP. 12.04.58, p.01).

As Forças Armadas e a Igreja Católica, num artigo republicado no Jornal do Commercio, cobraram do presidente da República medidas enérgicas contra o retorno de Prestes e a atuação do Partido Comunista, nas eleições de 1958. O governo, por sua vez, num pronunciamento em Diamantina, garantiu que o regime democrático seria defendido. Em resposta a esse evento, foram exigidos, pelos militares e pelos bispos, ao presidente, atos e não palavras. Esse seleto grupo pressionou, naquele momento, uma intervenção mais incisiva por parte do Governo Federal (JC, 13.04.58, p. 01), exigindo a elaboração de um Projeto de Lei de Fidelidade à Pátria que estabeleceria que o cidadão brasileiro poderia professar o comunismo, mas em contrapartida, não poderia exercer de forma alguma funções públicas, nem poderia ser oficial do Exército, nem, muito menos, ser dirigente sindical (JC 13.04.58, p. 01).

O episcopado Fluminense lançou um manifesto assinado por Dom Jaime Câmara, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro; Dom Hélder, bispo auxiliar do Rio de Janeiro; Dom Rodolfo, bispo de Valença; Dom Manuel, bispo de Petrópolis; Dom Carlos, bispo de Niterói e numerosas outras figuras de relevo do clero brasileiro, exigindo, do poder Executivo e do Legislativo, medidas enérgicas contra o comunismo e contra o retorno de Prestes (JC 16.04.58, p.01).

O manifesto dizia o seguinte:

Fazemos ao poder legislativo a justiça de confiar em que, com igual rapidez, oferecerá à nação os solicitados instrumentos de defesa e salvaguarda, ante a insídia de um movimento, essencialmente o mesmo em toda parte, como o demonstra claramente, por exemplo, no tocante ao propósito de destruição da fé, o livro vermelho da perseguição (JC 16.04.58, p.01).

Ainda exigiram medidas emergentes:

O apoio que esperamos dar às medidas de emergências que faltam ao poder público, para que defenda, de modo adequado, as nossas tradições cristãs e nossas instituições democráticas, não nos leva a esquecer que há medidas urgentes, sem as quais a ordem permanece em perigo. (JC, 16.04.58, p.01).

Enquanto a Igreja Católica pressionava a Imprensa e o Congresso para tomarem posições anticomunistas, o líder do PCB foi proibido, pela censura policial do Rio de Janeiro, de dar entrevistas nas emissoras de TV. Essa reação se deu, possivelmente, pela dita excessiva exposição de Prestes, nas principais revistas e nos principais programas televisionados de peso nacional, naquele ano eleitoral. (JC, 10.04.58, p.01).

Em paralelo a essa histeria anticomunista, o Jornal do Commercio publicou o artigo de Murilo Marroquim, colunista do Rio de Janeiro, que nos oferece outro olhar sobre a recepção a Prestes e ao PCB. O escrito afirmava que o pedido de criação de uma lei contra os comunistas, formulado por alguns setores ao Congresso Nacional era um tremendo exagero. Para Murilo Marroquim, era

[...] pueril imaginar que os comunistas tenham força para mudar, pela violência, o cenário nacional. Estão não apenas enfraquecidos politicamente: estão até divididos e o seu chefe reaparece sem o panache dos velhos tempos. A excitação política em torno dos comunistas é menos destes do que daqueles que desejam seus votos: e tais votos entrarão fatalmente na circulação eleitoral democrática. Serão negociados com vários e bons candidatos que nada têm a ver com os comunistas (DP, 17.04.58, p.04).

Contra o posicionamento dos militares e dos bispos que queriam a Lei de Fidelidade à Pátria, Murilo Marroquim argumentou que qualquer medida extremada iria desvirtuar o regime democrático. Para ele, o regime brasileiro precisava, sim, de alguns cuidados para sua manutenção, contudo não precisava tomar medidas violentas e antidemocráticas, (DP, 17.04.58, p.04).

Esse registro sinaliza possíveis entendimentos que alguns setores sociais tiveram naquele momento. Muitos acreditavam, de fato, enquanto outros instituíam certa gravidade política, devido à ascensão do PCB, para obter ganhos políticos.

Os historiadores Rodrigo Patto Motta e Fernando Medeiros se afinam, quando argumentam que houve, por parte de alguns grupos sociais, um exagero em avaliar a gradativa e intensa penetração social e política do PCB, na década de 50. O primeiro apostou na ideia de que existia uma indústria anticomunista, interessada em direcionar todas as discussões políticas, especialmente em períodos de eleições, na negação do PCB e na ideia, que se vivia naquele período, do perigo iminente de uma revolução violenta.

O artigo de Murilo Marroquim entra em consonância com as interpretações dos historiadores citados e quebra todo o coro dos discursos publicados no Diário de Pernambuco e no Jornal do Commercio, sobre o retorno de Prestes e o peso que o PCB teria nas eleições de 1958. Murilo Marroquim afirmou que “Prestes não retornou mais forte; o seu partido continua eleitoralmente mais medíocre. Com liberdade de ação eleitoral indireta, sensibiliza o mercado político.” (DP, 17.04.58, p.04). Para o jornalista, naquele momento, a ênfase dada ao retorno de Prestes era exagerada e este só estava ganhando visibilidade e entorno de importância, devido ao desejo de alguns partidos interessados na cooptação do eleitorado do PCB.

Entretanto a Igreja Católica e outros setores de poder instituíram um estado de emergência, devido à presença de Prestes no cenário nacional e julgavam que as indicações políticas do líder do PCB estavam arruinando o regime democrático.

O deputado Amaury Pedrosa comentou com o repórter da Radiopress⁶⁵ a situação política de Pernambuco. Enfaticamente, apostou que as eleições estaduais de 1958 seriam uma disputa acirrada que se definiria nas ruas do Recife. Para ele, o retorno de Prestes repercutiria, notadamente, nos rumos das eleições, pois

descerão dos morros e mangues avalanches de votos, tendo como baliza e ponto de referência às bandeiras que tiveram de ser empunhadas, no momento oportuno, pelos camaradas de Prestes. Os comunistas do Recife se encontraram desalentados, em sucessivos pleitos recentes, por falta tão só de estandarte de guerra. E esta era a razão porque vinha perdendo terreno em cada eleição que se feria. Mas o estandarte chegou em grande estilo, e dentro em breve haveremos de vê-lo agitado no ar com o fascínio igual, para as massas populares, do estandarte das Vassourinhas ou dos Lenhadores (JC, 01.04.58, p.01).

Essa ideia de que o Recife, sobretudo as áreas mais pobres, optaria pela esquerda em 1958, conflui com a tese dominante da Historiografia: Arlindo Soares, Flávio Brayner e outros. O argumento do deputado Pedro Amaury de que a massa pobre se renderia ao assédio dos comunistas também se afina com a tese defendida pela Igreja Católica de que a pobreza era um terreno propício às pregações do PCB. Ainda no discurso do deputado, podemos analisar o papel secundário, dado por ele ao eleitorado do Recife, dos morros e dos mangues, que desciriam do alto de sua pobreza, para votarem num partido, com o mesmo espírito com que se brincava o carnaval. Despojados da razão, embevecidos pela folia, elegeriam os candidatos apontados pelo PCB. Essa visão aniquila a ideia de um voto consciente.

⁶⁵ O Jornal do Commercio comentava as matérias do Radiopress, programa, supomos, radiofônico do Rio de Janeiro.

Ainda sobre o retorno de Prestes, o líder do PSD, Etelvino Lins, declarou, na Radiopress, em resposta⁶⁶ a Prestes, que o PSD não se renderia aos acenos do PCB para as eleições, por respeitar as tradições católicas e a família, por isso não se uniria às forças marxistas, em Pernambuco (JC 11.04.58, p. 01).

Etelvino se referindo às oposições Unidas afirmou:

Não brinquem com a fome, Pernambuco. Estado vanguardeiro de movimentos nacionais – sadios até agora, poderiam também assumir aspectos maus. Nem se veja na advertência dessas palavras qualquer alusão às ideias como Mao-Tse-Tung conseguiu, numa primeira etapa, adaptar o comunismo na velha China. Lá, assim as coisas começaram, num inocente aceno à burguesia industrial chamada progressista. Seria mantido o respeito ao capital das empresas privadas. Seria mantido o respeito ao capital das empresas privadas industriais. Desapareciam apenas os intermediários, assumindo o Estado o papel único de distribuidor e o compromisso, para isso, de adquirir toda a produção industrial. Mais adiante, tornava-se o Estado sócio de cada empresa, que necessitasse de sua ajuda. Era a primeira etapa. A segunda já vem vindo, se já não chegou, com o risco de o cutelo derrubar as cabeças ocas que não nasceram para ostentar boinas vermelhas. (JC 11.04.58 01).

As cabeças ocas a que Etelvino Lins se estava referindo eram os integrantes da Oposição Unidas, os quais seriam descartados pelo PCB, no momento em que o Estado proletariado fosse montado, em Pernambuco. O ex-governador do Estado estava afirmando que Pernambuco tinha uma certa potencialidade para sediar uma revolução, quando disse: “Não brinquem com a fome, Pernambuco. Estado vanguardeiro de movimentos nacionais – sadios até agora, poderiam também assumir aspectos maus” (JC, 11.04.58, p. 01).

Nilo Pereira, numa matéria do Jornal do Commercio, também criticou alguns políticos, sobretudo as Oposições Unidas que se alinharam, mesmo que momentaneamente, ao PCB. Afirmou que a Igreja Católica repudiava tais acordos, e que o clero estava vigilante e operante para impedir a infiltração comunista. Sobre essa união declarou:

Vem a política, com seu eleitorismo pudico, e os conservadores dão as mãos aos comunistas em concessões que deixam mal a uns e a outros. Nessa hora realmente sombria, a Igreja está acordada, para não ser tomada de surpresa: vigiando e orando, instruindo e esclarecendo; exercendo seu ministério com todo o sentido de sua missão na face da terra. Os falsos católicos estão contribuindo para certas uniões políticas inconcebíveis; dizem-se cristãos e aliam-se aos inimigos dos cristãos; vão à missa, nos seus reluzentes carros, e vão às eleições com os votos dos vermelhos; e tudo isso se passa num país que timbra em ser católico, onde impera a civilização cristã e ocidental, como dizemos cheios de ênfase e de satisfação.

A esses católicos convém lembrar a sátira de Murilo Mendes: Deus existe, senhores, e vós tereis uma grande surpresa quando verificardes precisamente isso, em que apenas fingis acreditar. Os católicos (expressão de Murilo Mendes) cairão em si quando virem que Deus existe. Nem terão tempo de dizer: puxa vida! (JC, 17.04.58, p.04).

⁶⁶ Prestes teria mencionado, na Revista da Semana, que o PCB jamais se uniria com partidos reacionários, referindo-se a Etelvino Lins e Cordeiro Farias. (JC, 11.04.58, p.01).

No âmbito nacional, o bispo de Pirai, Dom Agnello⁶⁷, também se pronunciou, condenando a projeção gradativa do PCB nas legendas partidárias. Para o sacerdote, os comunistas, meses antes da eleição de 1958, adotaram um discurso nacionalista democrático para eleger, para o cargo do executivo e do legislativo, candidatos da Frente Única, que abrigaria, de uma maneira geral, candidatos da UDN, PSD e PSB. Em seu livro, a Filosofia do Comunismo, publicado meses antes da eleição, Dom Agnello Rossi afirmou: “Em outras palavras, os comunistas se apresentam atualmente com pele de ovelha... No interior continuam lobos vorazes.”(ROSSI, 1958, p.33).

Em Pernambuco, Dom Antônio de Almeida, no Diário de Pernambuco, também se pronunciou contra a união de alguns partidos políticos ao PCB e contra o retorno de Prestes ao cenário político do país. Confessou a sua decepção diante da aceitação de alguns setores sociais a esse retorno e, em razão da calorosa recepção a Prestes, o arcebispo lembrou aos leitores do Diário de Pernambuco e eleitores a desarticulação do Comitê regional Comunista⁶⁸, em 1956, na cidade do Recife:

Aqueles que renegam sua própria pátria e saem forjados na têmpera daquelas lições de moral comunista que a nossa pátria, em uma das suas batidas encontrou na mais famosa célula do Nordeste e onde se liam princípios assim: Todos os crimes são permitidos desde que sejam para o triunfo e glória do partido comunista (DP. 23.04.58, p.04).

Dom Antônio não estava rememorando, na matéria, a atuação do PCB, em Pernambuco, por acaso. Por meio desse discurso, o Bispo estava dizendo que a recepção entusiasmada a Prestes, pela imprensa e por outros setores, deveria considerar o que se encontrou na desarticulação do Comitê do Partido. A palavra crime foi o artifício utilizado para dizer que Prestes e o PCB deveriam ser tratados como invasores e criminosos, e não recebidos e evidenciados por parte da Imprensa (DP, 23.04.58, p.04).

Expressou seu desapontamento dizendo:

O acontecimento mais sério e de profunda preocupação para todos os homens, não só da Igreja, mas para todos que tenham uma parcela de bom senso, foi o sensacionalismo com que a imprensa burguesa o recebeu (DP 23.04.58, p 04).

⁶⁷ Dom Agnello, no dia 5 de março de 1956, aos 33 anos, foi nomeado, pelo Papa Pio XII, Bispo de Barra do Pirai, Rio de Janeiro, tendo o anúncio sido feito pelo então Núncio Apostólico no Brasil, Dom Armando Lombardi, na seção solene de instalação da Universidade Católica de Campinas, realizada no Teatro Municipal de Campinas, no dia 14 de março de 1956. Foi sagrado bispo no dia 15 de abril de 1956, na catedral metropolitana de Campinas, pelas mãos de Dom Paulo de Tarso Campos, Arcebispo Metropolitano de Campinas, sendo consagrantes Dom Helder Pessoa Câmara e Dom Vicente Ângelo José Marchetti Zioni. Em 6 de setembro de 1962, foi designado Arcebispo Metropolitano de Ribeirão Preto, São Paulo, função que exerceu até 1º de novembro de 1964, quando se deu sua nomeação, pelo Papa Paulo VI, para Arcebispo de São Paulo. Exerceu essa função até 22 de outubro de 1970, quando foi chamado a servir a Igreja na Cúria Romana. Dom Agnello foi presidente da CNBB, em 1968.

⁶⁸ Discutimos esta desarticulação no primeiro capítulo.

Depois de condenar parte da imprensa e a chamada burguesia, Dom Antônio criticou a entrevista⁶⁹ que Prestes deu à imprensa nacional, explicando as intenções do PCB, naquele momento político. Sobre o pronunciamento de Prestes, o arcebispo da Arquidiocese declarou que “a mediocridade de sua entrevista e o primarismo com que encarou os problemas nacionais dispensam comentários.” (DP, 23.04.58, p.04).

Para Dom Antônio, foi lamentável o retorno de Prestes às atividades políticas do país, justamente, naquele momento em “que as populações rurais de quase todo o Nordeste se veem novamente atingidas pelos dolorosos efeitos dos flagelos da seca, que lhes impõe uma desorganização social de tremendos reflexos para a economia regional e de repercussão altamente prejudicial a todos os flancos de atividade da vida brasileira.” (DP, 23.04.58, p.24).

Para ele, aquela hora era inapropriada, devido à situação de crise social no campo, com áreas atingidas pelas secas, Ligas Camponesas e trabalhadores rurais passando por necessidades econômicas. Essa paisagem, emoldurada com o retorno de Prestes no cenário nacional, para Dom Antônio, não era um bom presságio.

E o que mais o preocupava não era a liberdade de Prestes, afirmou:

[...] não é propriamente a liberdade da figura central do comunismo em nossa pátria. Pois o que significa dar liberdade a quem já estava livre? Todo mundo sabia que o líder vermelho estava livre, agindo em toda parte, por meio dos seus agentes escravos de Moscou, enviando mensagens, nos momentos oportunos, a esses ridículos nacionalistas, que tudo já prometeram entregar à Rússia [...] (DP, 23.04.58, p.24).

O mais impressionante, para o bispo, era que Prestes já gozava da liberdade política há muito tempo. “Ela praticamente já existia, e ele estava ali, em Copacabana ou no Meyer, tão perto talvez que, a um aceno do juiz, poderia ter entrado na sala onde o magistrado se encontrava. É tão ampla a liberdade que, vez por outra, estava mandando suas mensagens aos camaradas.” (DP, 23.04.58, p.24).

Ressentido e exaurido de alertar o perigo da presença comunista, o arcebispo se referiu às pessoas que acolheram Prestes, dizendo:

A inconsciência apalermada com a presença de um homem comum, como qualquer outro, só diferente porque traz sobre si as manchas de sangue de companheiros de armas que mandou assassinar friamente e pela ousadia com que afirmara ser capaz de traiçoar a pátria em caso de guerra com a Rússia e a perversidade com quem se atira contra a própria vida democrática do país (DP, 23.04.58, p.24).

⁶⁹ PRESTES: NOVOS RUMOS PARA NOVOS CAMINHOS. “Devemos participar inteiramente abolindo os velhos sectarismos. A autocritica tem que ser feita e o erro possível de ser corrigido. Em outros tempos julgavam os comunistas que a revolução social era sinônima de insurreição. No entanto, no meu artigo de 7 de novembro de 1957... eu acentuava a possibilidade de atuação pacífica da burguesia e da classe operária”. (Diário de Pernambuco, 04.04.58, p.03)

Para o arcebispo, a insensibilidade de parcela da sociedade que não via em Prestes uma ameaça era um prenúncio de morte. Ainda condenou a união do PCB a outros partidos políticos para eleição de 1958, com as seguintes palavras:

Haverá cegueira que faça desaparecer o antagonismo entre democracia e comunismo? E será que a ambição enlouqueceu a tal ponto os nossos homens que pode transformar em argamassa capaz de unir coisas contraditórias e inconciliáveis?

Como unir líderes industriais, comerciais e líderes comunistas, quando ninguém ignora que o comunismo quer o aniquilamento de todos esses homens? E como podem unir-se àqueles que, por doutrina, por ação, por dinâmica, os odeiam tremendamente, com ódio de morte? (DP, 23.04.58, p.24).

O que mais preocupou o bispo, como já foi dito, não era a liberdade de Prestes, mas, a inexistência de estranhamento que parte dos políticos e da sociedade apresentavam diante da possibilidade de união de partidos democráticos com o PCB. Na sua visão, era inadmissível partidos democráticos tecerem acordos e aproximações como os comunistas (cf. DP, 23.04.58, p.24).

Continuou o arcebispo, admitindo ser admissível “que os comunistas procurem aproximações e façam carícias àqueles mesmos que odeiam e querem destruir, está certo. Pois sempre foi enganando, iludindo, mentindo que a mão de ferro da opressão russa quebrou os últimos redutos da liberdade dos povos que asfixiou.” (DP, 23.04.58, p.24). Mas os partidos democráticos não poderiam se utilizar da mesma relação de interesse a que a esquerda estava habituada a se submeter.

Nessa mesma matéria, o arcebispo foi interpelado sobre a relação da Igreja Católica e do comunismo e respondeu:

E esse assunto tantas vezes esclarecido que já não deveríamos referir-nos a ele. Mas o dever imperioso do Chefe da Igreja Católica de Pernambuco nos impõe advertir os fiéis de todos os partidos políticos. Não nos iludimos: não há conciliação possível entre catolicismo e comunismo. O comunismo combate a religião, como combate a propriedade privada, a existência da burguesia, a sociedade das classes produtoras. A propaganda anti-religiosa é garantida como um direito constitucional na carta orgânica das Repúblicas Socialistas. A emancipação do homem, como pensava Marx, só se realizaria pelo aniquilamento total da ideia de Deus na consciência da humanidade (DP, 23.04.58, p.24).



Fig. 06. O arcebispo assinou o seu título, assistido pelo secretário do TRE e outros funcionários dessa corte da justiça (DP. 25.04.58, p. 03).

A ideia de falta de estranhamento de políticos e de alguns católicos diante da ascendência da esquerda, no Estado de Pernambuco, defendida pelo arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, também foi o argumento usado por Nilo Pereira, numa matéria do jornal do Commercio. Em suas linhas, o intelectual católico afirmou que a Igreja Católica se levantou contra o “estranho conúbio” com o comunismo, de pessoas que se dizem católicas. (JC, 18.04.58, p.04).

Para Nilo Pereira, a acuidade do momento se acentuava devido ao indiferentismo e ao silêncio espantoso, diante da dita terrível penetração do PCB, em Pernambuco. Sobre aqueles dias comentou: “Parece que atingimos uma época em que é geral a anestesia dos espíritos. Mas os que se enganam, leiam o depoimento de Luiz Rudenz, que pensou numa união entre católicos e comunistas, e saiu certo de que isso seria inteiramente impossível.” (JC, 18.04.58, p.04). Essa dita anestesia do espírito preocupou a Arquidiocese de Olinda e Recife e outros setores sociais, no pleito de 1958.

Além das vozes de intelectuais católicos e dos clérigos, na condenação do retorno de Prestes e da inserção do PCB no rumo político, outras se ergueram indignadas. O Senhor Edgar Fernandes, num longo discurso na Assembleia Legislativa de Pernambuco, rebelou-se “contra a atual tendência da política brasileira de panos mornos com o comunismo. E em particular à pessoa de Carlos Prestes.” (DP, 15.04.58, p.24).

Também culpou a imprensa, nomeada por ele de burguesa, que recebeu Prestes em grande estilo, nas páginas principais, na hora delicada que o país estava vivendo, devido à

proximidade da eleição estadual e das alianças “políticas opostas e irreconciliáveis.” (DP, 15.04.58, p.24).

Ressaltou que, em Pernambuco, as classes conservadoras uniam-se aos líderes vermelhos com um programa para recuperar a economia do Estado e promover a reforma agrária. Afirmou Edgar Fernandes: “O Sr. Carlos Prestes aponta ao público os políticos que podem merecer os sufrágios do povo, nem todos estão na linha do comunismo, mas podem ser dóceis à linha desse Partido.” (DP, 15.04.58, p.24).

Além dessas alianças políticas, comentou Edgar Fernandes, também se discutia o reatamento das relações diplomáticas e comerciais com a Rússia. Assegurou que havia, naquele momento, “um plano de sovietação progressiva que se esconde por trás do disfarce nacionalista.” (DP, 15.04.58, p.24).

Relembrou as palavras do presidente que pedia vigilância total à nação “contra a tirania do lobo vestido com pele de ovelha que espreita a oportunidade para o bote.” (DP, 15.04.58, p.24).

Ainda na Assembleia Legislativa, Edgar Fernandes declarou que achava estranha e impertinente a coligação entre o Cid Sampaio, da UDN, e David Capistrano, do PCB. Na tribuna da Assembleia, Edgar Fernandes e Constâncio Maranhão, do Partido Libertador – PL, pronunciaram-se a respeito dos acordos políticos para eleição de outubro, apontaram que era incoerente a união de partidos tão antagônicos, e questionaram a justificativa para essa parceria, que era salvar a economia do Estado (DP, 12.04.58, p.20).

O jornalista Paulo Couto Malta, na coluna Política do Diário, aliou-se ao pronunciamento de Edgar Fernandes e de Constâncio Maranhão, dizendo:

O pior se processou no segundo encontro dos oposicionistas, quando, após apresentar o Sr. Cid Sampaio um programa de reivindicações na base da recuperação econômica do estado, o Sr. Paulo Cavalcanti apresentou as suas, enchendo os espaços abertos pelo Sr. Cid Sampaio para a reforma agrária e o programa monopolista do Estado. Programa que figurará obrigatoriamente no manifesto a sair, assinado, na sua redação final, pelos vermelhos e pelos verdes, pelos amarelos e pelos róseos. Pelo menos até outubro, o Sr. Cid Sampaio se dobrará às contingências de dar ao trabalhador rural o que pedem os comunistas e socialistas. Pelo menos até outubro o Sr. Cid Sampaio concordará com o programa nacionalista das oposições a partir do ‘Petróleo é nosso’. (DP, 12.04.58, p.20).

Paulo Couto Malta também escreveu sobre o retorno de Prestes ao cenário político do país. Num artigo, afirmou que a atuação de Prestes repercutiria, sensivelmente, na vida política, em Pernambuco, pois “Eleitorado da esquerda não vota em candidato que não seja da esquerda. Vota em quem Sr. Carlos Prestes mandar; vota nos criptos, nos jacobinistas nos

coloridos, nos plásticos..., Mas não vota nos cristãos, nem nos democratas declarados.” (DP, 02.04.58, p.18).

Naqueles dias, a cidade estava na expectativa para saber os nomes dos candidatos que disputariam as eleições para governador do Estado. Os encontros das Oposições Unidas para definição do candidato de outubro foram um dos assuntos mais discutidos pela coluna Política de Paulo Couto e pelos artigos de Aníbal Fernandes, no Diário de Pernambuco.

A Nota Oficial da Oposição foi discutida por Aníbal Fernandes, no dia 09 de abril. Naquele documento, ficou definido que, para a “oposição, ficou assentado que marcharão coesos para o pleito udenista ortodoxos, petebistas, petebistas comunistas, pessepistas, produtores, sócios do cupim e dissidentes de outros Partidos” Ainda dizia que as Oposições Unidas lutariam contra todas as formas retrógradas no Estado. Segundo Aníbal Fernandes, o lançamento do programa da oposição “concitou o povo a tomar posição contra os retrógrados que dominam o estado.” (DP, 09.04.58, p.18).

As forças retrógradas certamente eram o PSD, que dominava o Estado desde o Estado Novo. Também pode ser entendida como retrógrada a composição social e econômica do Estado. Sobre essa sedimentada estrutura, ironicamente, Aníbal Fernandes comentou: “Os retrógrados não querem largar esse domínio. Só o farão forçados pelo voto. Portanto, os eleitores tomem posições; alistem-se e, votando nos opositores, contribuirão valiosamente para lhes transferir esse domínio. E assim as coisas ficam nos eixos, com algumas pitadinhas vermelhas.” (DP, 09.04.58, p.18).

Ainda nessa Nota, assegurou Aníbal Fernandes que Pelópidas, Clodomir Moraes e Paulo Cavalcanti iriam empenhar-se para promover a reforma agrária, e era essa desestruturação a mais temida por certos setores de poder no Estado. Temiam um novo acordo social.

Aníbal Fernandes chamou a atenção dos eleitores, os quais foram constituídos na Nota da Oposição como peças-chave para desmontar o domínio político da força retrógrada. Sarcasticamente, Aníbal Fernandes afirmou que os eleitores seriam usados para constituírem outro domínio, e ficariam de fora como ficou no domínio dos retrógrados. (cf. DP, 09.04.58, p.18).

4.1 Meses antes da eleição: greve dos tecelões

Mal começou o ano de 1958, em Pernambuco, estourou uma greve nas principais indústrias têxteis do Estado, inclusive naquela Fábrica da Macaxeira, que

mencionamos no segundo capítulo, onde o arcebispo, em 1952, se dirigiu aos operários e fez promessas de melhorias das condições sociais. Eventos como esses fomentaram a ideia, propagada por alguns setores de que a situação social de Pernambuco era muito perigosa.

A greve durou quase 50 dias. O ponto forte das reivindicações era o aumento salarial. O Tribunal Regional do Trabalho – TRT de Pernambuco concedeu aos grevistas um aumento de 25%, porém os sindicatos dos industriais recorreram ao TRT do Rio de Janeiro, e conseguiram reduzir de 25 para 18%. (DP, 02.03.58, p.03).

Enquanto o rumo da greve era resolvido nas instâncias judiciais, o Diário de Pernambuco discutia os ditos verdadeiros interesses dos grevistas e procurava localizar os responsáveis pela greve têxtil, que perturbava a ordem econômica. O Senhor Olinto Victor de Araújo, presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem de Pernambuco, numa matéria do mesmo Jornal, afirmou: “Já é tempo de que fiquem separados o joio do trigo: de um lado os operários ordeiros que aderiram ao movimento apenas por um espírito de solidariedade de classe, e de outro os politicoides e agitadores que sempre olharam a própria pele, seus interesses eleitoralistas, mesmo à custa do sofrimento e da miséria operária.” (DP, 02.03.58, p.03).

Com o uso da mesma racionalidade discursiva de nomear parte dos grevistas de agitadores e de aproveitadores, dias após, outra matéria foi publicada sobre o incidente que envolveu o deputado Adalberto Guerra e 200 operários nas vizinhanças da cidade de Paulista. Segundo o jornal, um piquete de duzentos operários, comandados pelo deputado do PTB, Adalberto Guerra, tentou impedir o transporte de um grupo de operários de Paulista, que iriam trabalhar em Recife, (DP, 04.03.58, p.22).

Segundo o jornal, o deputado seria o grande responsável pela desordem nos arredores das fábricas, inflamando a situação, ao jogar os operários contra os industriais. Continuou dizendo: “A situação começou a assumir aspectos de gravidade, quando o deputado Adalberto Guerra, em inflamando discurso, afirmou que somente o sangue dos industriais poderia dar ao problema da greve uma solução satisfatória”.(DP, 04.03.58, p.22).

Relatou o jornal que, às duas horas da manhã, na cidade de Paulista, não se dormia. Ela estava em polvorosa, devido à possibilidade de um conflito dos grevistas, pois estes estavam devidamente armados pelo ódio aos industriais e pelos cacetes. Enquanto isso, os grandes industriais Olinto Victor de Araújo, Roberto e Alberto Bezerra de Melo, além de Romeu Valente Pessoa de Queiroz e o advogado Petrônio Cavalcante procuraram tomar imediatas providências junto ao governador, para evitar que os trabalhadores fossem impedidos de irem para as fábricas realizarem seus trabalhos. (cf. DP, 04.03.58, p.22).

O governador, por sua vez, deu ordem ao secretário de segurança para enviar para o local do conflito uma guarnição da Rádio Patrulha, para garantir a locomoção segura dos operários. Quando chegaram a polícia e os industriais ao lugar do burburinho, assegurou a matéria, que o senhor Adalberto Guerra e o grupo de operários dispersaram. (cf. DP, 04.03.58, p.22).

Três dias depois, ocorreu outro conflito, envolvendo os mesmos personagens, dessa feita nos arredores da fábrica de Tecidos de Camaragibe⁷⁰. A uns cem metros da fábrica, confrontaram-se os grevistas e os operários que decidiram não respeitar a greve. Alguns grevistas, nomeados de exaltados, tentaram impedir o retorno dos operários a suas casas, após um longo dia de jornada de trabalho. A confusão e a gritaria foram instaladas. (cf. DP, 07.03.58, p.05).

O gerente da fábrica, João Ferreira, percebendo a agravamento da situação, lançou mão de sua arma e fez alguns disparos, para tentar intimidar os operários envolvidos no piquete. Porém sua tentativa foi em vão, segundo o Diário de Pernambuco, pois:

Os componentes do piquete, porém, longe de intimidar-se, trataram de entrincheirar-se, armados de cacete e pedras, a fim de impedir a passagem da viatura que levava os cabelouros (os furões da greve). Furiosos uns, atrevidos outros, todos acabaram travando luta com a turma dos furões da greve. Imprecações, gritos de dor, insultos, tudo isso aumentou ainda mais a confusão, que somente terminou com a interferência dos soldados, por ordem do tenente Wilson, pois, este, viu as coisas se agravarem demasiadamente (DP, 07.03.58, p.05).

Em razão desse evento, o jornalista Aníbal Fernandes escreveu um artigo com o sugestivo título Sedição. O autor afirmou que havia o propósito, por parte dos grevistas, de causar tumulto e agitação. Indignado, no artigo, perguntou ao governador do Estado: “Que negócio é esse, meu general? Então achas razoável portar-se um piquete armado, nas imediações da fábrica, com o propósito de intimidar os operários não grevistas; e acabar a confusão, metendo-se o cacete nos cabelouros?” (DP, 08.03.58, p.04).

Continuou dizendo que, em nenhum país democrático, se via uma situação parecida, onde “reunir-se gente armada, até, com metralhadora, para que fulano ou beltrano deixem de Trabalhar?” (DP, 08.03.58, p.04).

Saiu em defesa dos operários que decidiram retomar suas atividades na fábrica e cobrou do governador Cordeiro Farias uma atitude mais enérgica, para garantir o direito daqueles que queriam trabalhar, dizendo: “Se há o legítimo direito da greve, deve haver o legítissimo direito do trabalho. Faça greve quem quiser e trabalhe quem entender.” (DP, 08.03.58, p.04).

⁷⁰ Esta fábrica funciona até hoje...

E para que esse direito fosse garantido, Aníbal Fernandes aconselhou o governador a usar as forças policiais, para impedir os abusos dos grevistas nomeados de agitadores, que estavam impedindo os operários de retomarem suas atividades. Concluiu dizendo:

O que se está fazendo abertamente, no Estado, é o incentivo à sedição. Está-nos parecendo que, com a nossa reconhecida displicência, estais metendo o Estado na luta intestina. Sei que, atrás disso, está o joguinho eleitoralista. Com eleições à vista, até Clodomir deu para tocar trombone. Por isso os povereli da assembleia foram logo votando créditos para manter a greve, quando os mensalistas do Instituto de Pesquisas estão sem receber salários há dois meses.

Se a greve dos têxteis estivesse, desde o começo, adstrita ao plano da Legislação social vigente, por certo já se teria uma solução para um caso, afinal está perturbando a vida do Estado.

Mas, quando se abandona este plano, para violentar até o simples direito de locomoção, havendo a necessidade de cada um conduzir um passaporte do Sr. Guerra, para ir do trabalho à casa e vice-versa, então a ordem democrática não está sendo respeitada, nem a liberdade dos cidadãos assegurada, como seria do vosso elementaríssimo dever, Governador?(DP, 08.03.58, p.04).

Aníbal Fernandes, um importante porta-voz do anticomunismo no Estado, nesse registro, estava dizendo que a greve dos têxteis estava sendo usada para se obterem ganhos eleitorais e para desestabilizar a ordem democrática de Pernambuco. Com uma acidez típica de seus artigos no Diário de Pernambuco, o autor colocou em cena, como responsável pelo tumulto, o deputado Adalberto Guerra. Personificar a greve foi uma das estratégias para se tirar do foco as reivindicações dos operários. Adjetivar de agitadores e de aproveitadores os grevistas deslegitimava o movimento reivindicatório dos tecelões. E anunciava a dita intenção das esquerdas, como Adalberto Guerra, nas eleições de outubro: agitar e dismantelar a ordem.

Situações como essa da greve têxtil de 58 foram usadas, por parte da imprensa e pelos anticomunistas, na elaboração discursiva de que se vivia um período político delicado, em que as esquerdas, sobretudo, o PCB, estavam dispostas e bem articuladas para desmontar a paz social e a ordem democrática. Esses agentes produtores de sentidos sobre aquela greve tentaram prescrever, antecipadamente, uma ação eleitoral para o mês de outubro, que se aproximava, com o argumento de que os comunistas estavam por trás dos atos dos ditos desordeiros. Estavam dizendo que Pernambuco poderia ser tomado por este estado de confusão, caso os comunistas tivessem inserção no governo.

4.2 Os eleitores com Deus ou contra Deus

No dia 26 de julho de 1958, o Teatro Santa Isabel cedeu seu tradicional palco, cortinas e sua história, para a apresentação do Festival Brasileiro de Teatro de Estudantes. Naquele cotado e juvenil evento, o candidato a governador do Estado, Jarbas Maranhão, do PSD, decidiu inaugurar o espetáculo com saudações às delegações teatrais visitantes, na qualidade de antigo dirigente do conjunto cênico amador.

As suas palavras, recebidas, pelo público, como uma deselegante insinuação política, foram interrompidas com agressivas e palpitantes vaias. Ouviram-se muitas vaias no Teatro de Santa Isabel naquela noite. Segundo uma matéria do Diário de Pernambuco, o candidato estadual, nos bastidores, insistiu ostensivamente em apresentar-se e fazer as saudações, em nome do Teatro Universitário de Pernambuco, antes de começar o espetáculo (DP, 26.07.58, p.03).

Jarbas Maranhão começou a discursar, enaltecendo as velhas tradições do Teatro Santa Isabel. Foi quando o público começou a vaiar o candidato que, apesar da desagradável hostilidade, insistiu em ler o discurso. As vaias foram tomando os camarotes, a ponto de não se ouvirem as palavras do pretendente ao cargo do governo do Estado. E os gritos partiram, então, indiscriminados e sem definida aparência e responsáveis, de todas as dependências do Santa Isabel, que estava superlotado. (DP, 26.07.58, p.03).

Pequenos grupos ilhados tentaram contornar a situação, mas não tiveram resultados. O senador Jarbas Maranhão, possivelmente irritado, bruscamente dobrou o seu discurso e tentou vencer as vaias com um discurso espontâneo. Porém as vaias insistiram, e o candidato descontrolado, enfaticamente, deu um recado ao eleitorado do Recife: “O Recife não me derrotará. Serei o governador do Estado” (DP, 26.07.58, p.03).

Essa era a suspeita que os situacionistas, o PSD, tinham do eleitorado do Recife. *A Cidade Cruel*, como foi nomeada por Agamenon Magalhães, optava pela esquerda sem nenhum constrangimento. A fala de Jarbas Maranhão se alinhou às interpretações feitas por parte da Historiografia que defendia uma singularidade política do Recife, devido à opção pelos candidatos da esquerda.

Essa ideia de opção do Recife, em 1958, imprimiu, nos discursos da Arquidiocese de Olinda e Recife e de alguns setores sociais, o caráter de urgência de defesa do regime democrático e das bases da tradição do Estado. Esse novo comportamento eleitoral assustou a Igreja, e fez o arcebispo intervir na política, na tentativa de barrar a inserção da esquerda nas

instâncias de poder do Estado, as quais eram ocupadas por grupos sociais que andavam em sintonia com a Igreja, ou, pelos menos, sem desacatar o posicionamento da mesma.

Numa matéria intitulada “A lição da Polônia”, Dom Antônio de Almeida, fazendo campanha eleitoral contra o candidato das Oposições Unidas, Cid Sampaio, condenou a atuação comunista na Polônia, dizendo:

Nenhum fato histórico pode tão oportunamente deixar os católicos melhor informado sobre os perigos com que o comunismo nos ameaça como a tragédia da Polônia. Povo de profunda formação católica, viu-se o polonês, de repente, dilacerado, pelas garras tremendas do comunismo, - infeliz ideologia que faz desaparecer todo e qualquer sentimento de direito, de justiça, de respeito aos mais legítimos e sagrados anseios de alma livre.

O tacão da bota bolchevista começou, então, a sua tarefa horrível de aniquilamento humano. Ferida de morte, a Polônia é repartida entre seus inimigos seculares! Sete milhões de fiéis com suas três províncias eclesiásticas da região ocupada pela Rússia, compreendendo dez dioceses, foram imediatamente esmagadas pela tirania moscovita.

Uma crueldade espantosa acompanhou a perseguição contra a Igreja Católica. A Liga Soviética dos Sem Deus inundou, com sua propaganda, a zona ocupada. Os bens eclesiásticos, devido a um imposto ostensivo e absurdo, foram entregues ao Estado. (DP, 24.06.58, p.04).

O primeiro recurso do discurso do arcebispo foi citar o caso da Polônia, país de um povo de formação católica, que se deixou levar pelos encantos da doutrina marxista cuja consequência desastrosa foi a traição dos comunistas que desmantelaram a ordem econômica e religiosa católica do país. Dom Antônio estava projetando um possível futuro para Pernambuco, um Estado com uma forte tradição católica, que estava se deixando envolver com o comunismo. Caso as Oposições Unidas ganhassem, em outubro de 58, para o arcebispo, o destino de Pernambuco seria parecido com o da Polônia.

O segundo recurso foi significar o comunismo, a partir das ideias de ameaças, de perdas de bens, de cerceamento de liberdade e de traição, recorrendo à racionalidade, como argumento mais marcante. Estas adjetivações ao comunismo se repetiram em outras matérias do arcebispo, publicadas no Diário de Pernambuco. No mês de junho, escreveu um artigo sobre a riqueza da Rússia. Para o arcebispo, ela tinha sido conquistada pelo abusivo trabalho forçado. Naquele artigo, ele se deteve a justificar os avanços econômicos da Rússia, a partir do uso do trabalho escravo (cf. DP, 27.06.58, p.04). Essa referência a ditos danos no mundo dos trabalhadores foi uma constante, até os últimos dias da campanha eleitoral, no Estado.

A eleição de outubro, para o arcebispo, era decisiva para a manutenção da ordem democrática e da Tradição no solo pernambucano. Sobre o pleito de 1958 afirmou: “atravessa o nosso querido Estado de Pernambuco, na sua marcha de realização, em outubro próximo,

das eleições que irão decidir mais uma fase histórica da mais alta significação para as tradições dos pernambucanos.” (DP. 04.07.58. p.03).

Aos católicos reservou a tarefa política e, sobretudo religiosa, de comparecer às urnas, para garantir a estabilidade e a ordem, e “a defesa da Igreja, da Pátria e da Família.” (DP. 04.07.58. p.03).

Justificando a sua presença nas discussões políticas do Estado, na mesma matéria do Diário de Pernambuco, o arcebispo afirmou que não poderia fugir da obrigação de convencer os eleitores católicos da premente necessidade do uso consciente do voto. Ainda recordou o documento editado pela Suprema Congregação do Santo Ofício, em 1949, no qual se lia que todos aqueles que colaborassem com os comunistas seriam excomungados (DP, 04.07.58. p.03).

Tal Decreto de Excomunhão dizia o seguinte:

1º Não é lícito aos católicos pertencer aos partidos comunistas, ou favorecê-los, porque o comunismo é materialista e anticristão, e seus chefes, ainda que por palavras, digam que não combatem a religião, mostram-se de fato, com doutrinas e obras, inimigos de Deus, da verdadeira religião e da Igreja de Jesus Cristo.

2º Não é lícito publicar, propagar, ler livros, periódicos, diários, folhetos que favoreçam a doutrina, ou atividades comunistas, ou colaboram com eles, pois é coisa que está proibida pelo próprio decreto.

3º Os fiéis que protestam a doutrina comunista materialista e anticristã, e principalmente os que a defendem e propagam, incorrem, *ipso facto*, na EXCOMUNHÃO reservada, especial modo, à Santa Sé, como apóstatas da fé católica.

4º Os fiéis que se inscrevem em partidos comunistas ou publicam, ou propagam ou leem os livros, [...] Não podem ser admitidos à recepção dos santos sacramentos, de acordo com os princípios comuns sobre a denegação dos Santos sacramentos do que não tem as disposições necessárias para recebê-los (DP, 04.07.58, p.03).

Esse lembrete foi dado aos católicos e ao candidato da UDN, Cid Sampaio, que, oficialmente, tinha recebido apoio de comunistas e que vinha servindo-se em seus comícios da presença de políticos comunistas como David Capistrano e Paulo Cavalcanti.

A repercussão na imprensa da ameaça de excomunhão indireta a Cid Sampaio rendeu muitas páginas. A matéria intitulada “Controvérsia sobre a posição da Igreja em face do pleito”, assinada por um observador político que não se identificou, valorizou a postura do arcebispo de Olinda e de Recife em orientar os católicos na eleição daquele ano. Para o autor legitimar o pronunciamento do arcebispo, deduz-se que, certamente, houve manifestações contrárias à intervenção da Arquidiocese nos rumos políticos do Estado.

Sobre a repercussão do pronunciamento do arcebispo, comentou a matéria:

Não parece estejam com a razão aqueles muitos que estranham as manifestações dos homens da Igreja nesses assuntos, sustentando que a Religião deve ser problema de foro íntimo, cabendo aos padres e bispos limitar-se a distribuir sacramentos, pregar o Evangelho, celebrar missas e encomendar defuntos, ficando-lhes defeso dar palpites sobre a política, em sua qualidade de pastores, dentro daquela nítida separação entre o reino de Cristo e o Reino de César, claramente fixada no evangelho. (DP, 08.07.58, p.03).

Para ele, a função da Igreja Católica era dirigir os católicos em todas as esferas de suas vidas, sem se restringir apenas as questões espirituais, principalmente na importante hora em que se iria escolher um mandatário do Estado.

Ainda em defesa da prática anticomunista da Arquidiocese, o observador político esclareceu a ameaça de excomunhão para os católicos ou candidatos que apoiassem o comunismo, dizendo:

Se há – e ninguém de boa fé contestará – um abismo entre o catolicismo e o comunismo, não será possível negar aos bispos o direito – digamos mesmo – o dever de alertar os seus fiéis contra os perigos dos conúbios entre elementos irreduzíveis, mesmo porque, não podendo ninguém servir a dois senhores, se tenta a simbiose é impossível, e acabará desservindo ao valor maior, que é a coisa de Deus. (DP, 08.07.58, p.03).

O meio termo, a situação das Oposições Unidas, não poderia ser tolerado: ou serve a Deus e ao catolicismo ou ao ateísmo e ao Comunismo. Esse dualismo construiu uma linha nítida entre os candidatos Jarbas Maranhão (PSD) e Cid Sampaio (UDN). Para o autor da matéria, a ameaça de excomunhão era um recurso legítimo utilizado pelo arcebispo, pois:

Repetindo o que é um lugar comum na pregação constante do magistério vivo, o arcebispo de Olinda reafirmou aquilo que toda gente está habituada a ler em repetidos pronunciamentos do Santo Padre Pio XII e seus antecessores: ao católico não é permitido votar em comunistas, dar-lhe apoio, ajudá-los na conquista do poder, firmar com eles acordos que redundem em vantagens indiretas ao credo que professam, à mística que defendem, aos postulados doutrinários que informam sua posição política. (DP 08.07.58 p. 03).

Em razão dessa discussão, na imprensa, sobre a ameaça de excomunhão, Cid Sampaio publicou, no Diário de Pernambuco, sua carta ao arcebispo, na qual o candidato das Oposições Unidas garantiu que não estava preso a nenhum compromisso com o comunismo. Explicou que o apoio dos comunistas a sua campanha estava firmado pelo desejo comum de salvar a economia do Estado.

Sobre o acordo com outros partidos afirmou:

Aceitei o apoio dos vários políticos e de diversas correntes de opinião sem celebrar nenhum acordo ou conchavos com ninguém. Recebi a solidariedade dessas correntes à luz do dia, para que todos tivessem ciência da minha atitude, e não às escondidas, como em outros pleitos fizeram os meus adversários de hoje.

Repugna-me a figura de fariseu.

E, hoje à frente de amplas correntes do povo de Pernambuco, alegra-me sobretudo o fato de me constituir fator de união entre o proletário e os setores dirigentes da indústria e do comércio, a fim de todos juntos, no mais autêntico ideal cristão propugnar pela felicidade e pelo progresso do povo pernambucano

Dentro dessa perspectiva, aceitei o apoio de todas as correntes de opinião. E como já fiz ver, em entendimento pessoal que mantive com V. R., o dito apoio foi obtido livre de qualquer recompensa ou compromisso com quem quer que seja. Somente por má fé, os facciosos poderão admitir e propalar que me encontro preso a compromisso com os comunistas ou outras facções. A opinião pública do meu Estado conhece a minha formação moral que repele tais barganhas e sabe das minhas convicções políticas e filosóficas, que desautorizam essas suposições. Tenho afirmado pela imprensa e de público que não sou comunista e minhas atitudes não procuram aparentar uma posição equívoca. (DP,23.08.58, p.13).

Na mesma matéria do Diário, foi publicada a carta-resposta de Dom Antônio de Almeida enviada para o candidato das Oposições Unidas. Esta dizia o seguinte:

Recebi e agradeço a carta de 11 do corrente que me foi enviada por V. Exa., expondo as razões que o levaram a candidatar-se ao governo do Estado, nas próximas eleições de outubro.

Registro, de modo especial, a sua declaração de que não assumiu nenhum compromisso com o Partido Comunista. Por outro lado, a sua expressão “repugna-me a figura de fariseu” deve constituir, para o povo pernambucano, uma garantia de que V. Exa. cumprirá, no caso de ser vitoriosa a sua candidatura, as afirmativas de sua carta acima referida. (DP, 23.08.58, p.13).

A preocupação de Cid Sampaio ao escrever uma carta e torná-la pública, aponta o peso que o arcebispo tinha nas discussões políticas do Estado. Indispor-se com o bispo não era uma posição confortável para o candidato.

O udenista tentou cercar-se do apoio de outros dirigentes da Igreja no Estado. Em campanha pelo interior, o candidato se encontrou com o bispo de Pesqueira e de Caruaru, e estes se pronunciaram, publicamente, em favor de sua candidatura. Numa carta ao candidato das Oposições Unidas, o mandatário da Igreja de Pesqueira, dom Severino Mariano declarou: “Se o senhor for eleito governador do Estado, nenhuma problema para a Igreja, na minha diocese.” E terminou a carta dizendo: “Nenhuma restrição tenho que fazer ainda agora, ao seu nome, as católicos da minha diocese,” (DP, 03/10/58, p.10).

A Cúria Diocesana de Caruaru publicou, no Diário de Pernambuco, as seguintes palavras sobre as eleições:

De acordo com a manifestação de um alto dignitário da Igreja, para orientação dos católicos, você pode votar em qualquer um dos candidatos ao governo do Estado, sem quebra dos sentimentos religiosos. Para o conhecimento de todos e orientação dos católicos, esta Cúria torna público que: 1) Ambos os candidatos ao governo do Estado podem ser votados. 2) A presente declaração não significa nenhuma recomendação, ou restrição de qualquer dos dois candidatos ao cargo de governador do Estado de Pernambuco. (DP, 03/10/58, p.03).

A posição dos dois Bispos do interior sinaliza que a Igreja Católica, em Pernambuco, não tinha uma voz única sobre as eleições, mostra também certo grau de desrespeito ao arcebispo de Olinda e Recife. Essa querela interna seguramente influenciou no resultado das eleições de 58, pois muitos católicos discordaram de Dom Antônio. Esse comportamento é indicativo de um tempo, em que a razão e os interesses pessoais pesavam mais que a fé.

Os pessedistas exploraram o máximo que puderam a ameaça de excomunhão do arcebispo. O comitê eleitoral de Jarbas Maranhão republicou na íntegra, no Diário de Pernambuco, o pronunciamento do arcebispo sobre o pleito do mês de outubro. O assunto da excomunhão ganhou acentuado relevo nos meios políticos. E as Oposições Unidas se asseguraram no apoio dos Bispos de Pesqueira e de Caruaru.

O ex-governador do Estado, Barbosa Lima, em defesa das Oposições, mesmo sendo católico, num artigo publicado no jornal do Commercio, questionou os argumentos usados pelo arcebispo para orientar os fiéis católicos para votar em Jarbas Maranhão. Na matéria, ele lembrou a Dom Antônio que, na última eleição presidencial, JK recebeu apoio dos comunistas e, mesmo assim, foi votado pelo arcebispo e pelos eleitores católicos, em Minas Gerais. Ironicamente Barbosa Lima disse: “se um católico mineiro pode votar em outro, mesmo sendo apoiado por comunistas, assim também os pernambucanos poderiam votar em um pernambucano na mesma situação.” (SILVA, 2007, p.134).

O ex-governador colocou em dúvida as questões sagradas usadas por Dom Antônio de Almeida para desqualificar o candidato Cid Sampaio. Barbosa Lima Sobrinho não negou a aproximação do referido candidato com as esquerdas. A sua defesa a ele não se estabeleceu na negação do apoio do PCB, mas questionou por que tais razões religiosas, usadas pelo arcebispo na campanha de 1958, não imperaram na sua escolha por Juscelino Kubistchek em 1955, se sobre este também pesava a acusação de ter recebido apoio de comunistas.

No discurso do ex-governador, o que sobressaiu na escolha do arcebispo Dom Antônio de Almeida, em 1955, tinha sido o seu interesse político em detrimento da considerada incompatibilidade entre o comunismo e o cristianismo. Esse embate político é extremamente significativo, porque a crítica de Barbosa Lima traz sinais da desnaturalização da figura sagrada do arcebispo no debate político do Estado. Também nos leva a pensar no grau de autonomia dos católicos, o que, quando era mencionado pelo arcebispo, tinha um sentido de um grupo coeso, único e obediente. No entanto os católicos não representaram, em 58, essa homogeneidade que os discursos do arcebispo asseguravam.

Tais sinais se evidenciam com o pronunciamento de um grupo de leigos, de profissionais liberais católicos e de famílias autonomeadas católicas que se colocaram, numa matéria do *Jornal do Commercio*, contra o arcebispo, a respeito do voto do católico:

A matéria dizia o seguinte:

Afirmam que o simples apoio dos comunistas a qualquer candidato não constitui motivo de impedimento para a votação dos católicos. Esses católicos sentem-se no dever de repudiar publicamente as explorações de certos políticos que, indiferentes à própria reputação da Igreja, visam apenas canalizar os votos dos católicos para seus candidatos, e de ressaltar a responsabilidade de cada um, de votar, em 3 de outubro, no candidato mais digno, mais capaz e mais apto para realizar o bem comum (*in* SILVA, 2003, p.355).

Este registro é extremamente interessante, porque mostra como a comunidade católica estava dividida acerca da candidatura de Cid Sampaio. Parte dos católicos não respeitou o posicionamento do arcebispo na negação do candidato da UDN. Outro aspecto curioso que o simples apoio dos comunistas não desqualificava os candidatos. Esse argumento foi de encontro à posição da Arquidiocese de Olinda e Recife. Logo, podemos inferir que esse pronunciamento, feito por parte dos católicos, objetivava deslegitimar a fala de Dom Antônio.

Os leigos de família tradicionalmente católica estavam disputando, com o arcebispo, a condução do eleitorado católico. Agora a querela não era de Deus e do Diabo. Os filhos de Deus, parte dos leigos e o arcebispo, enfrentavam-se para influenciar o eleitorado católico.

Ainda nesse embate, a Arquidiocese de Olinda e Recife realizou uma reunião, no dia 27 de setembro, com o clero, para discutir as denúncias de Dom Antônio a grupos políticos que apoiavam o Partido Comunista. Naquele encontro, foi decidido que os católicos deveriam votar de acordo com a consciência cristã. Porém o posicionamento do arcebispo deveria ser observado. (DP, 28. 10. 28, p.03).

Enquanto alguns dirigentes da Igreja Católica e os fiéis divergiam a respeito do candidato em que o católico poderia votar, no Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara, como porta-voz da Igreja Católica, se reuniu diversas vezes com os prelados, para discutir um voto único para os católicos na eleição de outubro.

Segundo o jornal, no mês de setembro, a Confederação Católica do Rio de Janeiro se reuniu com quase mil agremiações católicas, para discutir as eleições que se aproximavam. Falando nesse encontro, Dom Jaime Câmara foi enfático e repetitivo sobre a impossibilidade de um católico votar em candidatos que estavam aliados com comunistas e divorcistas (DP, 03.09.58, p.05). Dias antes das eleições, a mesma Confederação se reuniu e fez o último apelo

aos eleitores católicos, para defenderem os interesses da Igreja nas urnas, (DP, 16.09.58, p.01).

Essa unidade não aconteceu em Pernambuco. A divergência do bispo de Pesqueira e de Caruaru com o arcebispo levou a Arquidiocese a se pronunciar mais uma vez sobre a candidatura de Cid Sampaio. Em nota, afirmou que os católicos não poderiam, de forma alguma, contribuir com partidos aliados aos comunistas. Também comentou que a carta de Cid Sampaio que fora enviada para o arcebispo, não o habilitava a receber o voto dos católicos. A respeito da carta, assegurou o monsenhor José Leal, vigário geral da Arquidiocese:

Tendo chegado ao conhecimento desta Cúria que elementos interessados na vitória do candidato a governador pelas Oposições Unidas estão explorando, junto ao eleitorado incauto, a resposta que o Sr. Arcebispo deu, a 11 de agosto findo, ao referido candidato, a Cúria Metropolitana declara não ser verdade que aludida resposta de S. Exa. representa recomendação de qualquer natureza à citada candidatura.

S. Exa. sim, tem recomendado, como Metropolitana, como tem feito todos os bispos do Brasil, e ultimamente como o Sr. Cardeal do Rio de Janeiro e o arcebispo de Porto Alegre, que nenhum católico poderá votar em candidatos para qualquer cargo eletivo, que sejam contrários às doutrinas e aos ensinamentos da igreja. (DP, 21.09.58, p.16).

4.3 Os sinos choraram: Prestes no Recife

Em maio de 1958, o Diário de Pernambuco noticiou que, em Jaboatão, se realizaria um comício comunista, em apoio ao candidato da União Democrática Nacional (UDN), Cid Sampaio. Para agonia e desconforto de certos setores da sociedade, uma das figuras mais expressivas do comunismo brasileiro, Luiz Carlos Prestes, viria a Pernambuco recomendar o candidato das Oposições Unidas para governo do Estado (DP, 10.05.58, p.12).

Em razão desse evento político, a Arquidiocese de Olinda e Recife publicou, na imprensa: “Chorem os sinos. Fazemos um veemente apelo a todos os párocos, a todas irmandades, a todos os conventos[...] no sentido de que os sinos das Igrejas e capelas sejam dobrados a finados, na hora em que o líder vermelho estiver falando.” (DP, 21.09.58, p.15).

Do alto das Igrejas, os sinos renderam a quietude, emitiram um som forte e solitário, como se o fim do tempo tivesse mandado seu representante, como um aviso de um desastre que já tinha começado: Luiz Carlos Prestes chegou. A sua vinda para o comício de Cid Sampaio, candidato da UDN, foi noticiada na imprensa um mês antes. Diversos setores sociais se manifestaram contra a estada de Prestes no solo pernambucano.

Enquanto se anunciava a vinda de Prestes para o início de outubro, a Arquidiocese de Olinda e Recife comunicou à comunidade católica que o arcebispo se ausentaria do Estado para ir à Europa. A bordo do Transatlântico, viajaria para cumprir a obrigação de todos os prelados de visitar Roma, de 10 em 10 anos. (DP, 11.09.58, p.03).

No dia da sua viagem, deixou a seguinte declaração:

A véspera de viajarmos com destino a Europa, aonde vamos em missão oficial, já por tantas vezes adiada pelo ininterrupto trabalho de nosso apostolado, recorreremos à imprensa para levar a todos os nossos fieis arquidiocesanos, ao nosso querido clero secular e regular, às nossas abnegadas religiosas, aos nossos amigos, numa palavra, aos pernambucanos em geral.

A ausência que vamos permanecer, fora da grata convivência de nossos amados arquidiocesanos, inicia-se precisamente dentro de um dos mais graves períodos da vida política e social de Pernambuco. (DP, 21.09.58, p.15).

Os discursos de Dom Antônio de Almeida foram exaustivos, no intento de instituir uma percepção de um tempo de crise devido à presença comunista. A ideia de ameaça e de ruptura foi usada para conclamar os católicos a lutarem pela ordem católica. Ainda na matéria sobre a viagem, enfatizou que, para os católicos, a gravidade era mais absorvente e que eles deveriam puxar a responsabilidade para si mesmos e defender a Igreja com o voto cristão. E que “Os candidatos que adotam princípios ideológicos inteiramente contrários à doutrina da igreja, como os comunistas, não podem ser sufragados nas urnas pelos eleitores católicos.” (DP, 21.09.58, p.15).

Ainda na declaração, comentou a visita de Prestes ao Recife e seus objetivos no Estado, com as seguintes palavras: “E ele vem para ordenar que se vote em um candidato. Se realmente esse candidato estiver ao lado do líder vermelho, na sua disputa política, que havemos de pensar? Será preciso chorar de tristeza e de horror se isso se realizar. (DP, 21.09.58, p.15).

Depois de repudiar a visita de Prestes, ele confirmou sua posição na eleição de outubro dizendo que

a nossa carta de 11 de agosto do mês findo, endereçada, como resposta, ao Sr. Cid Sampaio, não representa uma prova de nossa recomendação à candidatura do referido político. Urge declararmos que apenas atendemos à educação de dar respostas a uma correspondência, que nos foi enviada também em termos educados. Somente, nada mais. (DP, 21.09.58, p.15).

Antes de embarcar no Transatlântico, concluiu:

Angustia-nos a situação do Estado de Pernambuco. Não nos impele nenhuma paixão política, porque não a temos. Só nos impele o dever sagrado de salvar os princípios da civilização cristã e a honra da Pátria. Se o comunismo vencer no Brasil, nós e vós, como os próprios capitalistas e industriais seremos fuzilados. Mas nós seremos fuzilados porque cumprimos o nosso dever de afirmamos as nossas convicções,

enquanto vós cobríeis a loucura das ambições com o véu negro das concessões absurdas. (DP, 21.09.58, p.15).

Enquanto alguns sentiam angústias, outros viviam um misto de êxtase e de entusiasmo com a chegada de Prestes no Recife. O que possivelmente mais se comentava, naqueles dias, foi a entrevista de Prestes, publicada no Diário de Pernambuco. Naquela matéria, afirmou que, no Recife, não havia dúvida da vitória do candidato das Oposições Unidas (DP, 16.09.58, p.01).

No dia 24 de setembro, a bordo, com sua filha Leocádia, no Covair da Cruzeiro do Sul, o líder vermelho chegou ao Recife. O ex-governador Barbosa Lima, em nome de Cid Sampaio, o recebeu, junto com, mais ou menos, 3mil pessoas, exibindo faixas de saudação. O candidato udenista e os representantes das classes conservadoras, como asseguraram, não se aliaram àquela pequena multidão, porque estavam em outros compromissos de ordem política, (DP, 24.09.58, p.13).

Os sinos choraram no Recife. Entretanto as recomendações políticas do arcebispo não tiveram o peso suficiente para impedir a vitória de Cid Sampaio, para o governo do Estado. O esforço premente da Arquidiocese de Olinda e Recife de impedir a vitória política de candidatos ligados aos comunistas não obteve êxito. Essa derrota significou que grande parte dos eleitores de Pernambuco estava convencida de que aquele momento era o do governo dos homens e da razão, em detrimento da Fé.

Essa autonomia levou o arcebispo Dom Antônio de Almeida, na ocasião da sua transferência para a Arquidiocese de Niterói em 1960, num tom ressentido, a eximir-se de qualquer tipo de responsabilidade, caso a revolução vermelha acontecesse no Estado. Para ele, o exército vermelho tinha dominado, estava nas ruas, contando os dias para sua vitória. Profundamente alarmado com a situação política do Recife, afirmou que os lavradores, nomeados por ele de exército de camponeses, estavam perturbando a ordem econômica e política do Estado. (DP, 12/08/60, p.01).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos muitos nomes que pesaram sobre o Recife, na década de 50, o de *Cidade Revolucionária* merece destaque, porque incitou muitas práticas anticomunistas e uma percepção de um tempo de crise. Vários segmentos de poder construíram a capital de Pernambuco, a partir das significações da pobreza, do medo, da invasão e da agitação social. Essa *Cidade em Guarda* contra o perigo vermelho produziu ações discursivas e policiais para deter a ascendência do PCB, no Estado.

A Cidade Anticomunista instituiu uma sensibilidade social e política nos anos 50. Para alguns dos seus ocupantes-personagens-figurantes, vivia-se um tempo de crise e de desordem e de declínio da moral católica. Naquele período, a Arquidiocese de Olinda e Recife e seu seletivo grupo de intelectuais, com o uso do espaço de poder como a imprensa, o púlpito das Igrejas e o Ensino Superior, afirmaram que Pernambuco estava passando por um processo de degradação social e cultural, e o comunismo, por sua vez, era protagonista nessa tragédia.

Diante dessa forma de ver, esses agentes se articularam numa cruzada, para restabelecer uma moral católica e para impedir que o PCB tivesse ganhos políticos. Os intelectuais católicos, a Arquidiocese e as Associações Católicas se empenharam na imposição de uma cultura católica com cursos, para promover uma educação cinematográfica, com listas de livros que poderiam ser lidos e com ações sociais junto às classes menos abastardas.

Esses defensores da moral e da fé católica participaram da construção da ideia da existência de um estado de emergência, promovida pelo indiferentismo religioso e pela anestesia social. O alçózes desse tempo de angústia e de medo era o Partido Comunista Brasileiro.

A partir da percepção de um tempo de crise, as elites civis, os intelectuais católicos e a Arquidiocese de Olinda e Recife participaram da criação da necessidade de um golpe militar para impedir uma possível revolução comunista, em 1964.

A ideia de um tempo de crise fomentou a postura condutora da Igreja e das elites intelectuais de prescreverem para os católicos e os operários, em nome da Tradição Católica e da harmonia social, uma ação contra os ditos demolidores da ordem democrática. Utilizando-se do poder simbólico, do lugar privilegiado de dizer e de fazer ver, Dom Antônio de Almeida e um afinado circuito anticomunista se muniram de um aparato discursivo e de postos de

poder ocupados, referendado pela fé e pela moral, para deslegitimar qualquer tipo de ação social reivindicativa, que ameaçava dismantelar a ordem vigente.

Enfim, Recife como representante do Estado de Pernambuco, também ostentava o nome da *Cidade que não tolerava o comunismo*. Localizamos diversas práticas anticomunistas, em sintonia ou dispersas, que não mediram esforços para barrar o crescimento e a aceitação do PCB. A Arquidiocese de Recife e Olinda se cercou de diversos mecanismos, junto com sua refinada equipe de letrados, para defender as permanências sociais, econômicas, políticas e culturais, no Estado. O arcebispo Dom Antônio de Almeida Moraes Junior foi protagonista nesta *Cidade que não tolerava o comunismo*. As suas práticas discursivas e pastorais tentaram afastar dos muros das fábricas, do cinema e das urnas a presença comunista.

No entanto, a *Cidade Ingrata* não deu ouvidos aos ensinamentos do arcebispo. Em 1958, as Oposições Unidas com a ajuda do PCB elegeu Cid Sampaio, para governador do Estado. O bispo Dom Antônio de Almeida, ressentido, deixou o pastorado da Arquidiocese de Olinda e Recife, dizendo que as ruas do Recife estavam invadidas por um exército de revolucionários. Para ele, a capital de Pernambuco era uma *Cidade Conquistada*.

Os sinos choraram. Eles, com batidas fúnebres e sombrias, tentaram espantar da cidade a dita ameaça da atuação comunista. Porém a linguagem e o apelo religioso das repicadas não convenceram parte dos homens da cidade. Um novo comportamento, uma inesperada sensibilidade política, depreendida das diretrizes da Igreja Católica, despontava na cidade. O frevo de Nelson Ferreira, Bloco da Vitória, cantado no carnaval de 1959, nos fala desse novo posicionamento tomado pelo desejo de autonomia e de liberdade:

O Bloco da Vitória está nas ruas
 Desde que o dia raiou.
 Venha minha gente para o nosso cordão
 Que a hora da virada chegou, ôôôô
 Quando o povo decide
 Cair na frevança
 Não há quem dê jeito
 Aguenta o rojão
 Fica sem comer
 Mas, no fim, hei! tá tudo ok
 Neste carnaval
 Quá quá quá quá
 O prazer é gargalhar
 E com bate-bate de maracujá
 A nossa vitória vamos festejar⁷¹

⁷¹ Composição Nelson Ferreira , música Bloco da Vitória. Localizada no acervo da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ – no endereço eletrônico : <http://www.Fundaj.gov.br> e no site: <http://letras.Terra.com.br/Nelson-ferreira/109487/>.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Roberto Oliveira de. **Recife: da Frente ao Golpe**. Recife: UFPE, 1993.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Recife: UFPE, 1998.
- AZEVEDO, Antônio Fernando. **Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil**: Ensaio de interpretação a partir do povo. Tomo II/3. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BALANDIER, Georges. **A Desordem: Elogio do Movimento**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1997.
- BAUDILLARD, J. **Troca Impossível**. São Paulo: Nova Fronteira, 2002.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos Militares. *In*: FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**, vol. 4., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11° Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.
- BRAYNER, Flávio H. **Partido Comunista em Pernambuco**. Recife: Fundaj, Massangana, 1989.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Da Faculdade de filosofia, Ciência e Letras de “Manoel da Nóbrega” à Universidade Católica**. Recife, Dissertação do Mestrado, CFCH, UFPE, 1993.
- CAMARGO, Aspásia; GÓES, de Wander. **Meio século de combate**: diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros Proibidos, Idéias Malditas**. São Paulo, 2° Ed., Ateliê Editorial, PROIN; Papesp, 2002.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- DELEUZE, Guilles. **Conversações**. São Paulo: Editores 34, 2001.
- DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**. São Paulo: 3° Ed., Companhia das Letras, 1989.
- ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FOUCAULT, Michel. A poeira e a nuvem. *In* **Ditos e Escritos**: estratégia, poder-saber. Vol. IV. 2°ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. 18° Editora Graal, 2003.
- _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis:Vozes, 1987.
- GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza América x Mucambópolis**: O Estado Novo na Cidade do Recife (década de 30 e 40). Jaboatão dos Guararapes, PE: Ed. do autor, 2007.
- JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco**. Recife: Fundaj, Massangana, 1990.

- KONDER, Leandro. **A Democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- LISPECTOR, Clarice. **A cidade sitiada**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **O Homo Inimicus**: Igreja, Ação Social Católica e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.
- MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **Igreja Católica do Brasil**: Uma Trajetória Reformista (1872-1945). Recife, Dissertação de Mestrado, UFPE, 1988.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. *In* FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática, vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MOREIRA, M. A. **O cristo do povo**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve**. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros**: História e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, fundação Roberto Marinho, 1995.
- _____. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife: Massangana, 1984.
- PARAHYM, Orlando da Cunha. **Traços do Recife**: ontem e hoje. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
- PIRANDELLO, Luigi. **Um, nenhum e cem mil**. São Paulo: Cosaic Naify, 2001.
- PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos**: Narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950; Recife: UFPE, 2001.
- PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **Pernambuco em Perigo**: Pobreza, Revolução e Comunismo (1959-1960). Dissertação de Mestrado. Recife: UPFE, 2008.
- RODEGHERO, Carla Simone. **Viva o comunismo X Viva o Cristo rei**: um estudo de recepção do anticomunismo católico a partir das fontes oral. *In* Estudos Ibero-americanos, PUCRS, v. XXXII, n.1, 1-225, junho de 2006.
- ROSSI, Agnelo. **A Filosofia do comunismo**. Petrópolis: Vozes, 1958.
- SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco**: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1965). Recife, Dissertação do Mestrado, CFCH, UFPE, 2009.
- SILVA, Severino Vicente. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife, Recife: UFPE, 2007.
- SILVA, Severino Vicente. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da igreja progressista na arquidiocese de Olinda e Recife, Recife: UFPE, Tese do Doutorado, 2003.
- _____. **Os Católicos diante das Eleições** (1958-1986). Estudos sobre a Arquidiocese de Olinda e Recife. *In*: Revista Eclesiástica Brasileira, junho, 1989.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional, 1974.

SOARES, J. A. **A Frente do Recife e o governo de Arraes**: nacionalismo em crise 1955/1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Pelópidas: Ética e Modernidade. *In*: GUSMÃO FILHO, Jaime de A. Pelópidas. **O homem e a obra**. Recife: UFPE, 2005.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O movimento e a linha**: presença do Teatro de Estudante e d'Gráfico Amador no Recife. (1946-1964). Recife: UFPE, 2007.